



**Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

LUCAS GABRIEL DA SILVA MORAES

**O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Nordeste
paraense: as motivações dos participantes em Tomé-Açu**

BELÉM
2021

LUCAS GABRIEL DA SILVA MORAES

**O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Nordeste
paraense: as motivações dos participantes em Tomé-Açu**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz

BELÉM
2021

LUCAS GABRIEL DA SILVA MORAES

**O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Nordeste
paraense: as motivações dos participantes em Tomé-Açu**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Heribert Schmitz

Data de aprovação. Belém-PA: __/__/__.

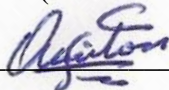
Banca Examinadora



Prof. Dr. Heribert Schmitz (Orientador) PPGAA - UFPA



Prof. Dr. Jaime Santos Júnior (Examinador externo) PGSOCIO - UFPR 4



Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira (Examinador externo) PDTSA- UNIFESP

Prof. Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes (Examinador suplente) PPGAA – UFPA

*Aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais de Tomé-
Açu: que a chama da luta nunca se apague e que exista
sempre motivos para sonhar com dias melhores!*

AGRADECIMENTOS

À Deus por minha existência e força para me manter firme em busca dos meus sonhos.

Aos meus pais, Celeste e Raimundo pelo apoio e amor incondicionais em todos os momentos de minha vida. Amo vocês!

À minha noiva, Ana Carolina, por estar ao meu lado, me encorajar e acreditar sempre na história que estamos construindo juntos. Eu te amo!

Aos meus sogros, Paulo Sérgio e Maria das Graças, pelo carinho e acolhimento em minha chegada à Belém. Obrigado por me receber em sua casa e em sua família. Agradeço a confiança e apoio em mim depositados.

Aos trabalhadores e trabalhadoras de Tomé-Açu, pelas experiências e histórias compartilhadas e pela disponibilidade em contribuir para esta pesquisa. Espero estar retribuindo de alguma forma!

À toda a diretoria do STTR, em especial à Dona Paula, por permitir a realização da pesquisa e por se dedicar a contribuir com sua história e com suas vivências.

Às diretorias de SINTRAF e SINDTER por suas contribuições.

Ao amigo Renato e sua família, pelo apoio e estadia durante a pesquisa de campo em Tomé-Açu.

Aos meus colegas de turma pela amizade e parceria, pelos momentos e experiências compartilhadas durante minha trajetória no mestrado.

Ao meu orientador Heribert Schmitz. Agradeço pelos ensinamentos e por acreditar sempre no meu potencial. Foi uma satisfação trabalhar com você! Além de excelente pesquisador é um ser humano admirável. Muito obrigado!

Aos professores Jaime Santos Júnior e Airton dos Reis Pereira, por aceitarem participar da banca de defesa e por suas valiosas contribuições.

Aos professores Luís Cardoso, Carlos Valério Gomes e Dalva Mota pelas correções e contribuições dadas na banca de qualificação do meu projeto de pesquisa.

Aos professores, professoras e toda a equipe do Ineaf que de maneira direta e indireta contribuíram para a minha pesquisa.

Ao PPGAA pela oportunidade de realização do mestrado e por me permitir contribuir com uma pequena parcela de minhas experiências e de meus conhecimentos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de mestrado concedida.

Obrigado a todos!

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Nordeste paraense: as motivações dos participantes em Tomé-Açu

RESUMO

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) é uma das principais ações coletivas organizadas em prol da luta por melhores condições de vida e trabalho no campo. No Nordeste paraense, a luta por direitos desta categoria teve início nos meados da década de 1950, com a criação das primeiras organizações de camponeses na região e, mais tarde, com a institucionalização da luta em 1962. Parte das demandas dos trabalhadores rurais eram direitos que os trabalhadores urbanos já tinham, fossem eles: saúde, previdência social, leis trabalhistas e salários dignos, além da reivindicação principal, a reforma agrária. Estes e outros objetivos guiaram as ações coletivas no âmbito do MSTTR que, por sua vez, constituíram a atual estrutura de representação dos trabalhadores rurais. Em Tomé-Açu, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) foi, durante pelo menos 35 anos, a única organização que defendia a categoria e representava seus interesses. Essa realidade sofreu mudanças a partir de 2006, com a criação do Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares de Tomé-Açu (SINTRAF) e do Sindicato de Empregados e Empregadas Rurais de Tomé-Açu (SINDTER), em 2016, alterando as dinâmicas de participação, de afiliação e de realização de ações coletivas no âmbito do MSTTR. Com relação à estas dinâmicas, a literatura dos movimentos sociais tem demonstrado que a ação coletiva não é um empreendimento de fácil realização e pode depender de uma série de fatores para se concretizar, como, por exemplo, as motivações. Dentro desse contexto, o presente trabalho tem o objetivo de identificar as motivações da participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no MSTTR, mais especificamente, no STTR de Tomé-Açu, Nordeste paraense, tratando de analisar sua trajetória e os desafios atuais que se impõem à ação coletiva. A metodologia utilizada partiu de uma abordagem qualitativa com a utilização da técnica de análise de conteúdo. Durante a coleta de dados foram realizadas 34 entrevistas com dirigentes sindicais e trabalhadores rurais sócios e não sócios que participam de algum dos três sindicatos rurais de Tomé-Açu. Os resultados do estudo demonstraram duas bases de motivações, sendo uma delas *material*, ligada aos serviços e benefícios do sindicato, com a aposentadoria rural sendo a principal delas; e a outra *imaterial*, com a representatividade sindical em destaque. Entre os não-sócios, a terra foi a motivação central, exemplificada no caso da ação coletiva realizada no acampamento Mancha Negra. No processo de mobilização de novos sócios, o papel das lideranças se mostrou fundamental, tanto dentro do próprio sindicato, através da figura da presidente, quanto no contexto local, através da ação dos delegados sindicais. Quanto aos desafios atuais, foram identificados sinais de uma crise no STTR, que se dá no âmbito das ações coletivas e que reflete os problemas que ocorrem na administração da organização sindical, com a manutenção do poder nas mãos de um mesmo grupo por muitos anos, a priorização do utilitarismo no sindicato e a falta de novas lideranças que possam iniciar uma renovação à atual gestão.

Palavras-chave: Movimento social; Sindicalismo rural; Ação coletiva; Participação; Motivação.

The Rural Workers' Union Movement in Northeast Pará: the participants motivations in Tomé-Açu

ABSTRACT

The Rural Workers' Union Movement (MSTTR) is one of the main collective actions organized in favor of the fight for better living and working conditions in rural areas. In the Northeast region of Pará State, the fight for rights in this category began in the mid-1950s, with the creation of the first farm workers organizations in the region and, later, with the institutionalization of the fight in 1962. Part of the demands of rural workers were rights that urban workers already had, whether they were: health, social security, labor laws and decent wages, in addition to the main demand, agrarian reform. These and other objectives guided collective actions within the scope of the MSTTR which, in turn, constituted the current structure of representation of rural workers. In Tomé-Açu, the Rural Workers' Syndicate (STTR) was, for at least 35 years, the only organization that defended the category and represented its interests. This reality has changed since 2006, with the creation of the Tomé-Açu Family Farmers' Syndicate (SINTRAF) and the Tomé-Açu Rural Employees' Syndicate (SINDTER), in 2016, changing the dynamics of participation, affiliation and collective actions within the scope of the MSTTR. In relation to these dynamics, the literature of social movements has shown that collective action is not an easy task and may depend on a series of factors to materialize itself, as an example, the motivations. Within this context, the present work aims to identify the motivations for the participation of rural workers in the MSTTR, more specifically, in the Tomé-Açu STTR, in Northeast Pará, trying to analyze its trajectory and the current challenges that are imposed on the collective action. The methodology used started from a qualitative approach using the content analysis technique. During data collection, 34 interviews were carried out with syndicate leaders and rural workers, members and non-members who participate in any of the three rural syndicates in Tomé-Açu. The results of the study showed two bases of motivation, one of them being *material*, linked to the services and benefits of the syndicate, with rural retirement being the main one; and the other *immaterial*, being highlighted the syndical representativeness. Among non-members, land was the central motivation, exemplified in the case of the collective action carried out in the Mancha Negra camp. In the process of mobilizing new members, the role of leaders proved to be fundamental, both within the syndicate itself, through the figure of the president, and in the local context, through the action of syndicate delegates. As for the current challenges, signs of a crisis in the STTR were identified, which takes place within the scope of collective actions and reflects the problems that occur in the administration of the syndical organization, with the maintenance of power in the hands of the same group for many years, the prioritization of utilitarianism in the syndicate and the lack of new leaderships who could initiate a renewal of the current management.

Keywords: Social movement; Rural syndicalism; Collective action; Participation; Motivation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Motivos da afiliação em sindicatos no Brasil em 2015.....	56
Gráfico 2 - Utilização de serviços dos sindicatos no Brasil em 2015.....	56
Gráfico 3 - Utilização dos serviços dos sindicatos segundo tipo de serviço que utiliza no Brasil em 2015.....	57
Gráfico 4 - Participação nas atividades promovidas pelos sindicatos no Brasil em 2015.....	58
Gráfico 5 - Participação nas atividades promovidas pelo sindicato segundo tipo de atividade que costumava participar no Brasil, em 2015.....	58
Gráfico 6 - Motivo pelo qual não era afiliado a algum sindicato em setembro de 2015 no Brasil.....	59
Gráfico 7 - Taxa de afiliação no STTR de Tomé-Açu entre os trabalhadores rurais entrevistados.....	60
Gráfico 8 - Graus de participação em reuniões do STTR conforme o tipo de vínculo.....	61
Gráfico 9 - Ano de afiliação no STTR conforme sexo.....	65
Gráfico 10 - Número de entrevistados de acordo com a principal fonte de renda.....	67
Gráfico 11 - Taxa de sindicalização em áreas urbanas e rurais do Brasil, entre 1992 e 2014.....	89
Gráfico 12 - A contribuição sindical no STTR de Tomé-Açu.....	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de entrevistas realizadas por organização e tipo vínculo.	25
Tabela 2 - Núcleos de significado e categorias obtidas através da análise de dados.....	26
Tabela 3 - As motivações de sócios e não-sócios conforme o grau de participação.	62
Tabela 4 - Motivos da afiliação relacionados a benefícios ou serviços.....	65
Tabela 5 - Número de entrevistados conforme renda familiar e recebimento de benefício social no STTR de.....	66

LISTA DE SIGLAS

AAMPNM	Associação Agrícola dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade Mancha Negra
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CONTAR	Comissão Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAFAMITA	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Miritipitanga
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNTR	Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais
ENFOC	Escola Nacional de Formação da Contag
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETRAGI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalho Rural
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimentos dos Pequenos Agricultores do Pará
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel
PNE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido dos Trabalhadores do Brasil
PSOP	Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma
SEAD	Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Tomé-Açu
SINTRAF	Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares de Tomé-Açu
SINDTER	Sindicato de Empregados e Empregadas Rurais de Tomé-Açu
TMR	Teoria de Mobilizações de Recursos
TNMS	Teorias dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
ULTAP	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA	16
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
3.1 LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	21
3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS	23
4 “OLHANDO NO RETROVISOR DA VIDA”: A TRAJETÓRIA DO MSTTR EM TOMÉ-AÇU	27
4.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO MSTTR NO BRASIL.....	28
4.2 A CONSTRUÇÃO DO MSTTR NO NORDESTE PARAENSE	35
4.2 “SE HOJE NÓS ESTAMOS AQUI, É PORQUE A GENTE SE ORGANIZOU”: A TRAJETÓRIA DO STTR DE TOMÉ-AÇU	38
4.3 DIVERSIDADE SINDICAL EM TOMÉ-AÇU: OS CASOS DE SINTRAF E SINDTER.....	47
5 “O SINDICATO É UMA ARMA PRA NÓS”: A IMPORTÂNCIA DO SINDICATO E AS MOTIVAÇÕES DE SÓCIOS E NÃO-SÓCIOS	53
5.2 MOTIVAÇÕES LIGADAS À SERVIÇOS: APOSENTADORIA RURAL, SALÁRIO-MATERNIDADE E SERVIÇOS DE SAÚDE.....	62
5.3 A TERRA COMO MOTIVAÇÃO: AÇÃO COLETIVA NO ACAMPAMENTO MANCHA NEGRA	69
5.4 A REPRESENTATIVIDADE SINDICAL.....	77
6 “ELES TÃO VENDENDO, MAS TÃO FINGINDO QUE NÃO VÊ”: OS DESAFIOS E FRAGILIDADES DO MSTTR	84
6.1 UM MOVIMENTO EM CRISE?	85
6.2 AS REFORMAS E SEUS IMPACTOS PARA O MSTTR	95
6.3 A CRISE DO MSTTR EM TOMÉ-AÇU: O STTR EM QUESTÃO.....	100
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
8 REFERÊNCIAS	113

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no Nordeste paraense e tem como foco as motivações dos seus participantes. A abordagem se dá a partir da trajetória do movimento e do protagonismo exercido pelos mais diversos atores de sua construção ao longo dos anos, que têm as ações coletivas como sustentáculo para reivindicar seus interesses.

Ao longo de décadas, a representação dos trabalhadores(as) rurais tem sido construída através da luta por melhores condições de vida e trabalho no campo. No Brasil, as primeiras iniciativas para a criação de organizações de trabalhadores rurais – atualmente entendidos como agricultores familiares, assalariados rurais, boias-frias, diaristas etc. (SCHMITZ, 2010) – aconteceram na década de 1940 (MEDEIROS, 1989).

Após a institucionalização da luta, em 1962, os próximos cinquenta anos do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) foram marcados por processos complexos e contraditórios, que, por sua vez, provocaram transformações, crises e reformulações de sua estrutura organizacional e política, principalmente durante o período do golpe militar entre 1964 e 1985 (MEDEIROS, 1989; ASSIS, 2007). A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram as duas principais organizações reformuladas durante esse período e são protagonistas da história do movimento. Mais adiante, em 1995, a literatura demonstra que uma ruptura estrutural acontece, ocasionando a emergência do “novo sindicalismo”, que colocou os agricultores familiares sob os holofotes alterando os caminhos do MSTTR na atualidade (FAVARETO, 2006; PICOLOTTO, 2009).

A ação coletiva é a essência de um movimento social e a participação é condição de vida para ambos. Todo movimento social é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um movimento social (TOURAINÉ, 2006). Para que uma ação coletiva se torne um movimento social precisa, ao longo de sua trajetória, incorporar algumas características, como identidade coletiva (MELUCCI, 1989) ou *esprit de corps* (BLUMER, 1995), repertórios (TILLY, 1978) e organização (FRIEDBERG, 1995). Essas características realçam a “natureza dupla” do movimento sindical.

O MSTTR é constituído por uma forma de *movimento* (ações coletivas) e uma forma de *organização* (divisão do trabalho, secretarias, serviços). A dupla natureza do movimento sindical faz com que haja diferentes tipos de motivação para participar, assim como desafios que dificultam a atuação coletiva dos indivíduos. A motivação é, portanto, o princípio de todo

o processo. É o objetivo inicial de um indivíduo que decide participar de uma ação coletiva ou de um movimento social. Mas, o que os motiva a lutar? Durante muito tempo, a literatura dedicada aos movimentos sociais se preocupou em estudar as características das ações coletivas que compõem um movimento social, seus repertórios de mobilização e os padrões de mobilização coletiva (TILLY, 1978; MELUCCI, 1996; HABERMAS, 1984; TOURAINE, 1989). No entanto, existe uma necessidade maior em entender o engajamento individual daqueles que participam e criam um ambiente favorável para reivindicar e propor mudanças em sua realidade. Nem as teorias do comportamento coletivo, nem a escola da mobilização de recursos e nenhuma outra abordagem estruturalista conseguiu construir um modelo convincente sobre o engajamento individual e sua evolução no curso da ação coletiva (FILLIEULE, 2001).

Nesse sentido, a relevância do tema se manifesta na necessidade de entender um movimento social em sua origem, que é a motivação de seus líderes e participantes, considerando a diversidade de fatores que influenciam direta e indiretamente os indivíduos que decidem participar ou não de ações coletivas. Compreender esse processo é fundamental, pois, sem a participação, nenhum movimento teria razão social de existir ou uma bandeira de luta para defender. Diante disso, o desafio é buscar o equilíbrio entre os objetivos individuais pensando no bem coletivo.

O “desafio da cooperação” tem se mostrado, durante décadas, como um dos principais entraves para as ações coletivas. Olson (2015)¹ escreveu sobre o problema do *free rider* (carona). Segundo o autor, os indivíduos terão dificuldade em atuar de forma coletiva mesmo tendo objetivos comuns. Isso acontece devido à dificuldade de exclusão daqueles que não participam da ação coletiva, mas “pegam carona” nos esforços alheios e se beneficiam. Desde a lógica de Olson (2015), a maioria dos pesquisadores trata a ação coletiva como problemática (OLIVER, 1993) e existe uma dificuldade em encontrar outros fatores que sejam determinantes para ações coletivas de sucesso.

Vários são os fatores que favorecem a participação e eles podem derivar de bases *materiais*, que partem de uma lógica racional custo-benefício (KLANDERMANS, 1987; OLSON, 2015) ou *imateriais*, ligados aos valores, sentimentos, emoções etc. (MELUCCI, 1989; SABOURIN, 2012; CASTELLS, 2018). Existe um consenso por parte da literatura de que a diversidade dos indivíduos envolvidos em uma ação coletiva não permite considerar

¹ A obra de Mancur Olson “The logic of collective action: public goods and the theory of groups” foi publicada originalmente em 1965.

apenas uma base de motivação. Mesmo os autores que priorizam fatores materiais, por exemplo, consideram a existência de fatores imateriais e vice-versa.

Diante dos desafios, o objetivo deste trabalho é identificar as motivações para a participação de trabalhadores e trabalhadoras rurais no MSTTR. O estudo foi realizado no Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Tomé-Açu, buscando identificar os motivos da afiliação neste sindicato e analisar a participação dos trabalhadores(as) em ações coletivas, com o intuito de compreender como lidam com os problemas internos à organização e os desafios atuais que emergem no cenário político no Brasil. A escolha por Tomé-Açu se justificou, em um primeiro momento, na lógica de expansão da agricultura empresarial por meio dos monocultivos de dendê na região Nordeste paraense na qual o município está inserido. Tal lógica tem causado impactos diretos no município de Tomé-Açu (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018). O processo de expansão da dendeicultura interfere diretamente na organização do trabalho no interior das propriedades familiares do município, já que a integração de agricultores familiares à cadeia produtiva acaba gerando assalariamento, especialização produtiva e necessidade de aumento da mão de obra familiar (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019). No entanto, ao longo da pesquisa, outros aspectos tornaram-se prioritários tendo em vista as principais demandas dos trabalhadores e trabalhadoras analisados e da própria organização sindical. Esta pesquisa não se dedica, portanto, a analisar os impactos da dendeicultura sob os estabelecimentos familiares, mas prioriza as motivações dos participantes do MSTTR.

A dissertação está estruturada em seis partes principais: 1) *Referencial teórico*, que trata da relação entre as teorias dos movimentos sociais e a ação coletiva, buscando evidenciar o debate em torno das propostas de cada teoria, os conceitos e a forma como cada uma aborda as transformações e desafios contemporâneos; 2) *Procedimentos metodológicos*, traz a caracterização da área de estudo e o detalhamento da análise dos dados obtidos com a pesquisa; 3) *“Olhando no retrovisor da vida”*, descreve o contexto histórico do MSTTR partindo de uma abordagem mais generalizada a nível de Brasil, depois descreve pontos importantes da história no Nordeste paraense, até chegar na história específica do STTR de Tomé-Açu; 4) *“O sindicato é uma arma pra nós”*, fala a respeito das motivações identificadas através das percepções dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados; 5) *“Eles tão vendo, mas tão fingindo que não vê”*, aborda as questões atuais do MSTTR, apresentando uma visão contextual do cenário político no Brasil e os problemas enfrentados pelos trabalhadores no STTR, no nível local. 6) *Considerações finais*, apresenta as conclusões obtidas através da relação entre a teoria e o objeto

estudado, demonstrando o que motiva os trabalhadores e a atual realidade que perpassa o MSTTR no município analisado.

Enquanto discente de um programa de pós-graduação que tem o agricultor familiar como principal foco, sinto a necessidade de evidenciar os desafios que se apresentam em seu cotidiano. Com esta pesquisa, pretendo colaborar com uma pequena porção de conhecimento para os estudos dos movimentos sociais rurais na Amazônia e contribuir para o entendimento de uma categoria complexa, porém, extremamente importante para o Brasil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS E AÇÃO COLETIVA

Tendo em vista a diversidade dos atores e de suas reivindicações, bem como a diversidade de teorias, tem sido cada vez mais difícil conceituar um movimento social. Ilse Scherer-Warren (2000) escreveu sobre a atualidade dos movimentos sociais e ressaltou que a globalização econômica, tecnológica e informacional provocou transformações significativas na sociedade. Segundo a autora, essas transformações tiveram impacto direto sobre os atores coletivos e os movimentos sociais rurais e urbanos, que se mostram com características diversificadas e complexas.

Surge neste cenário uma pluralidade de novas problematizações para as lutas pela cidadania e pelo reconhecimento cultural, para além das tradicionais lutas de classe. Destacando-se as questões de gênero, étnicas, ambientais, sobre a saúde, a educação, a qualidade de vida, a mística, a religiosidade etc. (SCHERER-WARREN, 2000, p. 34).

Castells (1999) observou a emergência de acontecimentos importantes no início do século XXI, tais quais a revolução das tecnologias da informação, as crises e reestruturações do capitalismo e a criação de novos movimentos sociais (como o feminismo, o ambientalismo e outros, em defesa dos direitos humanos e sexuais). Para o autor, esses processos reformularam as relações de poder, e isso deu origem a uma “Sociedade em Rede”, com relações sociais bem mais complexas e constituída por “redes em todas as dimensões fundamentais da organização e da prática social” (CASTELLS, 1999, p. 2).

Melucci (1989, p. 57) entende o movimento social como “uma forma de ação coletiva baseada na solidariedade, desenvolvendo um conflito e rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação.” Sob uma perspectiva mais racional, Touraine (1977, p. 336) considera que um movimento social é “a ação conflitante de agentes de classes sociais lutando pelo controle do

sistema de ação histórica”. De acordo com este autor, um movimento é dotado de três princípios: identidade, oposição e totalidade. Nesse sentido, o primeiro seria a definição dos atores do movimento; o segundo, a definição de um adversário e o terceiro a abrangência de suas ações.

Um dos conceitos que melhor se adapta ao MSTTR é o de Herbert Blumer (1995). Conforme este autor, movimentos sociais são “empreendimentos coletivos destinados a estabelecer uma nova ordem de vida” (BLUMER, 1995, p. 60). Touraine (2006, p. 175) foi mais “exigente” e propôs que o movimento parte dos “atores de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um com o outro, uma importância central”.

Neste trabalho, utilizarei o conceito de movimento social proposto por Chazel (1995) - em complemento às ideias de Blumer (1995) -, que considera o movimento social como

[...] um empreendimento coletivo de protesto e contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através do recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não institucionalizados (CHAZEL, 1995, p. 291).

Mencionei, anteriormente, que todo movimento social é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um movimento social (TOURAINÉ, 2006). Do meu ponto de vista, e com base em alguns autores aqui apresentados – sobretudo em Blumer (1995), Melucci (1989) e Chazel (1995) –, uma ação coletiva pode se tornar um movimento social caso o seu nível de organização e mobilização sejam altos a ponto de estabelecer uma *identidade coletiva* e criar condições para reivindicar mudanças com base em suas demandas, podendo ou não se institucionalizar. Para que isso aconteça, a participação dos atores é essencial, especialmente no processo de construção de uma ideologia que represente as reivindicações do grupo de indivíduos. Por outro lado, a ação coletiva pode ser menor e mais pontual, para reivindicar determinada coisa ou exigir melhorias, sem ter que propor algo estruturalmente novo.

Tendo em vista a institucionalização dos movimentos sociais, é importante levar em consideração sua organização. Blumer (1995) explica que, no início, todo movimento social tem uma organização precária e apenas com o tempo passa a adquirir características particulares de uma sociedade, como seus costumes, tradições, lideranças e regras. Para o autor, todo movimento social adquire um “*esprit de corps*”, ou seja, um sentimento de pertencimento, de identificação, uma identidade coletiva (MELUCCI, 1988). A identidade do movimento social depende estritamente da ação das lideranças e dos interesses individuais de seus membros para ser construída, pois são eles que determinarão os rumos das ações.

Alguns movimentos possuem uma “natureza dupla” que lhes é característica. O MSTTR é constituído por um aspecto de *movimento* propriamente dito – historicamente conhecido por sua trajetória de lutas por direitos dos trabalhadores rurais e materializado nas diferentes formas de ações coletivas, como os protestos e os conflitos – e um aspecto de *organização*, que é a instituição sindical com todas as suas características bem definidas através de uma estrutura formal que obedece a uma hierarquia de funções e normas (BLUMER, 1995).

Friedberg (1995, p. 375) define as organizações como “conjuntos humanos formalizados e hierarquizados com vistas a assegurar a cooperação e a coordenação de seus membros no cumprimento de determinados fins”. Daí a importância destacada para a forma institucional do movimento, com regras a serem seguidas pelos membros e com lideranças que conduzam os processos de mobilização coletiva (OSTROM, 1990; TARROW, 2009).

Para McCarthy e Zald (1977), a natureza dupla dos movimentos sociais confirma que eles têm sentido, organização e as decisões dos indivíduos partem de uma “Escolha Racional”, seguindo uma lógica de custo e benefício. Os autores analisam os movimentos sociais sob a ótica da Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), comparando-os com uma empresa, formada por uma divisão interna do trabalho, regras, líderes, hierarquia e estruturas burocráticas.

É nessa perspectiva de racionalidade proposta pela TMR que emerge uma das principais questões a serem debatidas no âmbito da ação coletiva e dos movimentos sociais. Diante da dificuldade de mobilizar os indivíduos para ações coletivas, se faz cada vez mais necessário buscar entender os fatores que motivam a participação dos indivíduos.

Mancur Olson (2015), em “A lógica da Ação Coletiva”, propôs o *desafio da cooperação* e afirmou que grupos de indivíduos com interesses comuns não agem para promovê-los. O autor explica que isso acontece devido à dificuldade de exclusão dos benefícios de um bem coletivo para aqueles indivíduos que não participam. Olson define esses indivíduos como *free riders* (aproveitadores, caronas) e explica que se os benefícios não puderem ser excluídos dos não participantes, eles sempre aproveitarão a contribuição e as conquistas daqueles que participaram da ação.

Olson (2015) também observou o problema da cooperação e a dificuldade de atuação coletiva no âmbito dos sindicatos:

Um trabalhador racional não irá contribuir voluntariamente para um (grande) sindicato que proveja uma benfeitoria coletiva, visto que ele sozinho não irá fortalecer perceptivelmente o sindicato e visto que iria desfrutar das vantagens das conquistas de qualquer sindicato tanto se o apoiasse quanto se não o fizesse (OLSON, 2015, p. 102).

As análises sociais anteriores à teoria de Olson (2015) acreditavam que a ação conjunta dos indivíduos em prol de interesses comuns acontecia sem problemas, de forma instintiva e natural (OLIVER, 1993). Mas o economista provou o contrário, mostrando que o comportamento dos indivíduos é baseado em um cálculo racional. “Depois de Olson, a maioria dos cientistas sociais trata a ação coletiva como problemática” (OLIVER, 1993, p. 273).

Após a teoria de Olson (2015) ter demonstrado seu valor para a análise sociológica, muitos teóricos dos movimentos sociais têm se esforçado para contrapor suas ideias. As Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) e a Teoria do Processo Político (TPP) trouxeram visões diferenciadas para o debate. Ambas combinam análises a partir da cultura e da política, sendo que a TNMS foca em mudanças culturais ao longo dos períodos históricos e a TPP em estruturas de oportunidades políticas (TARROW, 2009).

Tarrow (2009) indica que as variações estruturais da política abrem novos espaços para reivindicações de diferentes grupos sociais, ou seja, em cenários políticos favoráveis, os grupos se organizam para lutar por seus objetivos, de modo que o processo de reivindicação só acontecerá caso haja coordenação entre os ativistas, ou seja, “estruturas de mobilização”, que são as redes informais e as estruturas conectivas, nas quais as pessoas vivem e elas mesmas constroem” (TARROW, 2009, p. 265). Entretanto, Tilly (1978) considera que essa coordenação depende da solidariedade, ou seja, do sentimento de pertencimento a uma classe social ou um grupo, combinado às redes interpessoais dos membros.

Alonso (2009) concorda com as ideias de Tarrow (2009), reafirmando a importância das “estruturas de mobilização” e de oportunidades políticas favoráveis para a existência de um movimento social:

[...] a solidariedade não gera ação, se não puder contar com “estruturas de mobilização”: recursos formais, como organizações civis, e informais, como redes sociais, que favorecem a organização. A mobilização é, então, o processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação. Mas tudo isso [...] só configura um movimento social diante de oportunidades políticas favoráveis (ALONSO, 2009, p. 55).

No que diz respeito à TNMS, Touraine (1989) afirma que as mobilizações a partir de 1960 são diferentes daquelas vistas anteriormente, pois os conflitos se manifestam em torno da própria “sociedade civil”. Segundo o autor, as mobilizações agem no sentido de mudar valores sociais, são dotadas de atores coletivos com um caráter mais cultural que buscam mudanças de costumes. Habermas (1984) complementa com a proposta de um novo padrão de mobilização

coletiva baseado em movimentos defensivos, que partem de uma “*situação-problema*” e atuam como promotores de novas formas de ação coletiva voltadas para a afirmação de identidades e a preservação da autonomia dos grupos.

Para Melucci (1996, p. 14), no âmbito das mobilizações coletivas “os processos sociais são produtos de ações, escolhas e decisões”. Este autor acredita que a ação coletiva presente nas mobilizações é resultado de crenças, sentimentos e experiências passadas e, por isso, a análise não pode estar unicamente voltada para a estrutura do movimento social e ignorar os motivos dos atores da ação. Diante disso, o autor entende a ação coletiva como

[...] um conjunto de práticas sociais (i) envolvendo simultaneamente um número de indivíduos ou grupos, (ii) exibindo características morfológicas semelhantes na contiguidade de tempo e espaço, (iii) implicando um campo social de relacionamentos e (iv) a capacidade das pessoas envolvidas de dar sentido ao que estão fazendo (MELUCCI, 1996, p. 20).

Todavia, mesmo que maioria dos pesquisadores dos movimentos sociais atribuam este caráter ‘reivindicatório’ à ação coletiva, ela pode ser ainda o simples ato de fazer algo que se gosta em conjunto com outras pessoas, como em um jogo de futebol, por exemplo (OLIVER, 1993). O grande desafio tem sido justamente o de transformar atos voluntários (baseados em objetivos comuns) em reivindicações coletivas organizadas e eficazes. Ou mesmo, mobilizar indivíduos a participarem dessas reivindicações, tendo em vista que nem toda participação é movida por um sentimento de solidariedade e pode depender de outros fatores, como visto anteriormente.

Sobre a mobilização de uma ação coletiva, vale ressaltar, que “a mera existência de objetivos comuns [...] ou a existência de um grupo, não caracteriza ainda uma ação coletiva, a qual se constitui apenas a partir de uma ação conjunta, resultado de um engajamento voluntário de indivíduos” (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017, p. 205). Além disso, é importante observar que, ao longo do tempo, a ação coletiva não é mais uma atitude impulsiva, sem uma articulação prévia e sem estratégias traçadas. Geralmente, são respostas a um descontentamento, que envolvem emoções, mas também escolhas racionais que permitem aos seus membros analisar o contexto e decidir o momento propício para que a ação aconteça (TOURAINÉ, 2002; MELUCCI, 1988; 1996; SILVA, 2018).

Quando os indivíduos atuam coletivamente por meio de ações organizadas, com estratégias e lideranças, as redes de relações entre esses indivíduos se formam de maneira mais eficaz, fazendo com que o pensamento coletivo se sobressaia e cada indivíduo se reconheça como membro do grupo, criando uma identidade (MELUCCI, 1988). Na análise da formação

de uma identidade coletiva, assim como da participação em movimentos sociais, os sentimentos e emoções são importantes, pois representam a subjetividade de cada indivíduo e permitem identificar o que os motiva a participar de uma ação coletiva ou de uma organização, que, no caso desta pesquisa, é representada pelo MSTTR. Buscando analisar como se dá a participação dos trabalhadores e trabalhadoras, a seção a seguir descreve os procedimentos metodológicos adotados durante a pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Compreender a essência do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) exige ir a fundo nas particularidades dos atores que o constituem e se mobilizam coletivamente para que as ações aconteçam. Através do método de pesquisa qualitativa, busquei analisar os fatores que emergiram da interação com os sujeitos da pesquisa, identificando os aspectos subjetivos de suas relações sociais. Tal abordagem abrange condições contextuais, como as condições sociais e institucionais, por exemplo, em que as vidas das pessoas se desenrolam (YIN, 2016). Parte da noção da construção social das realidades, está interessada nas perspectivas dos participantes, em seus significados, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo (FLICK, 2009; YIN, 2016).

A pesquisa qualitativa torna possível “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2008, p. 65). No caso específico desta pesquisa, o método qualitativo esteve atrelado a interpretação dos diferentes pontos de vistas identificados (GODOY, 1995; CRESWELL, 2007; STAKE, 2011; YIN, 2016), justamente para compreender percepções individuais, para que, a partir delas, fosse possível chegar ao entendimento do movimento social estudado.

Nesta seção irei detalhar *de que forma* e em *qual localidade* foi realizada a pesquisa, descrevendo os procedimentos utilizados para coleta e análise dos dados e como estes foram interpretados ao longo da dissertação.

3.1 LOCALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Tomé-Açu foi criado através da lei nº 1725, de 17 de agosto de 1959. Está situado na região Nordeste paraense, zona Guajarina e possui aproximadamente 62 mil habitantes (IBGE, 2013).

A história da formação social de Tomé-Açu está diretamente ligada à história do município de Acará. De acordo com Aihara (2008), os primeiros habitantes do rio Acará-Mirim foram os índios Tembé, da nação Tenetehara, cujos grupos cultivavam uma agricultura de subsistência e partilhavam com os índios Guarajá, do Estado do Maranhão, a mesma língua e tradição culturais. A autora afirma que o nome Tomé-Açu foi dado ao rio que banhava a região em homenagem ao seu mais antigo habitante, um índio Tembé que se chamava Tomé, este índio possuía grande porte físico, o que na língua indígena é denominado de “açú”, e por esse motivo o índio era chamado por todos de Tomé-Açu. Esse nome foi dado ao rio e mais tarde à cidade, que é banhada por ele (AIHARA, 2008; SILVA, 2004).

No período da Segunda Guerra Mundial, o município abrigou japoneses, alemães e italianos, que vieram para trabalhar na agricultura. Sua formação e reprodução social é pautada nesta atividade, seja através do trabalho dos indígenas, camponeses, quilombolas, japoneses ou nordestinos, e está, portanto, ligada ao contexto de formação social e econômica da Amazônia, com toda a sua diversidade de sujeitos e conflitos (AIHARA, 2008; SILVA, 2004). Os japoneses tiveram papel importante neste contexto, já que muitos migraram para a Amazônia e fizeram dessa região suas casas. Aqui construíram suas lavouras e disseminaram sua cultura, deixando um legado que perdura até os dias atuais, de forma semelhante ao que ocorreu com muitos outros casos na Amazônia.

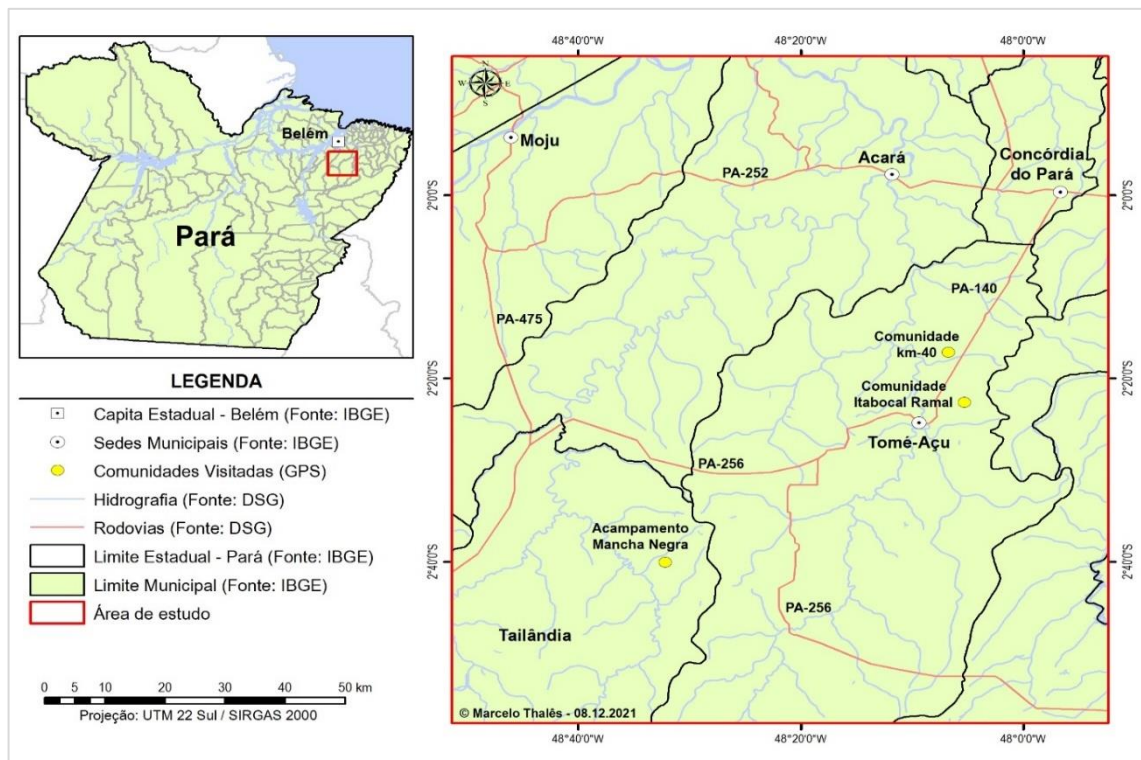
Durante o período de formação do município, as organizações sociais tiveram um papel importante, principalmente a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA). Criada em 1949, a CAMTA é uma das principais organizações de agricultores familiares do município. Mais tarde, outras organizações foram criadas, como: o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) em 1971, o Sindicato de Agricultores e Agricultoras Familiares (SINTRAF) em 2006 e, mais recentemente, o Sindicato de Empregados e Empregadas Rurais (SINDTER), em 2016.

Ao longo dos anos, os agricultores de Tomé-Açu tiveram diferentes produtos como “carros-chefes”. Hoje, predominam os cultivos de pimenta-do-reino, cacau, açaí, hortaliças e dendê. Esse último tem sido a principal causa das mudanças ambientais e na “organização do trabalho familiar no interior dos estabelecimentos familiares do município” (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019, p. 533). Conforme os autores, isso se deve ao avanço das agroindústrias do dendê a partir da criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, e do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PSOP), em 2010.

Optei por analisar o STTR devido a duas questões: *i)* a primeira questão se mostrou relevante quando identifiquei que os sindicatos destinados à agricultura familiar em Tomé-Açu têm propostas diferentes, e, dentre eles, o STTR é o único que ainda mantém como principal bandeira de luta a reforma agrária, que realiza mobilizações coletivas e que, à primeira vista, demonstrou ter um aspecto de *movimento* mais aguçado; *ii)* e a segunda se justifica pela trajetória deste sindicato, tendo em vista que o STTR é o mais antigo e que possui uma história mais duradoura, com legados deixados por antigas lideranças e desafios que se colocam à atual gestão. Em relação aos outros dois sindicatos, resolvi analisá-los de forma complementar, buscando não só descrever suas trajetórias, mas também analisar os diferentes pontos de vista de suas lideranças em relação ao que foi identificado no STTR que é o principal objeto do estudo.

A pesquisa aconteceu nas sedes do STTR, SINTRAF e SINDTER e em localidades próximas à cidade, sendo elas as comunidades: Km 40, Itabocal Ramal e Acampamento Mancha Negra (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização das comunidades visitadas.



Fonte: Elaborado por Marcelo Thalês, 2021.

Além disso, foram realizadas entrevistas com trabalhadores rurais de outras comunidades na sede do sindicato e por telefone. As demais comunidades mencionadas, mas

que não foram visitadas, são: Km 11, Km 27, Miritipitanga, Km 42, Colônia Areal, Comunidade Flechal. Vale ressaltar que estas são nomenclaturas definidas pelos entrevistados, não sendo possível, sem a visita *in loco*, verificar mais detalhadamente as localidades.

As entrevistas foram realizadas nas proximidades de Tomé-Açu e por telefone devido às restrições da pandemia de Covid-19 que paralisou todas as atividades de campo durante o período de elevação do número de casos da doença. O pouco tempo restante para o desenvolvimento da pesquisa de campo, nos meses de setembro e outubro de 2021, não permitiu a realização de longos percursos e incursões mais demoradas. Ressalto, ainda, que mesmo com a diminuição do número de casos durante o período de realização da pesquisa em campo, adotei o distanciamento social e o uso de máscara e álcool em gel durante todas as entrevistas.

3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Tendo em vista o método de pesquisa adotado e a problemática exposta anteriormente, a pesquisa foi dividida em quatro etapas: *i) construção teórica; ii) pesquisa exploratória; iii) pesquisa de campo; e iv) análise dos dados.*

O processo de *construção teórica* percorreu todo o tempo da pesquisa e consistiu em levantamento bibliográfico e leituras a respeito das temáticas abordadas, sendo elas: Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Teorias dos Movimentos Sociais, Ação Coletiva, Motivação e Participação. Neste primeiro momento, construí o aporte teórico da pesquisa, ou seja, o “plano de fundo” para a base empírica de dados, argumentos e análises, possibilitando, mais adiante, a correlação lógica entre teoria e empiria.

A *pesquisa exploratória*, consistiu na realização de três entrevistas com os presidentes do STTR, SINTRAF e SINDTER, nos meses de julho e novembro de 2019. As entrevistas tiveram o objetivo de conhecer a história, as atividades realizadas, as dificuldades e o perfil dos sócios dos três sindicatos rurais de Tomé-Açu.

Por sua vez, a *pesquisa de campo*, realizada nos meses de setembro e outubro de 2021, consistiu na aplicação de roteiros de entrevista semiestruturados com trabalhadores e trabalhadoras rurais sócios e não sócios do STTR, bem como, dirigentes de todos os três sindicatos. Esses roteiros combinam perguntas abertas e fechadas, permitindo que o entrevistado tenha a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, não ficando preso a questões objetivas e superficiais. O pesquisador, por sua vez, deve seguir algumas questões pré-definidas, e aplicá-las em forma de conversa, tomando os devidos cuidados para controlar a

discussão dentro do assunto de interesse e evitar “fugas” do entrevistado (BONI; QUARESMA, 2005).

O objetivo das entrevistas foi identificar as motivações da participação no MSTTR, considerando que elas poderiam ser *imateriais* (valores, crenças, sentimentos etc.) ou *materiais* (serviços do sindicato e outros benefícios em geral). Decidi entrevistar trabalhadores não afiliados para buscar entender se participam de reuniões, manifestações, protestos, ocupações, ou seja, para identificar se, de alguma forma, usufruem do sindicato mesmo não sendo sócios. Esta distinção entre os tipos de motivação foi importante para verificar se ambas estão interligadas ou podem agir de forma independente estimulando a participação no movimento.

Ao todo, foram 34 entrevistas realizadas com dirigentes e trabalhadores rurais sócios e não sócios que participam de algum dos três sindicatos rurais de Tomé-Açu (Tabela 1). A grande maioria dos entrevistados possui algum tipo de vínculo com o STTR, seja ele através de afiliação ou algum grau de participação. O restante da amostra corresponde a 1 sócio e 3 dirigentes do SINTRAF e 1 dirigente do SINDTER, totalizando 5 pessoas. Com relação ao grupo de sócios entrevistados, 18 são homens e 4 são mulheres, enquanto do grupo dos não-sócios, 3 são mulheres e 2 são homens. Ao longo da análise e da discussão dos dados os nomes dos entrevistados foram mantidos em sigilo para assegurar a sua privacidade, sendo substituídos pelo termo “Entrevistado(a)” e enumerados seguindo a ordem alfabética de seus nomes. Já as lideranças tiveram seus nomes mantidos para conservar a fidelidade da história descrita no trabalho, pois já são conhecidas.

Tabela 1 - Número de entrevistas realizadas por organização e tipo vínculo.

Entrevistados	STTR	SINTRAF	SINDTER
<i>Trabalhadores rurais sócios</i>	22	1	-
<i>Trabalhadores rurais não-sócios</i>	5	-	-
<i>Dirigentes</i>	2	3	1

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

O processo de *análise dos dados* foi realizado através de Análise de Conteúdo, baseada no método de Laurence Bardin (2011). Segundo a autora, este método é definido como

[...] um conjunto de práticas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Este método de análise permitiu a criação de categorias, com base em semelhanças e fatores importantes identificadas durante o processo de interpretação das entrevistas, através de três fases fundamentais (BARDIN, 2011): a primeira, denominada *pré-análise*, é a fase de organização e sistematização de ideias, de modo que seja possível estabelecer um esquema preciso para desenvolver as etapas seguintes da análise; a segunda é a *exploração do material*, que consiste em codificar, decompor ou enumerar os dados. Nesta fase, são criadas as unidades de registro e as unidades de contexto com base no tema abordado. A unidade de registro parte do próprio tema de pesquisa e é utilizada para estudar motivações de opinião, crença, valores, atitudes etc. Já a unidade de contexto corresponde ao segmento da entrevista que possibilita a compreensão exata da unidade de registro. A terceira é a fase *de tratamento dos resultados*, realizada por meio dos procedimentos de *inferência* (deduzir de forma lógica) e *interpretação* (significação dos dados). É nesta última etapa que as categorias são criadas a partir de características comuns entre os elementos identificados.

Os resultados da pesquisa foram construídos a partir do núcleo direcionador central “As motivações dos participantes do STTR de Tomé-Açu”. O núcleo deu origem a 188 unidades de contexto, 210 unidades de registro, 12 núcleos de significado e 3 categorias de análise, proporcionando um debate não só em torno das motivações, mas também da trajetória e dos desafios atuais do MSTTR (Tabela 2).

Tabela 2 - Núcleos de significado e categorias obtidas através da análise de dados.

Núcleos de Significado	Categorias
<i>Lutas e conquistas do sindicato</i> <i>Aspectos da liderança</i> <i>Diversidade sindical</i>	1. "Olhando no retrovisor da vida": a história do Movimento Sindical Rural em Tomé-Açu
<i>Importância do sindicato</i> <i>Motivações para participar</i> <i>Conhecimento x Desconhecimento</i>	2. "O sindicato é uma arma pra nós": a importância do sindicato e as motivações de sócios e não-sócios
<i>Transformações no MSR</i> <i>Problemas do sindicato</i> <i>Motivações do abandono ou troca</i> <i>Desafios do MSR</i> <i>Pontos negativos da luta</i>	3. "Eles tão vendo, mas tão fingindo que não vê": desafios e fragilidades do MSTTR.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

As categorias elaboradas a partir da análise de conteúdo, constituem os três capítulos de discussão estruturados ao longo do texto. Já os núcleos de significado compõem os subtópicos

e estão inclusos no debate de forma direta e indireta, de acordo com a frequência e relevância atribuídas aos próprios sujeitos da pesquisa. Minha intenção foi possibilitar que as percepções dos trabalhadores e trabalhadoras, acerca das principais questões aqui analisadas, fossem descritas de maneira fiel e tivessem lugar central em cada capítulo da dissertação.

4 “OLHANDO NO RETROVISOR DA VIDA”: A TRAJETÓRIA DO MSTTR EM TOMÉ-AÇU

A trajetória do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no Brasil tem sido estudada por muitos pesquisadores durante os últimos 50 anos, entre eles: Assis (2007), Comerford (1999), Favareto (2006), Guerra (1999), Hébette (2004), Leroy (1989), Medeiros (1989), Picolotto (2011) e Sauer (2017). Estes estudos proporcionaram um grande avanço na análise do longo processo de luta por direitos dos diferentes atores que compõem o rural brasileiro, processo este que perdura até os dias atuais. Os direitos a que me refiro não estão somente materializados na luta pela terra, mas em direitos constitucionais, democráticos e de reconhecimento legal dos trabalhadores rurais enquanto cidadãos.

Nos meados dos anos 1945, intensificaram-se os diversos conflitos no campo e os trabalhadores buscaram, pela primeira vez, se articular através de bandeiras de luta comuns. Nos anos 50, a emergência de ligas camponesas, de associações, de uniões trouxe à cena política a luta dos trabalhadores rurais, que impuseram seu reconhecimento à sociedade. Diferentes organizações foram criadas, reivindicações foram realizadas e, conseqüentemente, alguns direitos foram conquistados, colocando a reforma agrária em foco (MEDEIROS, 1989; ASSIS, 2007). Através de mobilizações em nível nacional (contra a opressão do Estado) e da organização em diferentes esferas, deu-se a universalização dos lavradores, camponeses e trabalhadores agrícolas, que ajudaram a produzir o reconhecimento social e político da categoria dos *trabalhadores rurais*.

Diante dessa realidade, este capítulo descreve a história do MSTTR e o processo de construção da representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil, com foco para a trajetória do movimento no Nordeste paraense, mais especificamente no município de Tomé-Açu.

4.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DO MSTTR NO BRASIL

Diante de um cenário em que a burguesia industrial detinha os poderes político e econômico, a mobilização dos trabalhadores rurais deu suas primeiras mostras de organização coletiva em 1940, com a criação de algumas entidades informais de representação no campo. Em 1945, quando a criação de associações rurais foi legalizada pelo Estado, o MSTTR inicia um processo de mobilização mais efetivo, tendo a busca pela institucionalização dos direitos da classe camponesa² como principal objetivo (MEDEIROS, 1989).

Alguns anos mais tarde, impulsionados pela conquista institucional das associações, os camponeses criam a sua primeira organização legal: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), de 1954. A criação da Ultab aconteceu em um momento de intensos conflitos, marcados pela necessidade da indústria capitalista de acabar com os latifúndios (considerados arcaicos) e abrir o mercado interno. Essa necessidade estava diretamente ligada aos camponeses, que, naquele momento, compartilhavam do mesmo interesse na luta pela terra (MEDEIROS, 1989).

No período de criação da Ultab, o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve a sua importância, pois mobilizava os camponeses para defender os seus direitos, levantando a bandeira da reforma agrária e, acima de tudo, fortalecendo o camponês enquanto classe política. Medeiros (1989) afirma que o partido designou as “massas exploradas do campo” formadas por diferentes sujeitos, como: parceiros, meeiros, rendeiros, posseiros, pequenos proprietários, colonos, moradores etc.

De acordo com Julião (1962), em 1955 o campesinato continuou mostrando sua capacidade de mobilização com a formação das Ligas Camponesas no Nordeste, mais especificamente em Pernambuco e na Paraíba. Segundo este autor, as ligas surgiram em razão de conflitos ocasionados pelo sistema de arrendamento, tendo em vista que muitos camponeses arrendatários não conseguiam pagar o valor exigido pelos patrões e foram expulsos das terras. Esse fato fez com que um grupo de camponeses formasse uma associação e estabelecesse parcerias com outras comunidades. O autor explica ainda, que, anos depois, com o apoio do

² Abro um parêntese para explicar que a partir da década de 1950, *campesinato* foi o termo que passou a representar a “diversidade das populações agrárias não-patrimoniais e nem proletárias” e a “diversidade das relações de trabalho e de formas de acesso à terra” (MORAES, 1998, p. 123). Por isso, utilizaremos este termo para falar da diversidade dos atores rurais até o período de emergência dos “trabalhadores rurais”, na década de 1960, e, posteriormente, da “agricultura familiar” na década de 1990.

PCB (no aspecto legal) e da Igreja Católica, as ligas tomaram uma proporção maior em outras regiões do país.

Os camponeses reivindicavam direitos que os trabalhadores urbanos já haviam conquistado. Para isso, organizaram pautas que apresentavam os problemas que limitavam seu reconhecimento político e social enquanto trabalhadores. Dentre as reivindicações, predominavam três pautas principais: as relativas aos direitos trabalhistas (limitação da jornada de trabalho, salário-mínimo, férias e previdência social), direito ao acesso à terra (reforma agrária) e a luta pelo direito de livre organização, seja em sindicatos, associações ou cooperativas (ASSIS, 2007).

A ampliação do MSTTR se inicia, portanto, a partir da criação de algumas associações – com a ação das Ligas Camponesas, outras por meio do apoio político e outras de iniciativas da Igreja Católica – que se expandiram de região para região e, conseqüentemente, de estado para estado. É importante dizer que o crescimento das organizações de trabalhadores rurais se deu em um período em que a Igreja se sensibilizou com os problemas sociais, ao mesmo tempo em que se preocupava com o avanço das forças de esquerda no campo (MEDEIROS, 1989).

Segundo Assis (2007), em 1962, após diferentes encontros e conferências nacionais de camponeses, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) passaram a ser reconhecidos pelo Estado. “A regulamentação fez parte de um processo que, ao mesmo tempo, visava arrefecer a crescente onda organizativa dos movimentos de trabalhadores rurais e de enquadrar o sindicalismo rural nos objetivos políticos do momento” (ASSIS, 2007, p. 51).

O processo de luta pelo reconhecimento dos sindicatos e a instituição do movimento foi resultado da ação de múltiplos atores, e, ligados a eles, diferentes ideologias, que se apresentavam na política estatal e na própria Igreja Católica. Frente a esse contexto de múltiplos atores, iniciou-se uma corrida de diferentes forças políticas do campo para a criação e reconhecimento legal de seus sindicatos. Conforme Medeiros (1989), a legislação só permitia a existência de um sindicato em cada município e, por isso, as lideranças buscavam conseguir a carta sindical o mais rápido possível, sendo que em algumas áreas já havia associações ou sindicatos informais que funcionavam e só precisavam ser regularizados. Ainda de acordo com a autora, havia outras áreas onde os sindicatos eram criados independentemente da existência de organizações anteriores ou de mobilização dos trabalhadores.

Por conta da grande demanda de sindicatos que foram sendo criados, e buscando evitar que o MSTTR perdesse o seu foco principal, os camponeses formaram uma comissão unindo os principais sindicatos, uma parte liderada por nordestinos e o PCB e a outra pela Igreja

Católica. O debate entre lideranças e apoiadores dessas duas frentes resultou na criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em 1963 (MEDEIROS, 1989).

No entanto, com o golpe militar em 1964, o MSTTR sofreu uma forte repressão:

As entidades de representação dos trabalhadores que se constituíram no período anterior, [...] bem como suas lideranças, sofreram diversos tipos de perseguições e constrangimentos. Alguns sindicatos escaparam dessa devassa, principalmente aqueles ligados à Igreja Católica (ASSIS, 2007, p. 58).

Medeiros (1989) explica que a intervenção militar atingiu também a Contag, resultando em mudanças na direção. “Apesar da forte repressão, das ameaças e perseguições, logo após o golpe começaram a se formar grupos de oposição aos interventores, nomeados pelo Estado e indicados pela Igreja” (ASSIS, 2007, p. 58).

“Para o regime que se constituía, marcado por uma proposta modernizadora da economia e da sociedade, não se tratava de eliminar o sindicalismo rural, mas sim de lhe dar uma outra direção, mais condizente com os novos tempos” (MEDEIROS, 1989, p. 87). Nesse sentido, os direitos que haviam sido conquistados passaram a ser desrespeitados e houve uma transformação das práticas sindicais, muito por conta da inserção política da Igreja Católica e dos interventores apontados pelo próprio Estado.

Segundo Medeiros (2001, p. 105), já na década de 1970 esboçavam-se as primeiras críticas à prática sindical “contaguiana” e às ações dos sindicatos comandados pela Igreja Católica. “A ação da Contag era apontada como ineficaz, por ser voltada principalmente para a denúncia de situações concretas aos poderes públicos, mas pouco efetiva no sentido de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para pressões.”

A força da Igreja Católica nos anos de governo militar, se mostrou ainda mais evidente com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. O processo de criação dessa entidade se iniciou em 1971, quando o bispo espanhol D. Pedro Casaldáliga divulgou uma carta pastoral, na qual explicitava uma linha de compromissos com posseiros, índios, peões e outros marginalizados (MEDEIROS, 1989). A criação da CPT estava diretamente vinculada “aos efeitos da política de ocupação da Amazônia empreendida pelos governos militares” (MEDEIROS, 1989, p. 111). Para a autora, a Comissão se manifestou como uma entidade de apoio às lutas dos trabalhadores rurais através de serviços de articulação e de assessoria, dentro do eixo de trabalho de apoio à organização popular.

A partir desse momento, CPT, Contag e Estado passaram a confrontar práticas sindicais e a discutir, de maneira diferente, a questão agrária (ASSIS, 2007). Essa divergência se

expressava, de certo modo, na prática assistencialista dos sindicatos “pelegos” e na tentativa das oposições de estabelecer uma formação sindical que representasse as bandeiras de luta dos trabalhadores rurais. Assis (2007, p. 59) explica essa situação:

Se, por um lado, a Contag tentava desenvolver uma ação de formação de dirigentes e de criação de sindicatos, visando fugir o máximo possível do controle sem infringir os limites da lei, por outro, tinha a ação assistencialista forte do Estado nos locais onde havia tensão social. [...] As novas funções atribuídas pelo Estado aos sindicatos tiraram-lhe sua força reivindicativa dando-lhes feições assistenciais.

Em 1978, as mudanças no quadro político e as críticas ao assistencialismo da prática sindical se iniciam (GUERRA, 1999). A proposta de uma nova forma de atuação foi, naquele momento, uma das principais pautas de reivindicação dos trabalhadores. A instituição do “novo sindicalismo” buscava romper com a forma de atuação assistencialista e paternalista dos sindicatos. O sindicalismo rural foi reestruturado durante o regime militar e emergiu como um “novo sindicalismo de *corte progressista*, que passou a cobrar a ampliação dos espaços de representatividade para os interesses da classe trabalhadora” (PICOLOTTO, 2009, p. 9).

Em âmbito rural, o “novo sindicalismo” emergiu em oposição ao sindicalismo oficial da Contag, que, por sua vez, estava tomado pelo Estado. Encabeçadas pela CPT, as críticas se manifestavam na predominante estrutura assistencialista e na ineficiência da luta por direitos (PICOLOTTO, 2009), como já mencionei anteriormente. A Igreja Católica teve que ser a principal agente de transformação do MSTTR a nível nacional e, a partir de suas ações, outros atores sindicais e não sindicais emergem:

Aliado com o surgimento do "novo sindicalismo" no campo, outros atores sociais também entram na cena política nacional (também sob motivação de agentes católicos) mobilizando segmentos específicos de pequenos produtores, posseiros, arrendatários, assalariados etc. Surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entre outros. A emergência destes novos atores além de ter tirado a exclusividade da representação política dos "trabalhadores rurais" da Contag, fez com que a categoria política unificadora "trabalhador rural" fosse "implodida" (PICOLOTTO, 2009, p. 12).

O termo *trabalhador rural*, instituído contraditoriamente pelo Estado, já não dava conta da diversidade dos sujeitos do campo e de suas demandas. Por isso, a partir da década de 1980, a Contag perdeu o monopólio dos sindicatos rurais (PICOLOTTO, 2009). Isso aconteceu por conta da emergência de outros sujeitos no cenário da luta política. Entre esses sujeitos estão os quilombolas, os extrativistas, os arrendatários, os posseiros etc. Com eles, surgiram novas estruturas de mobilização coletiva e outras bandeiras de luta, que passaram a ter influência

direta na organização dos trabalhadores. Dada essa heterogeneidade de atores, alguns sindicatos continuaram a ser de trabalhadores rurais, mas outros se preocuparam em criar secretarias especializadas em outros segmentos, como: agricultura, luta pela terra, assalariamento etc. (MEDEIROS, 2001).

O modelo “*antigo*” dos sindicatos rurais já não representava parte das demandas dos diferentes sujeitos que emergiam no campo, e, em essência, não cumpria com sua função social. O movimento carregava uma história de resistência durante os anos anteriores e, por isso, a discussão sobre o seu papel ganhou força na década de 1980, principalmente fazendo referência a sua atuação social e política. Medeiros (1989) afirma que a realização da I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, em agosto de 1981, foi importante naquele momento, pois, durante o evento, foram apresentadas diferentes correntes de pensamento no interior do sindicalismo e o debate em torno das críticas ao sindicalismo e as demandas dos trabalhadores, impulsionou a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

A CUT “[...] imprimiu uma nova dinâmica ao sindicalismo de trabalhadores rurais, tanto em relação às formas de luta quanto ao teor das reivindicações” (ASSIS, 2007, p. 72). Um pouco mais tarde, em 1988, a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) também teve papel importante (PICOLOTTO, 2009). Conforme o autor, esse momento foi marcado pela tentativa de consolidar o “novo sindicalismo”. O objetivo era reforçar os STR’s e implementar uma nova concepção de sindicalismo baseado nos princípios dessa organização, que resumidamente eram:

[...] sindicalismo livre da interferência do Estado, classista e de base; autonomia dos sindicatos frente aos partidos políticos; democracia interna nas instâncias da Central; internacionalismo sem alinhamento e socialismo como objetivo final da luta sindical (GIANNOTTI; NETO, 1991 *apud* ASSIS, 2007, p. 91).

Segundo Medeiros (1989), o objetivo era unificar as linhas de ação dos sindicatos, mas a diversidade no interior do próprio MSTTR dificultava esse processo. A autora indica que um dos obstáculos para a unificação era a existência de uma heterogeneidade de demandas e sujeitos, e, mesmo que todos fossem denominados trabalhadores rurais pela lei, na realidade eram sujeitos diferentes, com interesses igualmente diferentes. “O desafio de construir um movimento unificado a partir desse amplo conjunto de diferenças, [...] colocou-se desde cedo e enfrentou graus diferenciados de sucesso” (MEDEIROS, 1989, p. 95).

Favareto (2006) afirma que durante toda a década de 1980 o MSTTR conseguiu construir bases sólidas nos aspectos políticos e organizativos, consolidando a CUT como central

sindical em todo o território nacional e buscando dar conta da diversidade social e produtiva. Mesmo assim, “não conseguiu romper com o modelo organizativo do sindicalismo corporativo” (FAVARETO, 2006, p. 36). A CUT ocupou um lugar central e seus sindicatos passaram a partilhar uma identidade característica, mas a central não conseguiu superar os limites do sindicato de base municipal, muito menos conseguiu dar conta da diversidade de sujeitos que se apresentavam no cenário político.

A unidade corporativa dos trabalhadores rurais, que fora defendida pela Contag, permanecia forte no sindicalismo cutista e o desafio maior era encontrar uma forma de integrar as novas bandeiras de luta dos movimentos sociais rurais que se intensificavam. Contudo, mesmo tendo que lidar com sua política contraditória, o “novo sindicalismo” cutista, conseguiu se impor à dominância do Estado e dos latifúndios, proporcionando novos horizontes para os trabalhadores rurais (FAVARETO, 2006).

No que diz respeito aos interesses históricos dos trabalhadores, as transformações que chegaram com a década de 90, resultaram em “impactos no plano da subjetividade, da consciência do ser social que trabalha, e impactos em suas ações de classe, nas ações de seus órgãos de representação” (FAVARETO, 2006, p. 37). Um novo momento se inicia nesse período para o MSTTR. Segundo Picolotto (2009), a Contag e a CUT viram a necessidade de fazer readequações em suas estruturas para atender a diversidade, que a partir daquele momento, constituía os sindicatos rurais. Entretanto, o autor afirma que a Contag, apesar de possuir uma ampla quantidade de sindicatos (3.280) e reconhecimento como organização social, iniciou a década de 1990 “sofrendo o desgaste de sua forma passiva de se relacionar com o Estado e a dificuldade em promover atualizações mais profundas” (PICOLOTTO, 2009, p. 16).

A CUT, que já era reconhecida e tinha grande capacidade de expressão e mobilização, passou por problemas parecidos, pois tinha “dificuldade em firmar-se como o interlocutor privilegiado perante o Estado e em ampliar sua inserção entre os sindicatos da base contaguiana” (PICOLOTTO, 2009, p. 17). Ao que parece, uma das maiores dificuldades de ambas as organizações foi manter forte o *aspecto de movimento* do sindicalismo rural. O corporativismo e o assistencialismo que se materializaram durante as crises políticas da Contag e da CUT, evidenciaram o enfraquecimento das reivindicações e da pressão pela conquista e pela manutenção de direitos. A década de 1990 escancarou ainda mais esse enfraquecimento, pois, com a criação de políticas públicas, o Estado volta a interferir de forma efetiva nas demandas dos sindicatos.

Mesmo tendo sido organizações opostas ao longo de todo esse processo, em 1995 a Contag se filia à CUT. Nesse momento se inicia um “novo ciclo no sindicalismo rural brasileiro, com a adoção da identidade política de agricultor familiar e do projeto alternativo de desenvolvimento rural” (PICOLOTTO, 2009, p. 17). Para Medeiros (2001, p. 116),

[...] nos anos 90 começou a ganhar corpo um rearranjo de posições no interior do sindicalismo, levando a um aumento da importância dos chamados “pequenos produtores” e a um declínio da importância política dos assalariados. É a partir desse novo quadro que se gestou o que os sindicalistas passaram a chamar de um “projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar”.

É nesse período que a corrida pelo *crédito rural* se inicia, principalmente com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996. Diante de um novo cenário, no qual a modernização tecnológica e o crescimento econômico são dois dos grandes pilares, as reivindicações dos agricultores mudam, assim como os repertórios de atuação dos sindicatos:

Com relação às bandeiras de luta, o novo sindicalismo diminui a importância de algumas "antigas" – como a reforma agrária e os direitos trabalhistas – e passou a assumir centralmente outras – como a construção de um "Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural", ancorado na expansão e fortalecimento da "agricultura familiar" (PICOLOTTO, 2009, p. 16).

O apoio dado à agricultura familiar pelo Governo Federal nas últimas décadas, através das políticas públicas, modificou a organização do trabalho e as demandas sociais e políticas no campo. Conforme o contexto aqui exposto, busquei deixar claro que essa transformação realmente ocorreu, principalmente no que diz respeito aos sujeitos e suas demandas. É preciso, portanto, mapear os atuais fatores que motivam os trabalhadores e trabalhadoras rurais a se afiliar e o que pode influenciá-los a participar de ações coletivas no contexto do MSTTR. Diante do cenário político que perdura até os dias atuais, cabe analisar como está a mobilização dos trabalhadores. O que os faz continuar acreditando na força política do sindicato a ponto de tomar para si as bandeiras de luta como se fossem suas? Eles continuam acreditando nessas bandeiras? Os sindicatos ainda representam a classe dos trabalhadores rurais ou se encontram novamente dentro dos moldes assistencialistas? Estas são questões que buscarei esclarecer no decorrer dos próximos capítulos.

Porém, antes de ir mais a fundo nas particularidades dos trabalhadores rurais, é preciso conhecer aspectos da trajetória de organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Nordeste paraense, *locus* do trabalho. Diante disso, a seção a seguir descreve um breve contexto

da história do MSTTR na região, tratando de evidenciar momentos-chave no decorrer do processo de institucionalização da luta dos trabalhadores rurais.

4.2 A CONSTRUÇÃO DO MSTTR NO NORDESTE PARAENSE

Hébette e Moreira (1997, p. 125) afirmam que foi na região do Nordeste paraense, durante o final do século XIX, que se formou o “primeiro e mais significativo campesinato da Amazônia”. Mais tarde, as ações desse campesinato deram origem às primeiras Associações de Lavradores Autônomos e foram os seus presidentes que assinaram a ata de formação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), em 1956 (GUERRA; MARIN, 1990; ASSIS, 2007).

Segundo Guerra e Marin (1990), a criação da ULTAP estava pautada na definição de um quadro de associados. Seriam aceitas as afiliações de assalariados agrícolas (que não estivessem afiliados a sindicatos rurais), lavradores pobres e lavradores médios. Além disso, era proibida as afiliações de latifundiários e de seus herdeiros. “A incorporação de sindicatos e associações rurais à ULTAP [...] estava condicionada ao desejo explícito destas de, à base da luta, conquistar os direitos e reivindicações dentro dos pontos de vista difundidos pela Ultab” (GUERRA; MARIN, 1990, p. 49).

Ainda no mesmo período, a maioria dos trabalhadores rurais do Nordeste paraense que detinha a posse de suas terras era representada pelas Associações de Lavradores (GUERRA, 1988 apud ASSIS, 2007). O autor ressalta que as principais reivindicações buscavam a manutenção e abertura de estradas, garantia de insumos para a produção, melhoria dos preços dos produtos agrícolas, obtenção de crédito e acesso à terra. Mas, como a principal bandeira de luta em outras regiões era a reforma agrária, os trabalhadores rurais do Nordeste paraense logo se mobilizaram no mesmo sentido, estabelecendo bases para a criação de novos sindicatos (GUERRA; MARIN, 1990).

Guerra (2009, p. 119) afirma que na década de 1950, a criação das primeiras associações de lavradores do Pará provocou uma forte disputa entre o Estado, a Igreja Católica e os partidos políticos (principalmente o PCB) pela representação dos trabalhadores rurais, de forma que “o Estado passou a atuar com vistas ao enquadramento dos sindicatos, a Igreja a organizar discussões sobre a produção e alfabetização e os partidos a imprimir orientação política nos debates em torno da terra e da justiça social no campo”. Conforme Guerra e Marin (1990), desde o início dessa década, a Igreja Católica dividia o espaço de representação dos trabalhadores rurais com estratégias diferentes no âmbito do MSTTR. Já no início da década de

1960, a própria Igreja Católica criou o Movimento de Educação de Base (MEB) e se manifestou contra as orientações do PCB.

O surgimento do MEB [...] na região Bragantina estava voltado prioritariamente para a educação, através de programas de rádio. Em aulas irradiadas, procurava-se transmitir também noções religiosas e políticas, objetivando despertar os trabalhadores do campo para os valores doutrinários e contrapor-se a ação política de outras forças. A diferença estaria na compreensão tática do movimento, segundo militantes do MEB, que pretendiam uma formação política mais consistente e por isso, a mais longo prazo, numa posição menos “vanguardista” do que a que propunha o PCB (GUERRA; MARIN, 1990, p. 50).

“A mobilização dos camponeses e os rumos dentro do sindicalismo sob controle do Estado corresponderam ao período de fins de 1960, quando se fundaram os sindicatos à beira da estrada Belém–Brasília” (GUERRA, 2009, p. 119). Entretanto, o autor explica que o Estado só passou a controlar efetivamente os sindicatos de trabalhadores rurais a partir de 1964. Pouco antes do golpe militar, as organizações rurais estavam em um processo importante de reconhecimento de suas demandas, especialmente entre 1962 e 1964 (GUERRA; MARIN, 1990). Os autores explicam que o reconhecimento da luta pela terra, por exemplo, começou a se manifestar no governo de João Goulart com a criação da Contag, em 1963, e do Estatuto da Terra, em 1964. Porém, o golpe militar atrapalhou esse processo e resultou em perda de autonomia para os trabalhadores rurais e na retomada do poder pelo governo militar “com mão de ferro e uma política bem definida de sindicalização” (GUERRA; MARIN, 1990, p. 51). Com o golpe, a ULTAP foi completamente desestruturada e teve o seu presidente preso e morto em decorrência dos maus tratos sofridos na prisão (GUERRA; MARIN, 1990; ASSIS, 2007).

Segundo Hébette (2002), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará (Fetagri), fundada em 1968, apoiou a criação de STRs - dentro dos moldes da legislação e com o acompanhamento da Delegacia Regional do Trabalho (GUERRA; MARIN, 1990) - através de acordos com o Projeto Rondon, em 1972. Antes de 1970, existiam poucos STRs no estado do Pará e todos estavam concentrados ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança, nas microrregiões do Salgado e Bragantina e na região da rodovia Belém-Brasília (HÉBETTE, 2002). Ainda segundo o autor, a criação dos sindicatos foi contraditória, já que a grande influência do Estado fez com que a maioria deles se tornasse assistencialista e fosse dirigida por presidentes “pelegos”. Para Guerra e Marin (1990, p. 51) formou-se “um sindicalismo *previenciário, assistencialista* e preocupado com ações legais junto à Delegacia Regional do Trabalho, distante das questões discutidas nos dez ou quinze anos que antecederam o golpe militar”.

Ainda sob a perspectiva assistencialista, verbas do Fundo de Assistência ao Trabalho Rural (Funrural) e do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) foram destinadas a “fortalecer a estrutura de assistência aos associados, forjando a prática sindical no malho de funções atribuídas ao Estado. Neste sentido, os sindicatos assumem a postura de repartições públicas” (GUERRA; MARIN, 1990, p. 52). Essa postura permaneceu forte até meados de 1977, quando os trabalhadores rurais começam a se articular para uma retomada dos sindicatos.

Como descrevi anteriormente, o golpe militar impôs mudanças no MSTTR por todo o Brasil. Além da repressão do Estado, a influência da Igreja Católica aumentou significativamente nesse período. Após utilizar o MEB como instrumento de formação sindical e dividir os espaços com o Estado, a Igreja Católica criou a CPT, em 1975, como mais uma forma de lutar pela representação dos trabalhadores rurais, dada importância dessa categoria (MEDEIROS, 1989). No Pará, a CPT foi implementada no mesmo ano de sua criação e tinha nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) seu principal alicerce para expressar suas divergências em relação às práticas sindicais de outras organizações, como a Contag, a Fetagri e os STR's, principalmente no que diz respeito à questão agrária (ASSIS, 2007).

De acordo com Hébette e Moreira (1997), o Nordeste paraense foi um dos mais afeiçoados pelas forças políticas conservadoras do Estado e da Igreja Católica. Nessa região predominavam a maioria dos STRs e foi onde o clero melhor se estruturou, tendo grande influência sobre os sindicatos. Segundo os autores, outra organização que alcançou sucesso na formação sindical e política dos trabalhadores rurais no Nordeste paraense foi a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Para além da formação sindical, a Fase atuava no sentido de organizar os trabalhadores para que pudessem comercializar os seus produtos, e isso fez com que ela obtivesse bons resultados e fosse bem avaliada pelos trabalhadores.

Sacramento (2007) descreve que, ainda na década de 1970, a atuação de um padre teve grande relevância para a organização dos trabalhadores rurais no Nordeste paraense, especialmente nos municípios de Moju, Acará e Tomé-Açu. Padre Sergio Tonetto, chegou em Moju em 1977 e foi fundamental para os movimentos sociais nestes municípios. Tonetto promoveu novas práticas dentro da Igreja Católica e foi um dos precursores para a ascensão da chamada “Ala Progressista”, que ia contra o conservadorismo do clero. Além da evangelização, esse movimento adotou a “Teologia da Libertação” como base para estabelecer um processo de conscientização política das comunidades do campo paraense.

É importante ressaltar que a ascensão das CEBs através da Teologia da Libertação, no Nordeste paraense, aconteceu durante um período em que o governo militar incentivava o avanço de grandes projetos agroindustriais na região (SACRAMENTO, 2007). Isso gerou diversos conflitos por terra e muitos deles acabaram em mortes violentas. Com os STRs nas mãos dos “pelegos” da Fetagri durante toda a década de 1970, os conflitos intensificaram as mobilizações no âmbito do MSTTR, pois os trabalhadores sentiram a necessidade de reivindicar seus direitos e retomar o poder sobre os sindicatos.

Hébette e Moreira (1997) afirmam que a CPT ajudou no renascimento das organizações combativas dos trabalhadores rurais em meio à pressão da ditadura militar. Através da colaboração de militantes religiosos, muitos posseiros se reuniram nas CEBs e tomaram a direção de STRs “pelegos”, criados anteriormente pelo Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária (Incra) e apoiados pela Fetagri. “Descobriam sua força. Alguns conflitos emblemáticos, em todo o estado, refletem a luta desses trabalhadores para afirmar sua cidadania e conquistar seu reconhecimento” (HÉBETTE; MOREIRA, 1997, p. 124).

Segundo Guerra e Marin (1990), a década de 1980 ficou marcada pelo processo de retomada de direitos pelos trabalhadores rurais. Em meio à intimidação da ditadura, formaram uma Oposição Sindical, que surgiu, inicialmente, no município Conceição do Araguaia, Sudeste do Pará, no ano de 1979 com apoio da CPT. “A Oposição Sindical pregava a formação de grupos que se opusessem aos pelegos, disputassem as eleições e tomassem os sindicatos, sem aliança de tipo algum com os pelegos” (GUERRA; MARIN, 1990, p. 54). Os autores relatam que após unir forças e um único objetivo comum, reestabelecer a essência do sindicalismo rural no Pará, os trabalhadores rurais consolidaram a luta em outras regiões do estado. No Nordeste paraense, alguns líderes se destacaram, entre eles estava Virgílio Serrão Sacramento, líder dos trabalhadores rurais em Moju e Benedito Alves Bandeira, o Benezinho, principal líder sindical da oposição e presidente do STTR em Tomé-Açu, entre 1982 e 1984 (SACRAMENTO, 2007).

4.2 “SE HOJE NÓS ESTAMOS AQUI, É PORQUE A GENTE SE ORGANIZOU”: A TRAJETÓRIA DO STTR DE TOMÉ-AÇU

O STTR de Tomé-Açu tem sua história ligada ao contexto das lutas dos trabalhadores rurais pelo direito à terra. O sindicato foi criado em 1971, quando o Nordeste paraense vivenciava um período de intensos conflitos por terra e a Fetagri e os STRs estavam nas mãos de presidentes “pelegos” (GUERRA, 2009; SACRAMENTO, 2016). As disputas pelas direções dos STRs se estenderam durante toda a década de 1980. Os sindicatos só conseguiram se

organizar com plena autonomia em 1987, quando os trabalhadores rurais da Oposição tomaram a direção da Fetagri (GUERRA; MARIN, 1990; SACRAMENTO, 2007).

Na década de 1980, era Tenente Valdemar, o Vavá, que administrava o STTR. Adepto aos ideais da ditadura militar, o então líder do sindicato “pelego” despertou a insatisfação da grande maioria dos trabalhadores, que lutaram por representatividade através da eleição de um delegado sindical, mesmo contra a vontade do atual mandatário.

É desse contexto de insatisfação coletiva que ganha força o principal líder da história do STTR de Tomé-Açu, o lavrador Benedito Alves Bandeira. Benezinho, como ficou conhecido, chega ao município em 1974 vindo de Nova-Timboteua e inicia, junto aos seus, um movimento de oposição contra a gestão de Vavá, reivindicando através de ações coletivas (e de seu poder de liderança como delegado sindical), a conquista de estradas, ramais, escolas, terras legalizadas, saúde etc. Na época, a capacidade de liderança de Benezinho vinha de sua formação política influenciada pela Igreja Católica do município de Bujaru.

A oposição sindical teve seu apogeu em 1982, quando a administração do STTR passou para as mãos de Benezinho e seus apoiadores. Com apoio da comunidade local e da Igreja, Benezinho se tornou um líder ativista frente aos desafios do MSTTR em Tomé-Açu, principalmente contra a desigualdade fundiária na região. Durante sua trajetória na linha de frente do STTR, Benezinho liderou muitas conquistas e, por consequência disso, fez inimigos. Um dos inimigos de Bené foi o latifundiário Acrino Azevedo Breda. Ele queria expulsar cerca de 70 famílias de trabalhadores que viviam, durante 20 anos, no território que na época correspondia a fazenda Colatina, localizada nas proximidades do município de Acará (SACRAMENTO, 2016).

Diante desse contexto, houve uma forte mobilização por parte do STTR contra a expropriação dos agricultores da fazenda Colatina, fazendo com que a desavença entre Benezinho e Acrino se intensificasse.

Tinha uma fazendinha pra cá, uma tal de Colatina. Tinha muita gente dentro dessa Colatina. E o Acrino, que era o dono da Colatina, veio aí com ele: ‘Bené, eu quero vir botar uma ordem aqui pra botar pistoleiro pra despejar gente da minha fazenda.’ Eu conto isso, porque eu sei bem... Ele respondeu: ‘Aqui nós não pode fazer isso. Eu morro pelo meu pessoal!’ Aí ele disse: ‘Então, Bené, eu vou e quando eu vim nós vem acertar. Tu não quer um carro e 5 mil em dinheiro?’ Ele disse: ‘Eu não quero nem o carro e nem o dinheiro, eu quero meu povo, morro pelo meu povo (Entrevistado 12, Sócio do STTR, 2021).

O conflito se estendeu por algum tempo e quando finalmente foi dado o ganho de causa aos trabalhadores na justiça, o conflito chegou a sua instância máxima: a mando do latifundiário, Benezinho foi assassinado no dia 04 de julho de 1984. Dias depois, os pistoleiros

que o mataram foram chacinados pelos agricultores em Tomé-Açu. Uma trabalhadora conta que seu avô era um dos parceiros de Benezinho e o ajudou durante a luta pela fazenda Colatina. Tio Jovito, como era conhecido, previu que a tragédia aconteceria e foi um dos responsáveis por vingar a morte do líder e companheiro de luta:

O meu avô era do movimento junto com o Benezinho [...]. Na época do Benezinho, eles deixaram a morte do Benezinho passar em branco? Não. Eles mataram o Benezinho, então eles não sobrevivem! Eles mataram o Benezinho, então eles vão morrer, porque o Benezinho é o nosso líder. A gente ama o Benezinho! E eles vingaram a morte do Benezinho. [...] meu avô já tinha avisado pro Bené e ele não acreditou, porque se ele acredita ele não tinha morrido daquela forma. Porque, na época que eles estavam se reunindo pra fazenda Colatina, o meu avô falou pra ele: 'Bené, é você que tá na frente, todo mundo vai te seguir, tu vai ser o guia.' [...] quando tu forma uma liderança as pessoas te seguem. Se quebra você, quebra o resto, porque a cabeça do negócio é você. Meu avô dizia isso pro Bené e ele não acreditou. Ele andava livre, a vontade (Entrevistada 11, Não-sócia participante do STTR, 2021).

Pouco tempo depois da conquista, a fazenda Colatina foi transformada em Assentamento Benedito Alves Bandeira, em homenagem ao líder sindical. O que ficou de herança ao sindicato foi o espírito de luta de Benezinho. A força de sua liderança representa, até os dias de hoje, o passado de conquistas do STTR e a inspiração para buscar defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais da região, que necessitam de representação em um cenário que os desfavorece.

No decorrer da trajetória, outra liderança foi importante para a continuidade do trabalho iniciado por Benezinho no STTR. Manoel José Gonçalves, o Zé Albino, 71 anos, nasceu em Cameté e, por volta de 1963, aos 13 anos, foi morar em Tomé-Açu acompanhado do pai e quatro irmãos. Órfão de mãe, teve que seguir logo cedo os passos do pai que trabalhava na agricultura. Mesmo sem entender nada sobre aquele estilo de vida, resolveu aceitar os desafios que a vida lhe impôs.

Eu fiquei por aqui, trabalhei 4 anos em comércio e depois fui trabalhar em umas terras. Eu não entendia nada de agricultura e meu pai trabalhava com roça, com um pessoal, trabalhando com um e com outro. Ele foi tomar conta de uma terra aqui pra dentro do rio Tomé-Açu, pra onde é Tropicália agora. Eu saí do trabalho, não tinha pra onde ir e fui com ele pra roça. Era difícil pra caramba, a vida era diferente, pescaria era diferente, difícil, mas fiquei lá com o meu pai trabalhando e fui vendo. Aí eu pensei "vou ter que enfrentar a vida como ela é, como ela tá me proporcionando", já com 17 para 18 anos. Ele ia pro serviço e eu ia com ele. Fui trabalhando, [...] e fui aprendendo a trabalhar naquilo que o pessoal fazia. [...] Com ele aprendi a fazer caçada, botar armadilha, pescar e fui conseguindo viver, aprendendo a trabalhar na roça, fui me acostumando com aquilo. [...] Depois, já comecei a plantar pimenta e com isso cheguei no status de rapaz adulto. Já colhia pimenta, já vendia, comecei a ficar mais livre e fiquei na roça. Só que as terras lá não eram nossas, a gente não podia ficar definitivamente pro trabalho (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

Nos anos 1970, o Estado construiu uma colônia chamada Água Branca e distribuiu terras para agricultores. Foi nessa época que Zé Albino se casou e passou a morar na comunidade hoje conhecida como Itabocal Ramal, com sua esposa e filhos. O cametaense foi um dos principais responsáveis pela formação de sua comunidade e pela construção da Igreja Católica no local, o que o fez ser visto como uma liderança pelos demais moradores.

Atuou como delegado sindical e, após a morte de Benezinho, o sindicato passou por um momento de dificuldade que exigiu uma nova mobilização dos agricultores para a retomada do poder, pois a direção que estava à frente não estava alinhada com as demandas coletivas dos sócios. Então houve uma grande mobilização liderada por Zé Albino e seus aliados na época de eleição para presidente do sindicato. Em 1988, sua chapa saiu vitoriosa e ele iniciou seu primeiro mandato, com Nilton Ramos, Manoel Barrada e João Bandeira como seus principais aliados. Juntos, planejavam as principais estratégias de luta e dividiam as responsabilidades de liderança dentro do sindicato.

A luta pela terra era o objetivo principal daquela época e as lideranças foram fundamentais neste processo, tendo em vista que atuavam conscientizando os trabalhadores que não vendessem suas terras ou deixassem assinar suas carteiras de trabalho.

Nessa época, nós tivemos que lutar em defesa da posse da terra. Defender muito os trabalhadores, os agricultores, os posseiros do invasor. O cara chegava querendo comprar terra [...] Você sabe que o caboclo se ilude por besteira, né!? Aí, esse era o nosso trabalho 'Não vende sua terra, não vende, não vende, por favor! Você não tem o que comer? Então plante uma macaxeira, coma aí, mas não deixe a sua terra. Primeiro, que, através dessa terra, você vai adquirir uma aposentadoria. Não deixe assinar sua carteira de trabalho... [...] Não façam isso!' Nós conseguimos fazer muito isso com o pessoal e hoje tem muita gente que tá aposentado porque a gente passou a instrução, não deixou sujar a carteira com esse negócio de empreguinho... não existe isso pra nós. [...] Eu sou trabalhador rural, minha vida é aqui na roça. Eu posso ir lá trabalhar uma semana, duas, um mês, mas a minha profissão é aqui na roça, sou agricultor! Embora que eu plante só mandioca." Isso acontecia porque eu tomei uma consciência dessa vida, que o trabalhador rural futuramente ia ter o valor da agricultura familiar. Isso nós aprendemos e temos no nosso coração (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

Para Zé Albino, a mobilização sindical era (e continua sendo) fundamental para fazer com que os trabalhadores tomassem consciência dos seus direitos e do seu lugar na sociedade. Explicar para o trabalhador a importância do sindicato e fazer com que ele tome para si a bandeira de luta do movimento, eram as formas pelas quais ele buscava novos sócios.

A mobilização sindical ela é uma faculdade! Você vai aprendendo na rua, na prática. E dentro da mobilização você vai influenciando. O sindicato ele é esse influenciador. Mas eu não tenho que dizer pra você o que é que você tem que fazer. Eu tenho que explicar o que ele é e qual a importância. [...] A mobilização você vai vendendo pra sociedade uma coisa que ela não sabe que precisa, mas precisa. Aí a gente vai fazendo esse trabalho. [...]Eu não ia lá dizer que ia associar eles no sindicato, eu ia lá explicar

a importância que tem o sindicato, pra que serve. Então, tudo isso faz parte. Ir mobilizando o pessoal pra saberem dos seus direitos e pra que serve o sindicato. Então, o sindicato é isso... É mobilizar! É convidar o pessoal pra vir. É a mesma coisa de pregar o evangelho, quando você começa o cara não sabe nem o que é a Bíblia. Depois ele começa a ler e a entender. Tudo é uma mobilização, você vai criando mentalidade, se formando e não demora muito você é um líder (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

As lideranças que estavam à frente do STTR, que eram aliadas e contribuíam fortemente com a luta sindical, começaram a morrer e isso fez com que Zé Albino acabasse deixando o sindicato. A idade chegava e Zé não tinha mais aliados para ajudá-lo a se manter à frente da organização e nem saúde para seguir firme na luta.

[...] a gente tinha o acompanhamento de umas lideranças amigas, parceiras, que nós trabalhava e botava pra frente as coisas. Aí os companheiros começaram a morrer e foi desmobilizando. Eu sempre faço a comparação: trabalhar no sindicato é mesmo que um jogo de futebol. Você pode até ser bom jogador, mas se você não tiver um parceiro pra lhe acompanhar, você se machuca, você se bate e acaba perdendo a atenção da plateia, fica desmoralizado com seu trabalho. Então, quando começou a ficar assim, começou a ter oposição, eu saí de lá. Aí foi o tempo que eu me aposentei também e vim pra cá, fiquei aqui na roça trabalhando, plantando as coisas (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

Zé Albino trabalhou no STTR durante 15 anos. Até hoje é visto como uma liderança em sua comunidade e por onde passa recebe o reconhecimento pelo que foi conquistado enquanto esteve à frente do sindicato. Após a sua saída para tratar de problemas de saúde, um grupo que trabalhava junto com ele assumiu a direção. Hoje ele vive com a família em sua pequena colônia. Ainda trabalha na roça, planta mandioca, açaí, pimenta e diz ter orgulho de sua trajetória como liderança e de ter sido sempre trabalhador rural. Em 2003, a liderança de Zé Albino no STTR daria lugar à ascensão de uma mulher como principal líder do MSTTR em Tomé-Açu.

Natural do município de Bujaru, filha de pai nordestino e mãe paraense, Maria de Nazaré da Silva Sousa, mais conhecida como Dona Paula, tem 61 anos e tem sido a principal líder do STTR a partir dos anos 2000. Seu pai era muito rígido e, por não aguentar a pressão, ela resolveu sair de casa cedo. Apaixonada, casou-se aos 17 anos com um rapaz que vivia em Tomé-Açu. Com ele viveu durante 20 anos, teve seis filhos e depois se separou. Hoje é a atual presidente do STTR e a principal ativista do movimento no município.

Sócia do sindicato desde 1981, Dona Paula participou da construção do STTR, especialmente após a morte de Benezinho. Sua participação teve início na Igreja Católica. Através de sua participação nas CEBs, foi motivada pela dificuldade de viver e trabalhar na terra naquele período de forte pressão exercida pelos latifundiários na compra de terras. Em

1987, liderou, junto à Igreja, a organização de mutirões comunitários para plantio de roças, o que, segundo ela, fez com que as pessoas melhorassem de vida e permanecessem em suas terras.

Eu resolvi entrar pro sindicato, porque nos anos de 1990 ou a gente era forte ou então se ferrava, na verdade. E aí foi o momento em que começaram a vender as terras, vender as terras... e eu tive que me fazer de forte pra me manter lá na colônia. Me ajuntei com o pessoal da Igreja Católica, naquela época era a irmã Celeste, e a comunidade era muito pobre. Chegou um fazendeiro e tava comprando todas as terras. Aí nós tivemos que se organizar, reunir, pra discutir como é que nós ia sobreviver na comunidade. E aí veio a preocupação, que ou nós se organizava, se unia, ou então a gente não ia conseguir enfrentar, naquele momento, o êxodo rural, porque a dificuldade tava grande, aí o cara chegava oferecendo um dinheirinho e o pessoal ia vendendo. Aí nós sentamos na Igreja Católica, se organizamos através do sindicato e conversamos com a irmã Celeste e ela disse que íamos começar a trabalhar os mutirões, porque ninguém tinha roça nem nada, na época. Então nós começamos a trabalhar os mutirões comunitários e foi aí que nós conseguimos se erguer, isso foi no ano de 1987, mais ou menos (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

O primeiro passo foi a organização da comunidade em torno do sindicato e da ação coletiva dos mutirões. Com o povo organizado e trabalhando na terra, as estradas passaram a ser o foco das mobilizações do sindicato. Dona Paula, que ainda não tinha cargo no sindicato, liderava o movimento em sua comunidade sempre contando com o apoio da Igreja. Através dessa parceria, o sindicato conseguiu reivindicar ramais, pontes e energia elétrica para algumas comunidades. Conseguiram carro, ocuparam a prefeitura, sempre com a força de muitos trabalhadores mobilizados.

Mesmo à frente das ações do MSTTR, Dona Paula não se via como uma liderança e não gostava de assumir cargos importantes, seja na Igreja ou no sindicato. Recebia convites para ser catequista, coordenadora, mas não queria, não se enxergava ocupando lugares como estes. Até que, em determinado período, tudo começou a desmoronar em sua vida, quando o marido e a filha adoeceram. Ela conta, que ambos já haviam sido desenganados pelos médicos, o marido com problemas renais e a filha com um tumor maligno no pescoço. Ao se ver sem saída, Dona Paula apelou para São Francisco e, em um momento de fé, fez uma promessa:

Acabou tudo! A gente só não passou fome porque eu era muito virada. Mas o resto, de tudo a gente sofreu. Ele foi embora pra Belém, passou mais de 2 anos sofrendo desenganado pra lá e eu aqui. Aí eu fiz um voto. Uma noite eu acordei com tanta fé que eu fiz um voto com São Francisco: que seu meu marido e minha filha fossem curados, eu dedicaria o resto da minha vida em prol dos mais fracos, dos mais necessitados (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Dias depois de ter feito a promessa, Dona Paula conta ter encontrado uma senhora que lhe ensinou um remédio caseiro para a doença de sua filha. Chegando em casa, ela passou o

remédio no pescoço da criança e o tumor sarou em pouco tempo. O marido, que ainda estava em Belém, havia sido desenganado e voltava para morrer em casa, perto de sua família.

Quando ele chegou na porta do hospital, uma mulher tava lá e ensinou um remédio pra ele. Ele chegou em casa e eu fiz o remédio pra ele. Com três dias, ele botou as três pedras do rim e foi curado também. Tudo isso aconteceu por milagre de Deus. Então daí foi a decisão de eu ir pra o trabalho da comunidade. Eu dedicaria a minha vida em prol dos mais necessitados (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Após a providência divina, Dona Paula passou a ter a luta social como prioridade e não só pagaria a promessa, mas faria do MSTTR a sua vida. Logo em seguida, tornou-se catequista e, já com os grupos organizados em mutirões, foi eleita presidente da associação de sua comunidade e delegada sindical, entre 1997 e 1999. A partir deste momento, Dona Paula iniciava uma participação mais ativa no sindicato. Sua liderança já era vista com bons olhos pela direção de Zé Albino e por muitos agricultores. Todos tinham certeza de sua força, mas ela ainda hesitava e não se sentia preparada para assumir grandes responsabilidades. Acreditava que o trabalho que fazia como presidente da associação e delegada sindical já lhe ocupava demais.

Chegado o período de eleição para presidente do STTR, mais de 200 pessoas estavam presentes na assembleia geral que determinaria a escolha de um substituto para Zé Albino. Como delegada sindical com grande influência nas tomadas de decisão do sindicato, Dona Paula apontou um trabalhador chamado Laerci como seu favorito para a presidência, mas foi prontamente contrariada pela maioria ali presente:

[...] eles viram que eu tava muito forte, só que eu nunca quis ser presidente. Na verdade, eu vim na reunião que era pra escolha do candidato e eu apontei o Laerci, que hoje é presidente do SINTRAF. Nós reunimos e discutimos que era ele o nome pra vir. Quando foi na hora, ele não apareceu. Aí eu disse que o meu candidato era o Laerci. Só que o povo levantou a mão de uma vez: ‘Negativo! A nossa candidata é a senhora’, mais de 200 pessoas. Eu digo: ‘Gente, eu não tô preparada, não tô preparada’. Aí eles disseram: ‘Não, não tem esse negócio. A senhora tá preparada sim! Pelo tamanho da sua liderança, do seu trabalho, tá preparada sim.’ Quando o povo disse que a presidente tinha que ser eu, foi a maior surpresa que eu tive na vida. Eu nunca entendi aquilo, parece que levantou a mão todo mundo de uma vez. Foi o momento mais lindo da minha vida, porque eu não sabia que eles tinham aquela surpresa pra mim (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Na época, a luta pela construção da PA-140 era o ponto alto das mobilizações do STTR. Dona Paula era a principal líder do STTR nessa empreitada, estava na linha de frente de todo o processo. Ganhou credibilidade e a confiança de todos e, por isso, os trabalhadores acreditavam nela e tinham certeza de que ela era a pessoa certa para conduzi-los. Então, quando tiveram a oportunidade de inseri-la na diretoria do sindicato, o fizeram. Dona Paula foi eleita secretária

de finanças no último mandato de Zé Albino e reeleita no mandato de João Bandeira. Em 2006, foi eleita presidente do STTR pela primeira vez e, de lá para cá, foram muitas conquistas sob sua liderança.

Se hoje nós estamos aqui é porque a gente se organizou, porque senão a gente não conseguia ficar aqui. Então nós melhoramos todo mundo de vida. Tinha gente que não tinha terra e se situou. [...] nós conseguimos se organizar de um tanto, que a gente conseguiu estrada, caminhão da feira, energia, um monte de coisa... avançamos mesmo. Conseguimos se estabilizar e segurar a galera (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Com o sindicato organizado e com a confiança dos trabalhadores, Dona Paula resolveu pleitear um cargo na política. Em três oportunidades, se candidatou a vereadora, sendo a última em 2019, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas acabou não sendo eleita em nenhuma delas. Durante entrevista, ela explicou que na época de eleição é feito um debate dentro do sindicato para decidir qual a melhor pessoa para representá-los. Como está à frente do STTR, é ela quem costuma ser indicada para representar a instituição e lutar pelas demandas coletivas. Nas eleições de 2019, ela recebeu 396 votos e diz ter uma “base fiel” que é mobilizada através das delegacias sindicais.

Dona Paula é hoje o símbolo de luta do STTR, uma das principais personagens do MSTTR em Tomé-Açu. Representa a força da mulher na agricultura e na luta social. Através de sua participação no movimento, e da tomada de conhecimento que ele lhe proporcionou, resolveu voltar a estudar e está concluindo o ensino superior.

[...] eu represento a importância da mulher no movimento social. Foi a partir disso que eu pensei a voltar a estudar. [...] Isso pra mim é muito importante, porque a maioria das mulheres botam na cabeça que estão velhas, que não são capazes e eu tô aqui (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Dona Paula é a referência do sindicato. É ela que lidera as estratégias, que toma a frente dos problemas e organiza a maior parte das mobilizações feitas pelo STTR (mais adiante demonstrarei que esta situação tem ganhado tons controversos). Atualmente, o STTR conta com o apoio da CUT, da Fetagri e da Contag. É um sindicato eclético (aquele que atende agricultores familiares e assalariados rurais), mas, atualmente, devido a criação de outros sindicatos no município, representa apenas agricultores familiares. Com cerca de 1200 sócios ativos (que estão em dia com as contribuições sindicais), sua estrutura organizacional é formada por secretarias internas destinadas a diferentes funções e serviços, tais quais: secretaria de políticas sociais e terceira idade, secretaria de finanças, secretaria de reforma agrária, secretaria de agricultura familiar, secretaria de jovens e mulheres e secretaria geral.

A trajetória do STTR demonstra que as lideranças foram sempre fundamentais para que as ações coletivas acontecessem. Desde a época de Benezinho, as conquistas têm sido significativas para a construção e fortalecimento da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Tomé-Açu. Contudo, em um período mais recente, em que o “novo sindicalismo” emerge no cenário nacional, outras dinâmicas incidem sobre a organização dos trabalhadores, dentre elas a expansão da dendeicultura no Nordeste paraense.

No período em que Zé Albino se retirava e Dona Paula se preparava para o seu primeiro mandato como presidente do STTR, um importante período na história do MSTTR em Tomé-Açu se inicia: a chegada da dendeicultura. A partir de 2004, com a criação do PNPB, e em 2010, do PPSPO, o dendê passou a fazer parte da realidade dos agricultores familiares que foram incluídos na cadeia produtiva de biodiesel no Nordeste paraense. O município de Tomé-Açu passou a ser um dos principais polos da dendeicultura, recebendo empresas deste segmento que atuam na compra e arrendamento de terras e no assalariamento de agricultores integrados (FLEXOR *et al.*, 2011; BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018). Estes fatores trouxeram uma série de desafios para o MSTTR e exigiram um posicionamento imediato de suas lideranças. Dona Paula, enquanto representante do STTR, se posicionou contra os projetos de dendê desde o início por acreditar que a dendeicultura traria o sistema de monocultivo para os estabelecimentos familiares:

[...] eles diziam que a saída era dendê e nós dizia que não era. O dendê tá todo mundo ferrado até hoje! Devendo o banco, muitos sem condição, falando bonito, que tá bom, mas é tudo mentira... Nunca para de pagar! [...] pra nós, que enxerga um pouquinho, nós acha que agronegócio nenhum é futuro pra agricultura familiar (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

De fato, a dendeicultura impactou fortemente no modo de vida dos agricultores familiares, especialmente no que diz respeito à segurança alimentar e ao endividamento, pois a maioria não consegue exercer trabalho suficiente para cumprir com a demanda de produtividade e, conseqüentemente, não cumprem suas obrigações de crédito (BRANDÃO; SCHONEVELD; PACHECO, 2018). Por conta disso, muito agricultores acabam abandonando os plantios de dendê ou vendendo suas terras, o que, na opinião de Dona Paula ocasionou um forte êxodo rural.

Depois que veio o dendê, o êxodo rural foi muito grande. As nossas comunidades diminuíram muito. Eu acho que foi uma queda muito grande. As nossas delegacias sindicais diminuíram muito. Na verdade, o sindicato, em vista do ano 2000 até 2010, que foi o forte do dendê, nós tinha 36 delegacias. Nós chegamos a 43 delegacias. Hoje nós tem 21 delegacias e nem 15 funcionando. E não é porque não queira, é porque as comunidades praticamente estão todas fracas. Muita gente veio embora, muitas lideranças se mudaram (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Outro fator que impactou diretamente o MSTTR foi que as agroindústrias de dendê trouxeram uma maior demanda por assalariados rurais e isso fez com o STTR, um sindicato eclético, passasse a não dar conta de atendê-los. Anos depois, um novo sindicato foi criado, com o objetivo de atender os assalariados do dendê, o Sindicato de Empregados e Empregadas Rurais de Tomé-Açu (SINDTER). Antes dele, outro sindicato de agricultores familiares já havia sido criado. O Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), que disputa, junto ao STTR, a filiação dos agricultores familiares do município.

A diversidade sindical é um ponto importante na história do MSTTR em Tomé-Açu. Ela traz consigo um caráter de competição e, intrinsecamente, o surgimento de novos atores coletivos e repertórios de atuação (TILLY, 1978), que, por sua vez, variam de liderança para liderança, de sindicato para sindicato. Nesse sentido, o contexto de criação do SINTRAF e do SINDTER, duas organizações sindicais criadas mais recentemente, será apresentado no tópico a seguir.

4.3 DIVERSIDADE SINDICAL EM TOMÉ-AÇU: OS CASOS DE SINTRAF E SINDTER

Com o fim da década de 1980 e início dos anos 90, a categoria dos *trabalhadores rurais* passou a sofrer transformações consideráveis em suas formas de representação política e organização sindical (MEDEIROS, 2014). A diversidade de sujeitos que emergem neste período, não foi mais suficientemente representada através do MSTTR e passou a buscar novas formas para se organizar, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), que instituíram novas estruturas de mobilização para reivindicar direitos (MEDEIROS, 2014; PICOLOTTO, 2018). No próprio âmbito da organização sindical, a Contag perdeu espaço para um setor da CUT e viu sua estrutura de unicidade sindical ameaçada por uma série de alterações no movimento sindical, dentre elas a criação da Fetraf, que passaria a disputar a representação dos agricultores familiares em escala estadual no Brasil (PICOLOTTO, 2018).

No município de Tomé-Açu, o STTR representou, até 2006, a unicidade sindical que fazia parte do projeto de sindicalismo da Contag. Fundado como sindicato eclético, o STTR sentiu o enfraquecimento da confederação, a partir da década de 1980 (PICOLOTTO, 2018), e isso refletiu diretamente sobre sua estrutura, já que outros sindicatos foram criados neste período e passaram a disputar o direito de representar dois setores específicos: os agricultores familiares e os assalariados rurais.

Em 2002, um setor do STTR, descontente com suas formas de atuação, iniciou o movimento de construção de um novo sindicato. Agricultores de um assentamento em fase inicial, estavam em busca da regularização de suas terras, e, como o sindicato tinha que atender muitas demandas e estava em campanha política dando apoio para um candidato a deputado federal do PT, acabou por não os priorizar naquele momento.

[...] a gente morava em assentamento, onde precisava conversar com o INCRA e precisava que o sindicato nos representasse lá. Eles botaram dificuldade, na época. Eu lembro que eu fui lá e botaram dificuldade, porque não tinha como acompanhar, porque estavam em plena campanha política pra eleger o Beto Faro (presidente da Fetagri na época), e aí não acompanharam nós até o INCRA (Laerci, Atual tesoureiro e Ex-presidente do SINTRAF, 2021).

Liderados por Laerci Corrêa, ex-delegado sindical do STTR, o grupo participou de um fórum da região Guajarina a convite da CPT, na pessoa do Pe. Sérgio Tonetto, que discutiria a situação da terra. Depois, resolveram deixar o STTR e ingressar no MPA regional, onde permaneceram até 2005, quando a regional foi extinta. Através da participação no movimento, Laerci formou um grupo ainda maior de trabalhadores que tinham objetivos comuns, que no caso era a regularização da terra. Ele conta que estes trabalhadores já estavam acostumados a se reunir para debater seus problemas, mas não tinham uma entidade que os representasse, já que acreditavam que o STTR estava na contramão de seus interesses. Foi então que resolveram se filiar à Fetraf-PA e, com o apoio dela, criaram o SINTRAF, em 2006. O STTR já não conseguia mobilizar toda a base e este grupo de opositores aproveitou o momento de fragilidade para formar uma nova organização, mobilizando a base não alcançada pelo sindicato eclético.

Diferentemente do STTR, o SINTRAF é um sindicato regional que atende agricultores familiares dos municípios de Bujaru, Concórdia do Pará, Tomé-Açu e Ipixuna do Pará. Atualmente, o sindicato possui aproximadamente 2000 sócios, sendo a maioria deles habitantes de Tomé-Açu.

No sindicato a gente representa o povo na questão da reforma agrária, questão financeira, financiamentos no banco, comercialização, capacitação dos agricultores... Nisso a gente tem uns parceiros, que é a Secretaria de Agricultura, parceria com o ITERPA, [...] financiamentos do BASA a gente tem acessado bastante pros nossos agricultores... a gente tem parceria com o SEBRAE, com o SENAR... e a gente faz esse trabalho. Por essa razão nos motivou a criar o sindicato, porque sem uma entidade, sem o CNPJ, a gente tinha dificuldade dessa parceria com esses órgãos (Laerci, Atual tesoureiro e Ex-presidente do SINTRAF, 2021).

O SINTRAF é, caracteristicamente, um sindicato que atua nos moldes da agricultura familiar instituída pelo Estado a partir da década de 1990. Uma agricultura modernizada, inserida na perspectiva dos mercados, um sujeito que tem como demandas principais o crédito

rural e a assistência técnica (MEDEIROS, 2014). Enquanto o STTR está vinculado a um passado de lutas através da mobilização dos trabalhadores para a conquista de direitos, o SINTRAF é quase que totalmente desvinculado da atuação política propriamente dita. As reivindicações, os protestos, a luta sindical sempre foram desempenhados pelo STTR e isto foi percebido na fala de alguns trabalhadores entrevistados:

O SINTRAF [...] se volta mais pra questão de buscar assistir os agricultores pra que tenham um melhor desenvolvimento. Não se volta diretamente pra questão de manifestação, a não ser que seja algo que realmente precisa ser feito, coisa extrema. Mas a maior finalidade é a organização dos agricultores, esse é o principal objetivo do SINTRAF, organizar os agricultores pra ter um melhor desenvolvimento (Entrevistado 30, Ex-secretário de finanças e Sócio do SINTRAF, 2021).

Eles trabalham mais é a questão de financiamento, [...] Trabalham bastante com empresas [...] parece que tem até uma empresa com técnico agrícola lá dentro do sindicato pra acompanhar os trabalhadores. O STTR não tem isso (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

[...] a visão que eu vejo lá é muito dura... até a mensalidade é maior do que aqui. A visão que eu tenho de lá é que eles são ligados com as empresas terceirizadas, que conseguem passar uma quantidade de projetos pra eles e eles conseguem, com muita facilidade, entregar com uma porcentagem de 15% ou mais pra eles, fora parte o técnico, e eles oferecem simplesmente isso pras pessoas (Entrevistado 19, Sócio do STTR, 2021).

Laerci, hoje tesoureiro do SINTRAF, reafirmou a importância das capacitações como um dos principais serviços oferecidos pelo sindicato. Ele acredita que a agricultura precisa estar apoiada em três fatores essenciais: a organização, a produção e a comercialização. Este último fator motivou sócios do sindicato a criarem uma cooperativa para comercializar seus produtos agrícolas. A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Miritipitanga, Tomé-Açu e Região (COOPAFAMITA) foi criada em 2019 no ramal Miritipitanga, Km 20, entre Tomé-Açu e Concórdia do Pará.

Depois que criamos o sindicato, aí nós dissemos: agora já temos o sindicato, que tá acessando recursos pra gente, intermediando os bancos, financiando..., mas não basta só isso, nós precisamos organizar pra nós comercializar. [...] Então foi esse o objetivo que a gente pensou, não adianta produzir e não ter como vender. É organizado que a gente vende e compra. Aí motivou criar essa cooperativa (Laerci, Atual tesoureiro e Ex-presidente do SINTRAF, 2021).

Os processos de globalização e avanço das tecnologias resultaram em uma competição cada vez mais acirrada no mercado, o que ocasionou a exclusão de uma parte da população do sistema de produção (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015). Com o surgimento do Pronaf como principal política pública para o setor rural e a instituição da agricultura familiar

como categoria prioritária, as associações e cooperativas se mostram como ferramentas importantes de organização social, política e econômica. O seu papel na agricultura tem sido reconhecido, por oferecer estabilidade, segurança e inserção nos mercados locais para agricultores familiares (ANDRADE; ALVES, 2013; RIBEIRO; NASCIMENTO; SILVA, 2013).

As questões da modernização e tecnologia agrícolas, da assistência técnica, da produção e do mercado são tratadas como prioridade no SINTRAF. Inclusive, para a construção da cooperativa, formaram parcerias com a CAMTA, a maior cooperativa de Tomé-Açu. Através da COOPAFAMITA, 34 agricultores vendem polpas de frutas, macaxeira embalada a vácuo, hortaliças e pretendem comercializar frangos no futuro. Vale ressaltar que todos os cooperados são sócios do sindicato. A importância atribuída às cooperativas no atual momento é grande e o STTR também busca formar uma cooperativa agrícola. Apesar de colocar a reforma agrária como principal bandeira de luta, a produção e comercialização aparecem logo em seguida:

O maior desafio do sindicato é a bandeira de luta da reforma agrária. É uma luta incansável. Eu acho que a reforma agrária ela precisa continuar. Nós estamos vendo muito êxodo rural e se não tiver homem no campo não tem agricultura, não tem sindicato. Pra quê ter sindicato se não tem mais agricultor? Eu acho que a luta pela terra é a primeira. A segunda é a luta pela produção, e, hoje, a comercialização. É tanto que nós vamos lutar agora pra criar uma cooperativa. Nós temos uma produção muito alta, mas nós estamos com dificuldade na comercialização (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Apesar de ambos os sindicatos representarem trabalhadores rurais (principalmente agricultores familiares), existe uma alteração nos repertórios de ação coletiva (TILLY, 1978) desempenhados por STTR e SINTRAF motivados pela competição. Enquanto o primeiro tem a reforma agrária como bandeira de luta e atua muito mais nas representações política e social, o segundo tem a produção e a comercialização como objetivos principais. Mesmo que aos poucos o STTR tente acompanhar a “modernização” das pautas trazidas pelo SINTRAF, é possível analisar essa situação por duas perspectivas diferentes: a da concorrência ou da diversidade. No âmbito dos sindicatos, os dirigentes podem enxergar através da ótica da concorrência, enquanto os trabalhadores podem ver com bons olhos a existência de mais de um sindicato, pois oferecem opções diferentes conforme a necessidade de cada um. Mas, de uma forma ou de outra, a criação do SINTRAF trouxe certo prejuízo para o STTR, como explica a atual presidente:

Na verdade, o SINTRAF trouxe isso pra nós, porque nós disputa o mesmo público. O nosso sindicato sempre foi mais forte, porque nós já tinha uma

demanda muito boa. Então teve queda, pouca, mas teve (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Desde 2014, mudanças significativas têm ocorrido na estrutura normativa dos sindicatos rurais na esfera nacional. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) designou que podem existir duas categorias sindicais específicas para a categoria eclética de trabalhador rural: os assalariados e os agricultores familiares (PICOLOTTO, 2018). Nessa perspectiva, uma outra organização sindical passaria a compor o cenário do MSTTR no município de Tomé-Açu. Trata-se do SINDTER, sindicato exclusivo para os assalariados rurais (mais especificamente aqueles que trabalham nas agroindústrias do dendê), fundado em 16 de dezembro de 2015.

A exemplo do que ocorreu com o SINTRAF, a criação do SINDTER também se deu por conta de uma discordância quanto a política de gestão do STTR. Como dito anteriormente, a alta do dendê a partir de 2010 provocou uma série de transformações nas relações de trabalho nos estabelecimentos rurais familiares e isso fez com que o STTR tivesse que adotar uma postura contrária aos mecanismos impostos pelas agroindústrias de dendê. Mesmo assim, vendo que os projetos avançavam, o sindicato teve que atender os assalariados e os agricultores familiares que resolveram se integrar às agroindústrias.

Ainda em 2015, um grupo político oposto ao STTR, e subordinado à Fetagri-PA, teria feito acordos com empresários e cooptado um integrante do STTR a aparecer como liderança na criação de um novo sindicato no município, no caso o SINDTER. Elielson Almeida, era assalariado do dendê e secretário de políticas salariais do STTR. Durante seu trabalho na secretaria ele conta ter observado muitos erros e começou a cobrar a direção para que houvesse melhorias nos acordos com os assalariados. Foi então que em comum acordo ele foi afastado de seu cargo.

Em outubro de 2015, acontecia, em Brasília, o 1º Congresso Extraordinário dos Assalariados e Assalariadas Rurais, que marcou a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados Rurais (CONTAR). De acordo com Picolotto (2018), a CONTAR foi criada por conta da necessidade de estruturar uma representação autônoma para agricultores familiares e assalariados rurais e isso fez com que os STRs fossem orientados a escolher apenas uma das categorias. “Entre 2014 e o primeiro semestre de 2016, cerca de 560 STRs fizeram a dissociação sindical e optaram por representar os agricultores familiares ou os assalariados rurais, e foram formados 90 novos sindicatos para representar a categoria dissociada” (PICOLOTTO, 2018, p. 227). O atual presidente e líder da criação do SINDTER contou um pouco do que aconteceu durante este processo:

Aí foi quando aconteceu a fundação da CONTAR lá em Brasília, foi tirada uma comissão pra ir lá e eu fui no meio. Lá foi acertado, em agosto de 2015, que teria que criar sindicatos dos assalariados em todos os municípios do Brasil. Quando a gente voltou de lá, já voltou articulado, entendeu? Aí voltamos, fomos conversar e houve muitos conflitos da parte do STTR. A gente conseguiu contornar, conseguiu ir pra uma eleição, onde tinha 417 pessoas e a gente conseguiu sair dali com mais ou menos 402 votos (Elielson, Atual presidente do SINDTER, 2021).

A dissociação mencionada pelo autor acima, não foi feita de forma espontânea e em comum acordo pelo STTR. Conforme nos mostraram as conversas com os dirigentes das duas organizações, este foi um processo conflituoso, e a criação do SINDTER não foi imediatamente aceita. A inserção do SINDTER como organização sindical no MSTTR representa uma história de ruptura, de não aceitação, por parte do STTR, da (co)existência com o outro.

Essas pessoas votaram na nossa chapa por conta de ver como era a dificuldade com o outro sindicato, porque era um sindicato eclético que representava duas categorias e era muito ruim de trabalhar. [...] ganhamos na eleição e dali começamos a ser perseguidos na justiça [pelo STTR], até quando chegou o tempo que tomamos a decisão de partir pra briga também. Aí eu acho que acabou pela parte deles e a gente também abandonou, porque briga não era o nosso objetivo. Nosso objetivo era organizar a categoria (Elielson, Atual presidente do SINDTER, 2021).

Como resultado da criação do SINDTER, o STTR perdeu a sua “secretaria de política salarial” e os acordos anteriormente feitos com as empresas de dendê, o que, na visão da atual presidente do STTR, atrapalhou a organização dos assalariados. Contudo, pela perspectiva do atual presidente do SINDTER, Elielson - liderança que encabeçou a criação do sindicato de assalariados -, a ideia de separação da secretaria de política salarial já estava em discussão na Contag há certo tempo. A discussão teria iniciado com as reivindicações dos assalariados por um tratamento diferenciado das outras categorias de trabalhadores rurais, pois o serviço prestado pelo STTR era demorado, o que não era bom, pois os empregados do dendê recebem por produtividade, isto é, não aproveitar bem o tempo é perder dinheiro. Hoje, o SINDTER representa os empregados das agroindústrias do dendê em Tomé-Açu com uma média de 1300 sócios.

A principal questão que emerge da diversidade sindical é que, por um lado, ela trouxe um leque maior de opções para as categorias rurais representadas. Por outro lado, existe um claro enfraquecimento e uma fragmentação da luta social no âmbito do MSTTR. Isso porque o STTR, enquanto sindicato mais antigo e principal responsável pela maior parte das mobilizações, foi diretamente impactado por seus concorrentes e pelo cenário político que se

sucedeu recentemente, não conseguindo manter a frequência e o impacto de suas ações coletivas. Diante dessa realidade, é preciso analisar o que motiva os sócios e não-sócios que participam atualmente do STTR, buscando compreender qual o papel atribuído por eles à organização e o que de fato ela representa.

5 “O SINDICATO É UMA ARMA PRA NÓS”: A IMPORTÂNCIA DO SINDICATO E AS MOTIVAÇÕES DE SÓCIOS E NÃO-SÓCIOS

Os indivíduos ocupam um lugar central na organização de ações coletivas no âmbito dos movimentos sociais. Mas, o que os motiva a participar? Ao longo da discussão mostrei que a análise da ação coletiva tem sido um dos maiores desafios para os pesquisadores dos movimentos sociais devido à complexidade e à diversidade dos fatores que determinam a participação dos indivíduos.

Em sua análise sobre o *free rider*, Olson (2015) mostrou que emoções e sentimentos como a solidariedade, a reciprocidade e o voluntarismo, por exemplo, não tornam a ação coletiva algo espontâneo. Pelo contrário, o autor afirma que isto é difícil de acontecer, porque alguns indivíduos podem compartilhar dos benefícios coletivos sem ter participado da ação.

Apesar do complexo debate em torno da ação coletiva e, principalmente, dos motivos que determinam ou não o seu sucesso, acreditamos que as motivações são sempre individuais. O comportamento baseado nos interesses individuais é considerado regra, enquanto a solidariedade, o altruísmo, a afetividade etc., são considerados exceções dentro de um movimento social (OLSON, 2015). Além disso, a análise *custo-benefício*, baseada na racionalidade, é predominante quando os trabalhadores rurais escolhem ou não se filiar ao sindicato ou mesmo quando decidem participar de ações coletivas (KLANDERMANS, 1984; OLSON, 2015; MCCARTHY; ZALD, 1977). Acredito que o senso de grupo, a identidade coletiva (MELUCCI, 1988), o *esprit de corps* (BLUMER, 1995), são resultados de uma construção e não de um motivo imediato. Estes aspectos não dependem exclusivamente da racionalidade, mas necessitam, sobretudo, do desenvolvimento da subjetividade, como veremos adiante.

De acordo com Olson (2015) os incentivos *materiais*, como os econômicos, por exemplo, não são os únicos possíveis. Os indivíduos algumas vezes podem se sentir motivados por desejos subjetivos ou outros objetivos de caráter social e psicológico. Entretanto, os incentivos sociais costumam funcionar melhor em grupos pequenos por dois motivos:

Primeiro, no grupo grande e latente cada membro é, por definição, tão pequeno em relação ao total que seus atos não contarão muito de um modo ou de outro. [...] Segundo, em qualquer grupo grande ninguém tem como conhecer todos os outros membros *ipso facto* um grupo de amigos. Assim, via de regra, um indivíduo não se verá afetado socialmente se não fizer os sacrifícios que lhe couberem em favor da realização das metas do seu grupo. [...] Portanto, não há por que supor que os incentivos sociais levariam os membros de um grupo latente a obter um benefício coletivo (OLSON, 2015, p. 74).

O campo da psicologia social tem fornecido subsídios importantes para o estudo das motivações e de sua relação com a participação. O estudioso dos movimentos sociais, Bert Klandermans (1984), analisou as motivações unindo ideias da psicologia social com a TMR, criando o que ele chamou de “Teoria do Valor da Expectativa”. A teoria propõe que a ação dos indivíduos parte de uma análise de custo-benefício somada às expectativas criadas durante a decisão de participar ou não de uma ação coletiva, ou seja, os resultados esperados. De acordo com o autor, é possível atribuir um valor (material ou não-material) a esses resultados, mas a participação não depende, necessariamente, desse valor.

Para Klandermans (1984), mesmo que o valor do resultado de uma possível participação na ação coletiva seja muito alto, ele não motivará os indivíduos se eles não acreditarem que o resultado possa ser conquistado por seus próprios esforços. Como existem diferentes resultados e diferentes valores, a motivação seria definida por meio da soma desses produtos através da expectativa de valor. Essas expectativas, que antecedem a decisão de participar, podem ser categorizadas da seguinte maneira: a) expectativas sobre o número de participantes; b) expectativas sobre a contribuição individual para a probabilidade de sucesso e c) expectativas sobre a probabilidade de sucesso se muitas pessoas participarem. De acordo com o autor, as expectativas combinam-se de maneira multiplicativa com o valor do bem coletivo para produzir os benefícios esperados da participação.

Knoke (1990) explica que as organizações atraem novos membros oferecendo diferentes tipos de incentivos em forma de motivações, entre eles: os utilitaristas (serviços oferecidos individualmente aos membros), os sociais (atividades ou ações em grupos) e os normativos (políticas públicas). Segundo este autor, os incentivos e o envolvimento de um indivíduo em organizações de ação coletiva estão diretamente relacionados. Pessoas cujos interesses primários são os bens e serviços utilitários (ou mesmo políticas públicas) contribuem principalmente com recursos financeiros, mas evitam a participação ou vínculo afetivo com o grupo. Já os indivíduos cujas preocupações se concentram em atividades em grupo tendem a responder com altas taxas de participação interna em eventos ou grupos que envolvem contatos interpessoais, como participar de reuniões e trabalhar em projetos de grupo. Entretanto,

demonstrarei mais adiante, que o ato de se afiliar não necessariamente depende das mesmas motivações que levam à participação em ações coletivas.

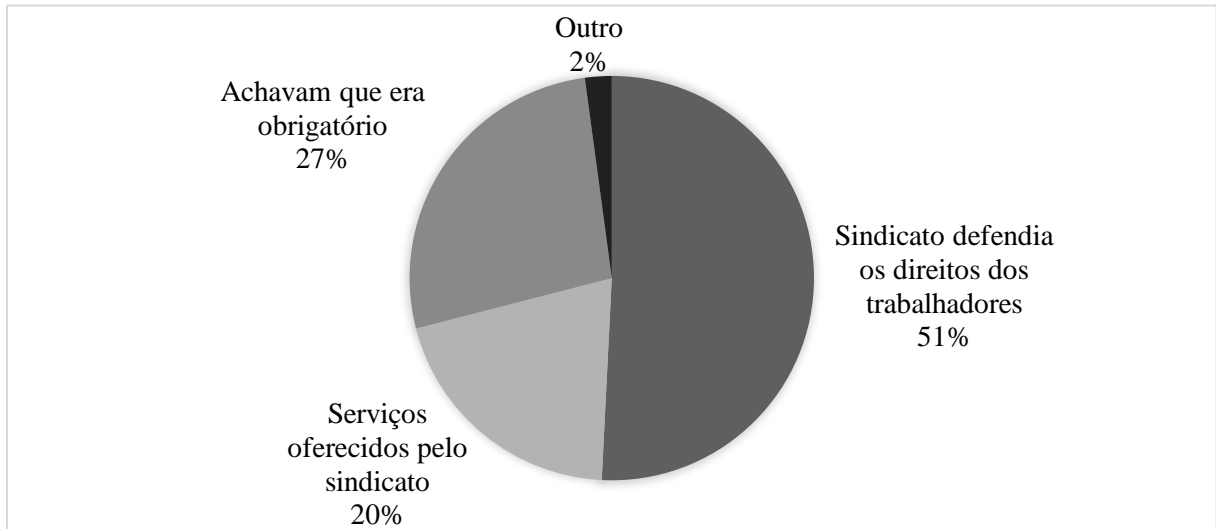
De acordo com a última Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD³), existiam 2.831 sindicatos rurais no Brasil em 2015, o que representava uma parcela de 26,2% quando considerado o total de sindicatos rurais e urbanos. Eles estão concentrados principalmente na região Sudeste (33,1%), Nordeste (27,0%) e Sul (23,8%), enquanto a região Norte conta com 6,7%, ocupando o último lugar entre as grandes-regiões. Em termos de abrangência, eles têm principalmente bases municipais (50,1%) (CAMPOS, 2016).

A proporção de trabalhadores afiliados no país era limitada a 16,2% em 2015, o que correspondia a 17,3 milhões de pessoas (CAMPOS, 2016). Cardoso (2014) explica que a afiliação sindical é importante para medir a representatividade dos sindicatos. Rodrigues, Ladosky e Bicev (2016, p. 44) complementam dizendo que

[...] a densidade sindical é um dos critérios para mensurar a importância dos sindicatos. Pois, em tese, diz respeito à maior ou menor adesão dos trabalhadores às suas associações de classe. No entanto, este critério não é absoluto, logo, não pode ser tomado como único. Há muitos outros aspectos intervenientes que, muitas vezes, sobrepujam o critério mencionado. Um exemplo, nesse sentido são as greves; mobilizações e outras ações sindicais.

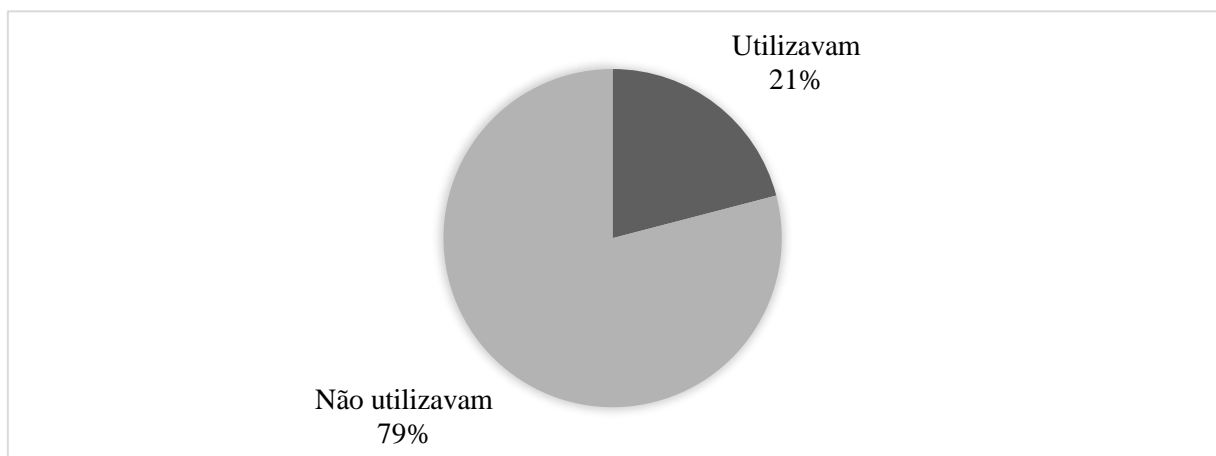
Mesmo que boa parte dos trabalhadores atribua maior importância aos serviços e benefícios individuais oferecidos pelos sindicatos, o Gráfico 1 mostra que a principal motivação para a afiliação em sindicatos urbanos e rurais no Brasil é a *defesa dos direitos dos trabalhadores* indicada por 9.948 (51%) pessoas na PNAD realizada em 2015. Em segundo lugar aparece a noção de que os trabalhadores *achavam que era obrigatório* se afiliar, mencionada por 5.265 (27%) entrevistados. Os *serviços oferecidos pelo sindicato* ocupam a terceira posição em relação as principais motivações em nível nacional, representando um total de 3.956 (20%) trabalhadores. Isto ressalta a importância do sindicato enquanto organização que representa e defende os direitos da classe trabalhadora urbana e rural, e que mesmo os serviços sendo ponto fundamental para esta análise, outros aspectos também são importantes.

³ Na PNAD 2015 foi entrevistado um total de 15.486 trabalhadores, sendo 11.309 (57,7) urbanos e 4.770 (24,4%) rurais. A pesquisa considerou pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas no período de referência de 365 dias, sindicalizadas no mês de referência, por Grandes Regiões.

Gráfico 1 - Motivos da afiliação em sindicatos no Brasil em 2015.

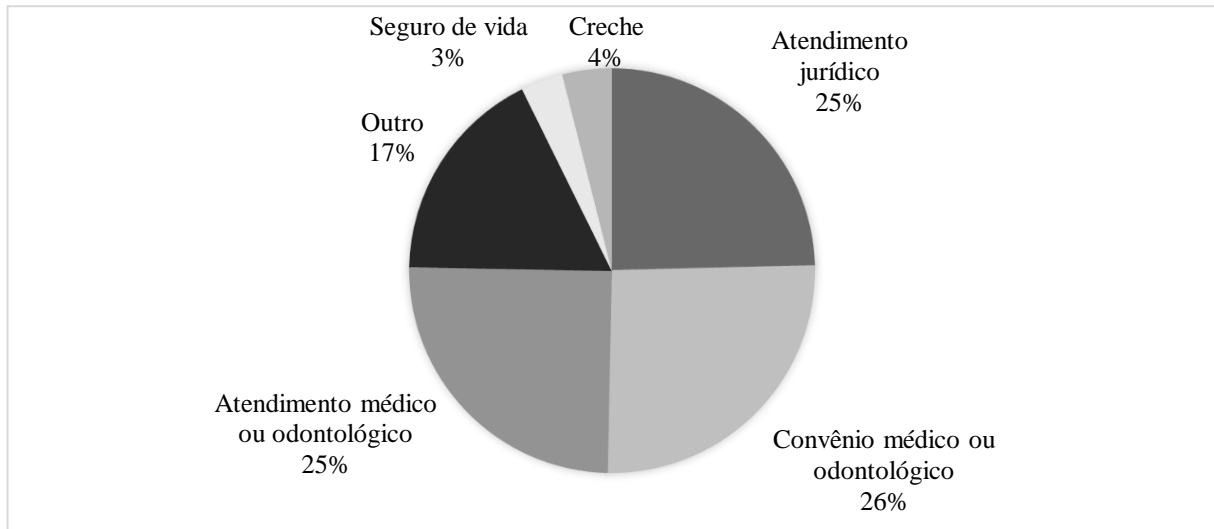
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2015).

Entre os trabalhadores que se afiliaram a algum sindicato no mês de referência da PNAD 2015, 4.103 (21%) utilizavam os serviços oferecidos pelo sindicato, enquanto 15.483 (79%) não utilizavam (Gráfico 2). Os serviços do sindicato são característicos do período assistencialista que predominou até a década de 1978 (PICOLOTTO, 2009), mas que perduram na estrutura sindical brasileira e são fatores importantes que motivam a participação dos trabalhadores, seja em âmbito urbano ou rural.

Gráfico 2 - Utilização de serviços dos sindicatos no Brasil em 2015.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2015).

Gráfico 3 - Utilização dos serviços dos sindicatos segundo tipo de serviço que utiliza no Brasil em 2015.



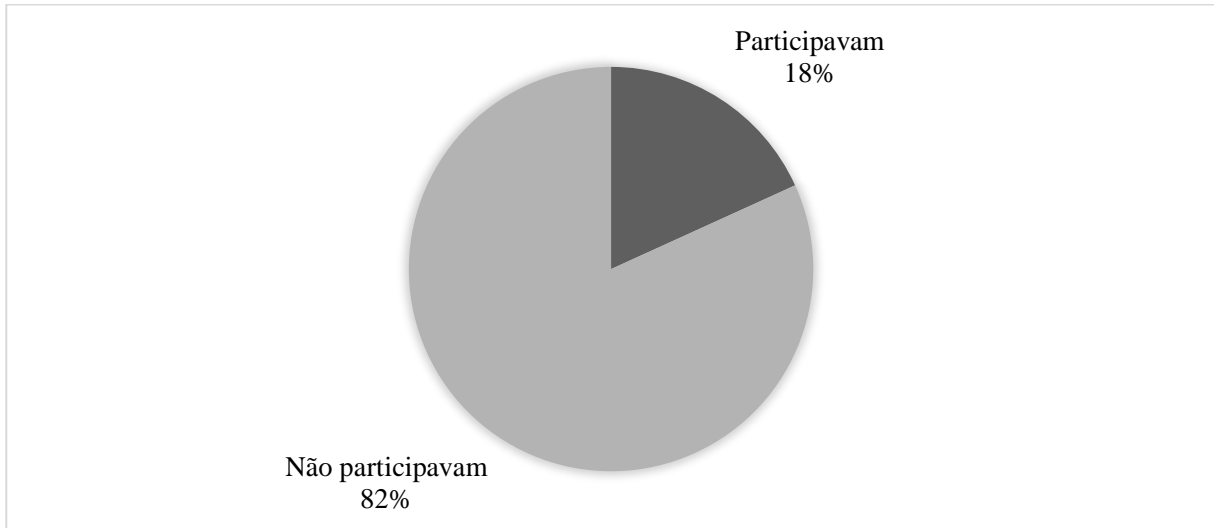
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2015).

Os *serviços de saúde* (51%) são os principais serviços utilizados pelos trabalhadores (Gráfico 3), principalmente em sindicatos urbanos, tendo em vista que os STRs diminuíram significativamente (ou praticamente excluíram de sua prática sindical) o oferecimento deste tipo de serviço. O *atendimento jurídico* (25%) também é um serviço muito utilizado e importante ao se tratar do contexto rural. Além dos sindicatos exclusivos de assalariados que lidam diretamente com questões de cunho jurídico, os STRs têm a reforma agrária como pauta prioritária e que exige uma luta constante pela conquista da terra e, depois, por sua regularização.

Em relação à participação em ações coletivas promovidas pelos sindicatos, apenas 18% dos trabalhadores indicaram que participavam de algum tipo de atividade em 2015, enquanto a grande maioria, 82%, não participavam (Gráfico 4). São números que ilustram a realidade dos sindicatos e dos sócios atualmente. Os serviços são a prioridade para aqueles que buscam se afiliar e o que vem depois nem sempre é a participação na luta social.

As ações coletivas, que outrora eram a base para as conquistas dos trabalhadores, passaram a ficar em segundo plano e isso tem afetado diretamente o caráter reivindicativo dos sindicatos. A luta social passa claramente por um período de crise, mas, como explicarei mais adiante, isto não necessariamente está atrelado somente à afiliação – ou à base *material* dos sindicatos. Acredito que a essência do problema se encontra principalmente na base *imaterial* e nos aspectos que dela derivam.

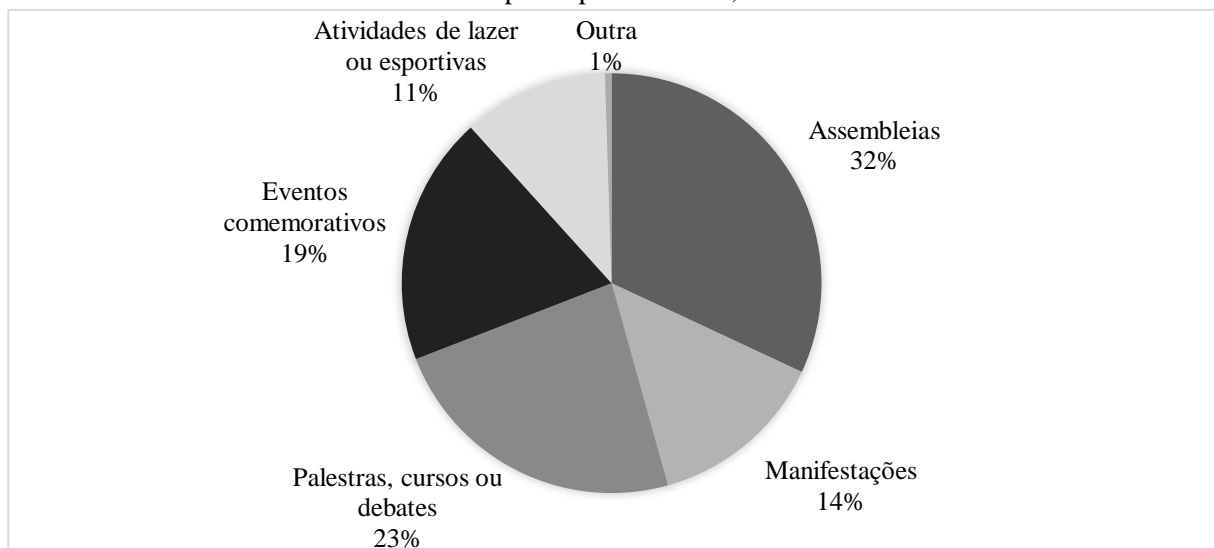
Gráfico 4 - Participação nas atividades promovidas pelos sindicatos no Brasil em 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2015).

Quanto ao tipo de participação exercida pelos trabalhadores afiliados a algum sindicato, novamente se sobressaem atividades ligadas à organização sindical e não ao movimento social propriamente dito. Assembleias (32%), palestras, cursos ou debates (23%) e eventos comemorativos (19%) foram os três principais tipos de atividades que os trabalhadores costumavam participar em 2015 no Brasil. As manifestações (14%) aparecem apenas em quarto lugar entre os entrevistados (Gráfico 5), de modo que as greves são as ações mais frequentes.

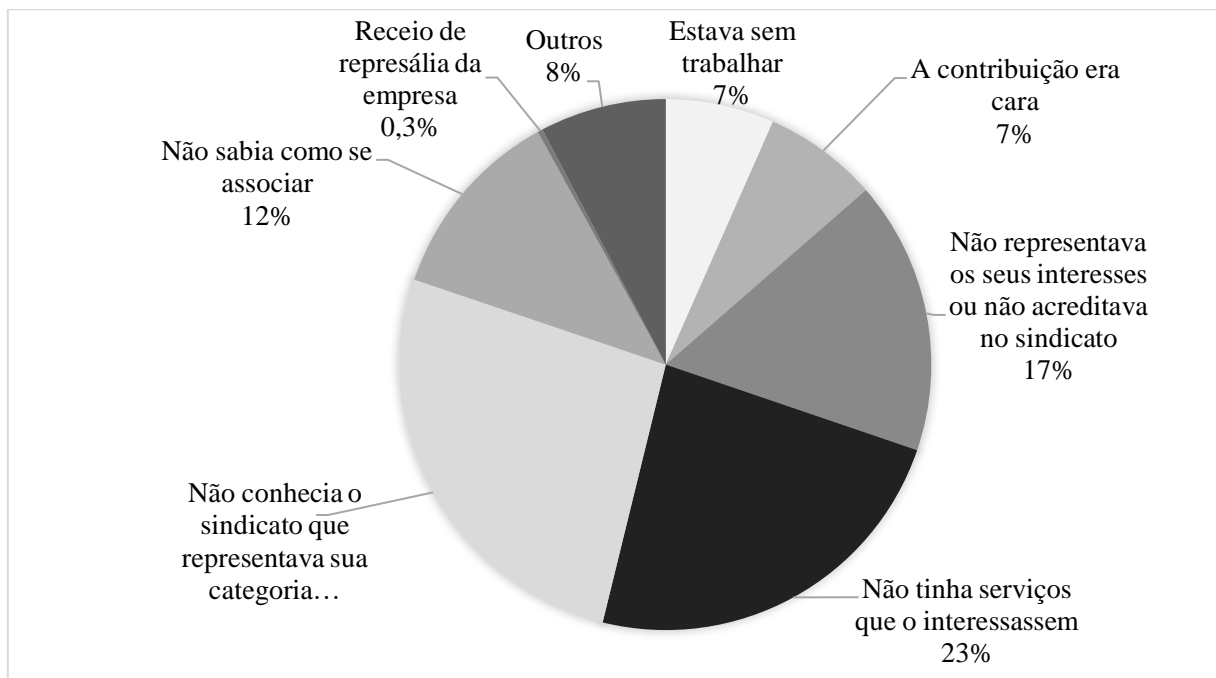
Gráfico 5 - Participação nas atividades promovidas pelo sindicato segundo tipo de atividade que costumava participar no Brasil, em 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2015).

Tão importantes quanto as motivações para participar, as motivações para *não* participar também ocupam lugar de destaque no debate em torno das organizações e movimentos sociais. O Gráfico 6 mostra que entre os principais motivos para não se afiliar ao sindicato, os trabalhadores relataram que *não conheciam o sindicato que representava sua categoria* (26%), *não tinha serviços que lhe interessassem* (23%) e *não representava seus interesses ou não acreditava no sindicato* (17%). Aqui é possível notar que, ao lado dos serviços, surge um novo fator que se demonstrará relevante ao longo desta discussão: a *representatividade* ou *representação*. Conforme demonstrei anteriormente e discutirei mais adiante neste capítulo, é necessário que, além de um objetivo comum, os indivíduos que escolhem participar de uma ação coletiva sejam movidos principalmente por um engajamento voluntário (SCHMITZ; MOTA; SOUSA, 2017). Após a decisão de participar, uma série de outros fatores podem contribuir para o sucesso ou insucesso da ação coletiva, como as estratégias de ação (TOURAINÉ, 2002), as lideranças, a identidade coletiva (MELUCCI, 1988; 1996; CASTELLS, 2018) etc.

Gráfico 6 - Motivo pelo qual não era afiliado a algum sindicato em setembro de 2015 no Brasil.



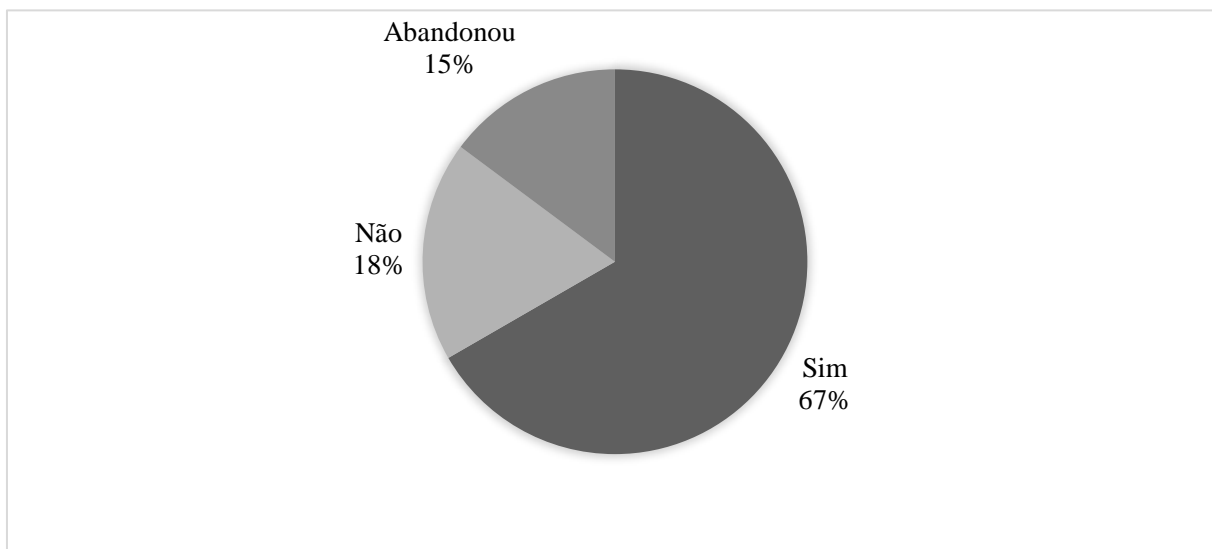
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBGE (2015).

À medida em que se afilia, um trabalhador pode participar de diferentes formas (em assembleias, reuniões, cursos, palestras, manifestações, congressos etc.) ou até mesmo optar

por não participar de ações coletivas e apenas usufruir individualmente dos serviços e benefícios do sindicato.

Atualmente, a diretoria do STTR informou que existem, 1200 sócios no sindicato. Deste quantitativo, existem os aposentados que ainda pagam a contribuição sindical que correspondem a um total de 516 (283 mulheres e 233 homens). O Gráfico 7 indica que dos 27 trabalhadores entrevistados, 18 são afiliados ao sindicato, 5 não são afiliados e 4 abandonaram⁴ a organização.

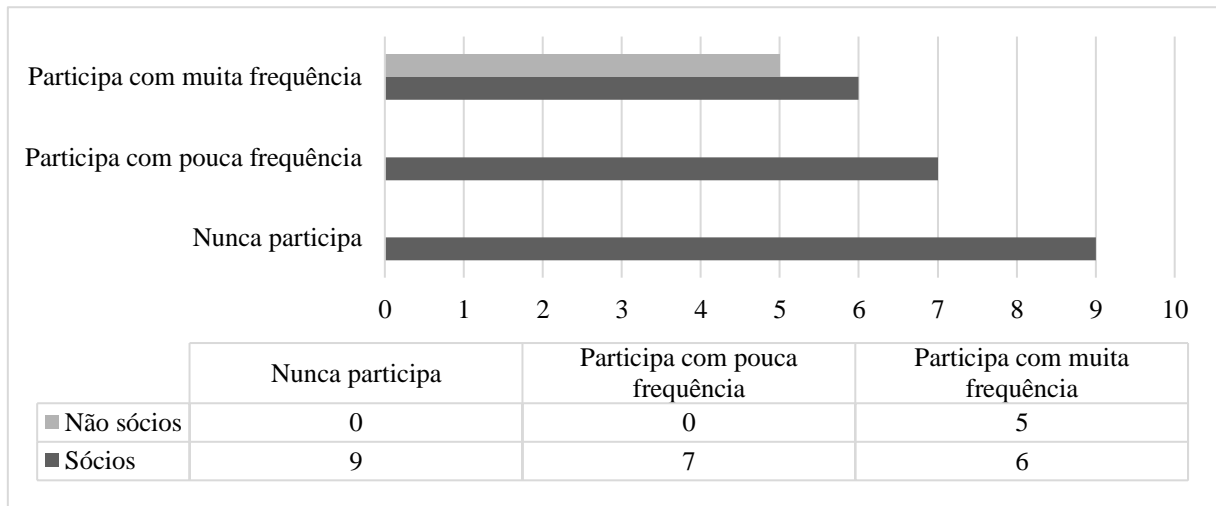
Gráfico 7- Taxa de afiliação no STTR de Tomé-Açu entre os trabalhadores rurais entrevistados.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

O Gráfico 8 mostra uma análise da participação dos trabalhadores em reuniões que acontecem tanto na sede do STTR quanto nas comunidades. De modo geral, os sócios participam em maior número e frequência do que os não-sócios, sendo que 6 participam com muita frequência, 7 participam com pouca frequência e 9 nunca participam. Do grupo de trabalhadores que não participam do sindicato em nenhum grau, 5 são aposentados e 4 abandonaram o sindicato por algum motivo. Em contrapartida, todos os não-sócios participam com muita frequência das reuniões. É importante ressaltar que este grupo é formado por trabalhadores que estão lutando pela terra no acampamento Mancha Negra e todas as reuniões são realizadas na sede da associação local, o que, de certa forma, facilita a participação.

⁴ Vale ressaltar que quando falo em *abandono* estou me referindo aos trabalhadores que deixaram de participar do sindicato em todos os sentidos e que reafirmaram esta condição durante as entrevistas. São indivíduos que não utilizam mais nenhum tipo de serviço, não recebem benefícios, não pagam a contribuição sindical e não participam das ações coletivas promovidas pela instituição. Este assunto será debatido melhor no Capítulo 3.

Gráfico 8 - Graus de participação em reuniões do STTR conforme o tipo de vínculo.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

Nesse sentido, a Tabela 3 indica a relação entre as motivações dos trabalhadores e o grau de participação em reuniões do sindicato. Do grupo de sócios que participam com muita frequência das reuniões, apenas 1 pessoa mencionou ter sido motivada por um fator *imaterial*, ligado à influência de sua família, que participava do MSTTR. Em contraponto ao que disse Knoke (1990), as pessoas que participam das reuniões não foram motivadas por fatores sociais, mas sim por fatores utilitaristas. Os benefícios e serviços oferecidos pelo sindicato apareceram em maior número nos relatos de 19 trabalhadores rurais, enquanto as motivações ligadas a sentimentos foram citadas em apenas 8 casos, sendo a maioria deles trabalhadores que participam com pouca frequência ou nunca participam das reuniões. Porém, os trabalhadores motivados por serviços utilitaristas e individuais são, com certeza, mais propensos a se afiliarem, como discutiremos mais adiante.

De acordo com os relatos dos trabalhadores e trabalhadoras entrevistados, a aposentadoria rural, o salário-maternidade, os serviços de saúde etc., são as principais motivações ligadas a benefícios e serviços individuais, considerados neste trabalho como fatores de base *material*. Os sentimentos de representação, a necessidade de orientação, e as redes de relacionamento foram as motivações citadas em menor número de casos, e se caracterizam como fatores de base *imaterial*. Ainda que tenham sido mencionadas poucas vezes como motivações para buscar o sindicato e se afiliar, ao longo deste capítulo evidenciarei que a representação surge em um momento posterior à afiliação.

Tabela 3 - As motivações de sócios e não-sócios conforme o grau de participação.

Grau de participação	<i>Participa com muita frequência</i>	<i>Participa com pouca frequência</i>	<i>Nunca participa</i>
Motivações de sócios	Terra (2) *	Aposentadoria (3)	Aposentadoria (2)
	Aposentadoria (3)	Orientação (1)	Auxílio-doença (1)
	FNO (1)	Salário-maternidade (1)	Melhorar a agricultura (1)
		Apoiar o sindicato (1)	Terra (1)
		Representação (1)	Representação (1)
			Orientação (1)
			Serviços de saúde (1)
		Salário-maternidade (1)	
Motivações de não-sócios	Terra (4) Redes de relacionamento (1)		

*Entre parêntese o número de entrevistados.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

Nos tópicos a seguir discutirei a questão das motivações ligadas a fatores *materiais*, principalmente no que se refere a aposentadoria rural (e outros serviços) e como ela chega ao meio rural no Brasil. Depois, abordarei a questão da conquista da terra enquanto principal motivação dos não-sócios e analisaremos a participação do STTR ao longo de todo este processo no caso do acampamento Mancha Negra. No fim do capítulo, tratarei das motivações ligadas a fatores *imateriais*, buscando demonstrar de como se dá o entendimento dos trabalhadores ruais sobre o papel do sindicato em suas vidas.

5.2 MOTIVAÇÕES LIGADAS À SERVIÇOS: APOSENTADORIA RURAL, SALÁRIO-MATERNIDADE E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os serviços assistenciais caracterizaram a política dos sindicatos principalmente durante o regime militar no Brasil. Através da criação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), em 1971, aposentadoria, serviços de saúde (médico e odontológico), pensão, auxílio-doença, auxílio-funeral etc. passaram a ser os principais fatores que estimulavam a afiliação de trabalhadores rurais nos STRs, fossem eles assalariados ou agricultores (BOSCARDIN; SPANEVELLO, 2019).

A intenção do Estado era estimular a participação dos sindicatos nas políticas sociais e reduzir a atuação destes nas mobilizações e reivindicações por outros direitos (MEDEIROS, 1989). Em Tomé-Açu a situação foi semelhante:

Naquela época, tinha umas tendências no sindicato. O sindicato dava remédio, dentista [...] aí foi uma campanha que pregava o seguinte: você se afilia e sua família

toda tem direito de se tratar no sindicato. Podia fazer uma consulta, pegar um remédio, tinha farmácia lá dentro pra dar remédio pro pessoal. Então, isso foi atraindo o povo pra se afiliar no sindicato. O sindicato tinha médico, tinha dentista, tinha remédio [...] foi o que mais atraiu o pessoal (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

Na década de 1970, o “novo sindicalismo” trouxe a retomada da autonomia dos sindicatos e uma reformulação das políticas sindicais com o fortalecimento do sindicalismo cutista, que, durante as décadas seguintes pregaria o fim das práticas assistencialistas (SOUTO JR, 2000; FAVARETO, 2006). Após a Ditadura Militar e a partir da Constituição de 1988, os movimentos sociais conseguiram que os serviços de saúde (o principal benefício procurado pelos trabalhadores rurais junto com a aposentadoria) ficassem sob responsabilidade do Estado.

Por exemplo, quando eu fui mobilizado, o cara veio dizer que lá no sindicato tinha remédio pro meu filho, tinha médico, tinha dentista... Só que na Constituição de 88 mudou. Com isso, o que o sindicato tinha que fazer, que era mobilizar o povo em defesa dos seus direitos da terra do crédito, do mercado [...] a luta do movimento sindical era pra dizer que quem tinha que dar remédio pro povo era o governo, através do hospital. Médico, dentista, remédio, não é pra estar no sindicato. Sindicato é pra mobilizar os trabalhadores em defesa dos seus direitos (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

Entretanto, alguns serviços continuaram a ser intermediados pelo sindicato, como, por exemplo, a aposentadoria rural, o auxílio-doença e a pensão por morte. A Constituição de 1988 trouxe direitos para os trabalhadores rurais que não haviam sido reconhecidos anteriormente e passou a prever, conforme o artigo 195, § 8º:

[...] o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, em regime especial, desde que comprovem a situação de produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (BRASIL, 1988).

De acordo com a Constituição, a aposentadoria rural deve obedecer a alguns requisitos, tais como: idade de 60 anos para homens e 55 para mulheres e comprovação do exercício de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício e por tempo igual ao número de meses de contribuição. Além disso, existe uma série de documentos e comprovantes a serem apresentados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que, de acordo com Santos (2011), tem trazido grandes dificuldades para os trabalhadores rurais, pois muitos não possuem os documentos exigidos por lei e/ou estão no mercado informal de trabalho. O artigo 106, da Lei 8213/91 descreve os documentos necessários para o requerimento da aposentadoria rural:

i) contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social; ii) contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural; iii) (Revogado pela Medida Provisória nº 871, de 2019) iv) Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, de que trata o inciso II do caput do art. 2º da Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, ou por documento que a substitua, emitidas apenas por instituições ou organizações públicas; v) bloco de notas do produtor rural; vi) notas fiscais de entrada de mercadorias, de que trata o § 7º do art. 30 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, emitidas pela empresa adquirente da produção, com indicação do nome do segurado como vendedor; vii) documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante; viii) comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção; ix) cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural; x) licença de ocupação ou permissão outorgada pelo Incra (BRASIL, 1991).

Mesmo com os avanços promovidos pela Constituição, alguns direitos ainda demoraram mais alguns anos para serem reconhecidos, como é o caso do salário-maternidade para as mulheres trabalhadoras rurais. Apesar de previsto, o então presidente Collor vetou o benefício, que só foi aprovado novamente em 1994. Por meio do salário-maternidade, as mulheres trabalhadoras rurais passam a receber um valor equivalente a um salário-mínimo mensal, durante quatro meses após o parto (BRUMER, 2002).

De acordo com Homci (2009), a Constituição aprimorou o tratamento dado à Previdência Social, dispondo pela primeira vez do termo *Seguridade Social* como sendo um conjunto de ações integradas envolvendo saúde, assistência e previdência social. O autor explica que o segurado é aquele trabalhador rural cuja produção do trabalho é feita para a economia familiar, não utilizando assim da mão de obra assalariada. Este passaria a depender do sindicato para conseguir o benefício da aposentadoria rural, tendo em vista que seria o sindicato o responsável por orientar os trabalhadores durante todo o processo e emitir as declarações necessárias. Porém, com a Reforma da Previdência, aprovada em 2019, o sindicato perdeu autonomia sobre a aposentadoria rural, pois o trabalhador não precisa mais recorrer ao sindicato para obter a “Declaração de Atividade Rural” (BRASIL, 2019). De forma semelhante, a Reforma Trabalhista também prejudicou a representação da classe rural ao tornar a contribuição sindical facultativa (KREIN, 2018).

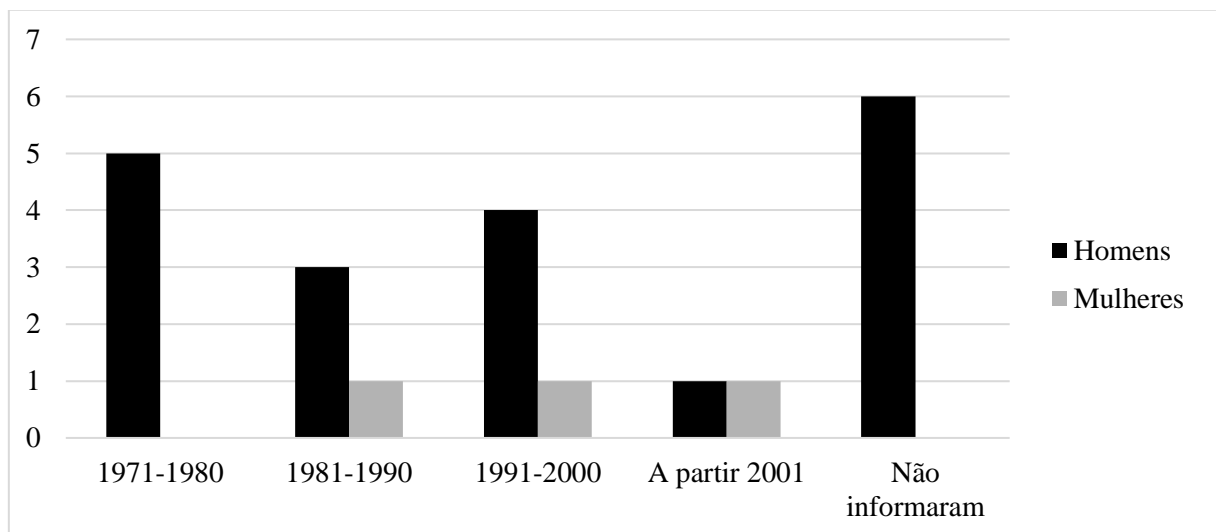
Dentre os motivos relacionados a benefícios ou serviços sociais, a aposentadoria rural foi o principal motivo de 8 trabalhadores rurais entrevistados para se afiliar ao STTR. Mesmo para alguns não-sócios que participam do sindicato, a aposentadoria é o motivo que, provavelmente, os levará a se tornarem sócios no futuro (como veremos mais adiante). A Tabela 4 indica que para o restante dos sócios, salário maternidade (2), auxílio-doença (1) e serviços de saúde (1) foram os principais motivos.

Tabela 4 - Motivos da afiliação relacionados a benefícios ou serviços.

Benefício social	Nº de entrevistados
<i>Aposentadoria rural</i>	8
<i>Salário maternidade</i>	2
<i>Auxílio-doença</i>	1
<i>Serviços de saúde</i>	1

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

Dos 8 sócios que atribuíram à aposentadoria o principal motivo para se afiliar, 7 já são aposentados e se afiliaram entre as décadas de 1971 e 1991, quando o assistencialismo predominava como política sindical (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Ano de afiliação no STTR conforme sexo.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

Motivados pela aposentadoria, eles atribuem importância aos direitos conquistados e representados pelo sindicato ao longo dos anos:

[...] E eu acho que o caboco se cadastra no sindicato pra ter os certos direitos dos órgãos federais. [...] eu acredito que a gente cadastra no sindicato pra ter uns certos direitos, porque se o cabra não tiver quem fale pela gente, aí o cabra 'tá num mato sem cachorro', não é verdade? (Entrevistado 6, Sócio do STTR, 2021).

Eu me afiliei porque eu acho que o sindicato é um órgão de direito, uma lei. Eu não sei agora, mas pra se aposentar tem que ser sócio do sindicato pra ir no INSS pra se aposentar, né? Por isso que eu me associei, por causa disso aí (Entrevistado 12, Sócio do STTR, 2021).

[...] eles falaram que os agricultores tinham o direito ao sindicato, porque o sindicato era dos agricultores que trabalhava na roça, pra mais na frente ter o seu direito de se

aposentar [...] aí que muitos pagam, pra ter esse direito de se aposentar como agricultor. Isso que me incentivou mais a pagar o sindicato (Entrevistado 23, Sócia do STTR, 2021).

A Tabela 5 indica que a *aposentadoria rural* e o *Bolsa Família* são os benefícios mais recebidos pelos trabalhadores entrevistados, considerando sócios e não sócios. Por outro lado, 8 entrevistados não recebem nenhum tipo de benefício e vivem exclusivamente da agricultura.

Tabela 5 - Número de entrevistados conforme renda familiar e recebimento de benefício social no STTR de Tomé-Açu.

Variáveis	Sócios N= 22		Não sócios N= 5	
	n	%	n	%
Renda Familiar				
Não informaram	3	13,6	2	40
Sem renda	0	0	0	0
Menor que 1 salário-mínimo	4	18,1	1	20
Até 1 salário-mínimo	9	40,9	1	20
De 1 a 3 salários-mínimos	6	27,2	1	20
Recebe benefício social				
Aposentadoria rural	10	45,4	0	0
Bolsa Família	3	13,6	3	55,5
INSS	1	4,5	0	0
Nenhum benefício	8	36,3	1	11,1

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

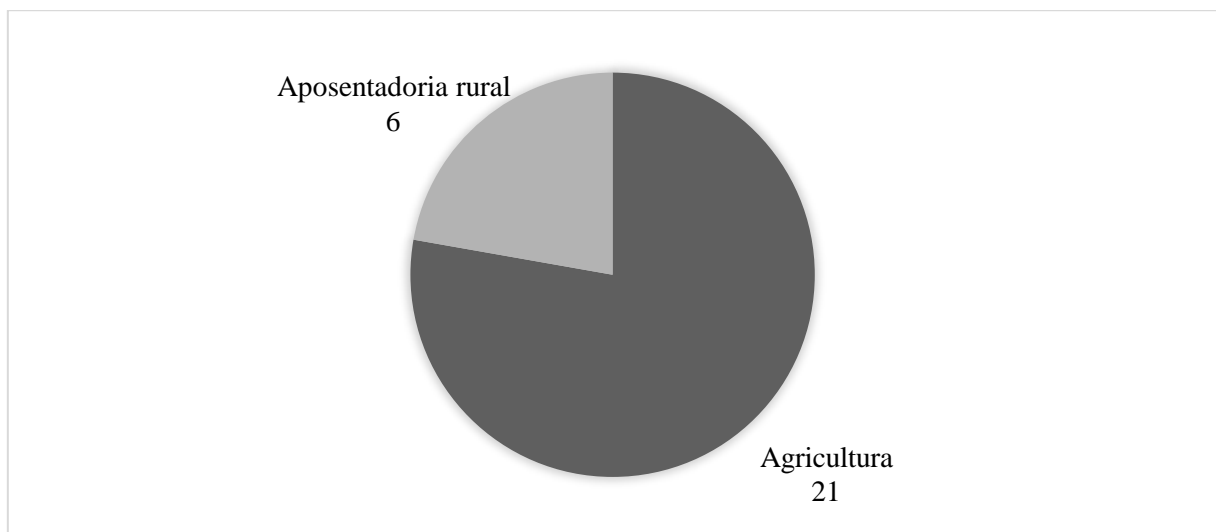
Do total de entrevistados, 10 sócios recebem aposentadoria rural e possuem média de idade de 72 anos. A aposentadoria possibilita ao aposentado continuar trabalhando, especialmente em atividades produtivas voltadas para o autoconsumo familiar (BOSCARDIN; SPANEVELLO, 2019) e, mesmo sob um regime de trabalho reduzido por conta da idade, grande parte ainda comercializa a produção agrícola em pequenas escalas. Entre os trabalhadores e trabalhadoras aposentados, 8 ainda comercializam a produção, com a aposentadoria sendo a principal fonte de renda para 6 deles e a agricultura para 4. Para os aposentados, o trabalho na agricultura é mais dedicado ao lazer, ao simples fato de “gostar de trabalhar”, já que não dependem mais exclusivamente deste tipo de trabalho para sobreviver (TONEZER; LOPES, 2009).

Para Delgado (2015) a previdência rural foi eficaz no Brasil, pois o avanço significativo do benefício para vários sujeitos do meio rural brasileiro, dentre eles os agricultores familiares, melhorou o nível e a distribuição da renda rural e os indicadores de igualdade e capacidade humana. Com relação à renda mensal dos aposentados que participaram da pesquisa,

considerando produção agrícola e benefício social, 5 informaram receber até 1 salário-mínimo, 4 de 1 a 3 salários-mínimos e 1 não informou. Portanto, levando em consideração que a aposentadoria rural hoje equivale a um salário-mínimo e que, devido a média avançada de idade e os problemas de saúde, essas pessoas não conseguem desempenhar grandes níveis de esforço físico na agricultura, é possível afirmar que o benefício é de suma importância para os trabalhadores rurais aposentados.

Mesmo considerando o papel da aposentadoria rural, o Gráfico 10 indica que a agricultura é a principal fonte de renda para 21 entrevistados, considerando sócios e não-sócios, enquanto 6 vivem principalmente da aposentadoria rural.

Gráfico 10 - Número de entrevistados de acordo com a principal fonte de renda.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

Assim como são importantes os motivos da participação, os motivos do abandono também têm sua relevância. Para o caso deste grupo específico, os objetivos levaram os trabalhadores a participar, estão diretamente ligados aos motivos do abandono. Dos 4 trabalhadores que abandonaram, 2 são mulheres que se afiliaram ao sindicato em busca de salário-maternidade. A Entrevistada 22 disse ter conseguido o benefício, mas a Entrevistada 26 não. Mesmo assim, ambas deixaram de participar. Já o Entrevistado 2, se afiliou ao sindicato em busca de auxílio-doença e, depois que conseguiu, deixou de participar. O último trabalhador, Entrevistado 8, se afiliou com o objetivo de conquistar uma terra. Ele estava envolvido na luta coordenada pelo STTR no acampamento Mancha Negra, mas acabou desistindo no meio do processo por conta de divergências com a gestão do sindicato.

Foi para buscar o benefício de salário maternidade. [...] Fiquei de 2002 a 2016 e abandonei, porque não consegui. Porque foi muita enrolação, ficaram me enrolando um tempão e não consegui (Entrevistada 22, Sócia que abandonou o STTR, 2021).

Não sou mais do sindicato, eu abandonei em 2000. Eu entrei no sindicato porque queria o auxílio maternidade, pra esses meninos aí, depois que eu consegui eu abandonei (Entrevistada 26, Sócia que abandonou o STTR, 2021).

Foi mais porque eu queria conseguir o benefício do INSS, porque eu tenho um problema na perna, mas aí eu consegui e parei de pagar por um tempo, já tô um tempo sem pagar, mas agora eu tô voltando porque eu quero conseguir uns projetos pra ampliar a minha produção (Entrevistado 2, Sócio que abandonou o STTR, 2021).

Eu já fui, mas não sou mais. Tô fora de sindicato! Eu passei foi bem uns 3 anos, mas não via recompensa de nada. [...] Eu participava direto, mas parei porque minha mulher dizia que eu tava perdendo tempo, aí não participo mais de nada não. Eu achei que eu ia me afiliar no sindicato a troco de uma terra, de uma área de terra que eu estava envolvido. Aí, como o advogado mexia, o lance nosso era pagar pra isso, entendeu? Aí depois de muitos anos que eu vi pagando e ninguém nunca na vida conseguiu um ITR (Imposto Territorial Rural) e nem uma palavra afirmativa (Entrevistado 8, Sócio que abandonou o STTR, 2021).

Os motivos que levam ao abandono são tão diversos quanto aqueles que levam à participação. Nos casos citados acima, observei que a participação por vezes é momentânea, motivada por um objetivo pontual, de modo que depois da conquista ou do fracasso, ocorre o abandono do sindicato. Bordenave (1994), em seu livro “O que é participação?”, demonstrou que as motivações dos participantes em um âmbito comunitário geram um tipo de satisfação pessoal que pode ou não ir além do utilitarismo e do simples desejo de resolver problemas. Ele entende a participação como “uma necessidade fundamental do ser humano, como são a comida, o sono e a saúde” (BORDENAVE, 1994, p. 16). Como as motivações e os objetivos da participação são sempre individuais, trabalhadores que resolvem se afiliar a um sindicato podem fazer da participação uma ferramenta, um *meio* para determinado *fim*, e não necessariamente irão se envolver ativamente em ações coletivas. A lógica por trás da participação em organizações é que indivíduos que buscam se unir a grupos com objetivos comuns somente o fazem porque não conseguem promover seus interesses individualmente (OLSON, 2015).

Esta realidade reflete a importância do sindicato enquanto ferramenta para a obtenção de serviços e benefícios sociais. Mesmo que o caráter assistencialista tenha sido atribuído a um momento de fragilidade do MSTTR no decorrer da história, não podemos desconsiderar que, na perspectiva dos próprios trabalhadores rurais, os serviços e benefícios são fundamentais, especialmente para que eles decidam ou não se afiliar. Para os sindicatos, oferecer incentivos

para buscar novos membros é algo comum, assim como muitos trabalhadores o utilizarem exclusivamente para interesses individuais. Considero, ainda, que ao longo da participação no sindicato, este trabalhador que foi motivado por um incentivo individual pode desenvolver outros tipos de motivação para participar das ações coletivas (reuniões, protestos, eventos etc.). Por outro lado, mesmo que escolha não participar das ações coletivas, o simples fato de se afiliar já contribui, mesmo que em um nível baixo, para o fortalecimento da organização.

Mesmo a afiliação tendo sua importância para o sindicato, é preciso considerar as demandas dos não-sócios. De que forma eles participam do sindicato? Eles se sentem representados por esta organização? O que o sindicato tem realizado com e para os não-sócios? E, por fim, quais as motivações dos não-sócios? Estas são questões que surgiram ao longo da interação com trabalhadores rurais não-sócios, mas que, de alguma forma, possuem algum tipo de vínculo com o STTR. Para o caso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais não-sócios que participaram desta pesquisa, o principal vínculo que eles têm com o sindicato é a luta pela terra. Ao longo do próximo tópico, buscarei descrever aspectos da luta no acampamento Mancha Negra, no município de Tailândia, Nordeste paraense. Minha intenção é analisar a terra enquanto motivação para este grupo específico de trabalhadores e o papel do sindicato ao longo de todo o processo.

5.3 A TERRA COMO MOTIVAÇÃO: AÇÃO COLETIVA NO ACAMPAMENTO MANCHA NEGRA

Por conta da desigualdade fundiária que permeia o rural brasileiro, a ocupação de terras e a construção de acampamentos tornou-se a forma apropriada e utilizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o MSTTR e outras tantas organizações existentes no mundo rural, para reivindicar a reforma agrária no Brasil (SIGAUD, 2004). Os acampamentos se constituem de particularidades em suas relações e estratégias de luta pela terra, que variam de acordo com os sujeitos de sua formação. “Não é apenas o espaço físico ocupado por lonas pretas, organizado em fileiras à beira das estradas. É o mundo que se reconfigura no imaginário daqueles que lutam pela reforma agrária” (SOUSA, 2021, p. 112). Por isso, é importante compreender os significados e os motivos de pessoas que são coordenadas por organizações sociais, mas buscam nos acampamentos a realização do sonho de ganhar a terra (LOERA, 2006).

Em 2009, um grupo de trabalhadores e trabalhadoras rurais que estavam lutando pela posse da terra procuraram o STTR de Tomé-Açu para que o sindicato os auxiliasse no processo.

Na época, 120 pessoas ocuparam a terra referente a Fazenda Mancha Negra, localizada no ramal Borba Gato, município de Tailândia⁵. De início, os trabalhadores foram expulsos e passaram a ocupar as margens da rodovia PA-256 que dá acesso a fazenda. Algum tempo depois, já com o apoio do sindicato e da CPT, foram até a sede do INCRA em Tomé-Açu⁶ e lá ficaram durante dois meses, reivindicando a posse da terra. O protesto realizado no INCRA contou com a presença de aproximadamente 70 pessoas, dentre elas homens, mulheres e crianças. O STTR apoiou os manifestantes fornecendo alimentação e representação jurídica através de um advogado. Sem sucesso nas primeiras empreitadas, os trabalhadores resolveram voltar para a área da Mancha Negra e, novamente, buscar estabelecer o acampamento.

Os trabalhadores vieram principalmente de Tomé-Açu e Concórdia do Pará. O Entrevistado 27, um dos primeiros agricultores a iniciar a mobilização pela terra da Mancha Negra, conta que morava com o pai e que o sonho de ter uma terra o motivou a lutar. Ele já havia participado de outra ocupação de terra, mas acabou não tendo sucesso:

Eu tava numa invasão, eu tava num acampamento no Km-20 de Concórdia. Fui pra lá, passei 5 meses lá, aí lá não deu certo. [...] Eu soube que tinha um pessoal que tinha entrado aí, então eu peguei o meu caminho pra cá, eu falei até pro meu sogro, 'eu vou lá, eu vou lá nessa área, que lá eu vou conseguir a minha terra', aí ele ainda falou pra mim: 'não, tu não vai, porque lá vai morrer gente'. 'Pois eu vou morrer lá dentro, porque eu quero uma terra pra mim trabalhar'. Aí vim né, com a minha família toda. Eu nasci em Concórdia. Aí agora estou aqui dentro dessa área, e peço... tô pedindo para os meus amigos também que estão por aqui, pra não abandonar. [...] Então, eu tô muito feliz, porque eu tô com esse meu pedaço de terra pra mim trabalhar, criar meus filhos dentro dessa terra (Entrevistado 27, Não-sócio participante do STTR, 2021).

Ao longo do processo, foram muitos conflitos com os latifundiários que se diziam donos da terra, mas os trabalhadores não desistiram. Já com o acampamento montado, enfrentaram forte repressão de pistoleiros que os ameaçavam com frequência, gerando conflitos diretos.

⁵ Este município foi fundado a partir da luta dos trabalhadores rurais pela terra às margens da PA-150, que corta o Estado do Pará de Norte a Sul. Em junho de 1978 a localidade sofreu intervenção da Polícia Militar, sob o comando do Tenente Pinheiro, iniciando um projeto de colonização, demarcação de terras devolutas e distribuição de lotes entre os quilômetros 51 e 183 da PA-150. Em julho de 1978, em uma das reuniões entre os interventores e a população, decidiu-se questões importantes para a cidade, como o padroeiro – que seria São Francisco de Assis -, a data de sua homenagem, dia 04 de outubro, e escolheu-se o nome da localidade proposto pelo então interventor, Tenente Pinheiro, que comparou os conflitos da cidade com os que ocorriam no país asiático Tailândia, que passava por uma guerra civil e de fronteiras. Contudo, Tailândia, que fazia parte do município do Acará, só teve a sua emancipação político-administrativa em 10 de maio de 1988. Hoje o município possui aproximadamente 111.554 habitantes e está inserido nas dinâmicas de expansão da dendeicultura no Nordeste paraense (IBGE, 2010; PREFEITURA DE TAILÂNDIA, 2015).

⁶ O território da Mancha Negra pertence ao município de Tailândia, mas, no banco de dados do ITERPA aparece sob jurisdição de Tomé-Açu. Os trabalhadores que vivem no território também o consideram como parte de Tomé-Açu e, talvez por isso, procuraram o STTR de Tomé-Açu e não o de Tailândia para representá-los.

Passaram também por reintegração de posse e confrontos com a polícia que por vezes pareciam o fim da batalha e colocavam em risco suas vidas.

Dois trabalhadores relataram um pouco do dia a dia da luta vivenciada por eles e suas famílias no acampamento:

[...] logo que nós entremos pra cá, a gente ficamos acampado, aí nas beiras das estradas, aí de lá fomos aí pra dentro da área, eu com a minha família, minha esposa. [...] Então, nós ficamos dentro da área, aí [...] tiraram nós, aí nós viemos pra beira da estrada, viemos sofrer, nosso sofrimento foi grande [...] fomos para o INCRA, em Tomé-Açu, lá a gente passou uma temporada, aí lá foi outro sofrimento de novo, nós sofremos, e... graças a Deus que o Sindicato nessa hora, nos ajudou e tá nos ajudando! [...] Eu fui uma pessoa com a minha família que nós sofremos demais, chegou o dia da minha esposa mais os meus filhos lá no INCRA, a minha esposa chorar, porque via os meninos chorando, às vezes com fome, mas hoje nós estamos aqui porque nós vencemos (Entrevistado 27, Não-sócio participante do STTR, 2021).

Eles [STTR] vieram aqui um dia pra fazer uma reunião, aí teve tiroteio, os caras atiravam. Os nossos barracos que nós saímos, as nossas casas, queimaram tudo. O que tinha nosso eles queimaram tudinho. E outra coisa eles ficavam ameaçando, ficavam ameaçando nós aí, os pistoleiros que tavam aí dentro. E aí, eles conversavam, falavam que nós tinha que sair de qualquer maneira. [...] Eu tinha uma casa aí, eram duas casas, aí queimaram tudinho, chegavam lá derrubavam com trator, amontoavam tudinho e queimavam tudinho (Entrevistado 27, Não-sócio participante do STTR, 2021).

Aí chegou de fora de Belém [...] Sabe quantas viaturas? 16 viaturas, 1 ônibus e 118 policiais. Chegou, com máquina carregadeira e esteira... entrava na casa tua assim, eu te juro porque eu tava lá, metia o trator e saía derrubando em baixo. E tu agoniado arrastando freezer, motor e eles derrubando mesmo. Chegava com motosserra e iam dando nos esteios. As carregadeiras só faziam jogar embaixo. Casa de alvenaria tu via os tufos de cimento subindo (Entrevistado 8, Sócio que abandonou o STTR, 2021).

Após doze anos de luta, os trabalhadores conseguiram o ganho de causa na justiça e começaram a estruturar a comunidade neste ano de 2021, com o apoio do STTR e da CPT. Recentemente o acampamento foi batizado pela Igreja Católica como Comunidade Bom Jesus de Nazaré. Hoje, a comunidade abriga cerca de 55 famílias. Todos são agricultores familiares que vivem em pequenas propriedades de terra, com média de 10 há. Plantam mandioca, hortaliças, milho, arroz, feijão etc. A comunidade já possui uma Igreja evangélica e, desde setembro deste mesmo ano, uma escola municipal está sendo construída.

Principal apoiador e coordenador das mobilizações pelo território da Mancha Negra, o STTR de Tomé-Açu, sempre teve a reforma agrária como principal bandeira de luta, desde os tempos de Benezinho. Nos primeiros anos da luta pela terra, orientou a criação de uma associação para que os trabalhadores pudessem se organizar e debater seus problemas e demandas coletivas. O contato entre sindicato e acampamento se dava através da delegada sindical, que por sua vez, também era presidente da associação. Marinalva era participante ativa

do STTR e foi uma das principais personagens da história do acampamento Mancha Negra. Entretanto, nos primeiros anos de seu mandato, a associação teve sérios problemas de administração e isso causou um esvaziamento quase total dos associados. Trabalhadores relataram que Marinalva se aliou a políticos de um determinado partido (não informado) e passou a adotar uma postura contrária à ação do sindicato. Sua postura causou uma divisão dentro da associação e da própria comunidade, dificultando ainda mais o processo de organização da representação dos trabalhadores.

A comunidade ficou então dividida entre aqueles que apoiavam a atual presidente da associação e aqueles que apoiavam o sindicato. Este segundo grupo, vendo a situação em que se encontrava a associação da Mancha Negra, procuraram o STTR em busca de orientação. Os relatos indicam que a associação estava inadimplente e a diretoria não estava mobilizada o suficiente para resolver a questão da terra. Foi então que o sindicato, sob liderança de sua presidente, encabeçou uma reformulação de forma conjunta com o grupo de trabalhadores que eram a favor da atuação da organização sindical na comunidade, formando uma comissão. Adriana, é uma das protagonistas deste movimento de retomada da associação. Agricultora e moradora recente da comunidade, já ocupa um lugar de liderança e demonstra forte motivação no sentido de conquistar a regularização das terras. Mesmo não sendo sócia do STTR, Adriana contou que participa de todas as reuniões realizadas na Mancha Negra e que o sindicato tem tido papel fundamental ao longo de todo o processo:

[...] como a terra não é legalizada, a gente tem aquela insegurança de produzir e perder. Isso foi um dos motivos pra eu entrar nessa linha de frente. Pra ver se junto a gente consegue o documento da terra. Porque com o documento da terra a gente pode fazer empréstimo, pode buscar ajuda. [...] só o fato deles [STTR] bancarem um advogado pra gente lá... Eles não precisam de lá, da terra. O advogado não tem terra lá, eles aqui não têm. Eles doaram, pagam os honorários do advogado. Um advogado não é barato, ainda mais na luta por uma terra! E eles bancam esse advogado sem nem serem parentes da gente, sem ter nada de lá. [...] Pessoas que vivenciaram desde quando foi invadido lá, tem mais o que falar do que eu sobre o sindicato, porque tão na luta desde quando começou e o sindicato nunca abandonou. Mesmo muitos lá não querendo o apoio do sindicato por não entenderem ou por serem influenciados, eles continuam lá. E, pra mim, é muito importante que eles estejam lá e muitos tem o mesmo pensamento que eu (Adriana, Não-sócia participante do STTR e Liderança de Mancha Negra, 2021).

Recentemente, após pressão do sindicato e do grupo que era contra a atual gestão, Marinalva decidiu deixar o cargo de presidente da associação. Imediatamente, Adriana se lançou como candidata a assumir o cargo e foi apoiada pela maioria dos moradores. Até a data da eleição, que deve acontecer no fim deste ano, a associação ficará sob administração de um presidente suplente.

Durante minha última visita a campo, pude observar de perto a assembleia geral para leitura e aprovação do novo estatuto social da Associação Agrícola dos Moradores e Produtores Rurais da Comunidade Mancha Negra (AAMPNMN), fundada em 4 de agosto de 2013. Na ocasião estavam presentes na escola da comunidade, cerca de 40 pessoas, dentre as quais, 37 trabalhadores e trabalhadoras e 3 dirigentes do STTR. O estatuto foi lido pausadamente e a cada item, Dona Paula ia explicando e esclarecendo dúvidas de todos ali presentes. A todo momento ela ressaltava a importância da associação e da participação ativa dos sócios e parabenizava a comunidade pela conquista:

Nós viemos aqui, gente, e numa reunião menor do que essa nós conseguimos eleger um grupo, criamos uma comissão pra deliberar toda a questão da eleição e posse da diretoria. É o fruto daquela reunião que está acontecendo hoje. Por que o estatuto tem que ser lido? O que é o estatuto? Qual é o meu dever? Direitos e deveres andam juntos, eu só tenho direitos quando eu cumpro meus deveres. Tu tem que aprender o que tem nesse estatuto pra tu poder cobrar. Muitas vezes a gente é bom pra cobrar, mas é ruim pra cumprir. Isso aqui é uma ‘criança’ que tá nascendo no meio de vocês hoje. Essa ‘criança’ é fruto da comunidade. Eu, lendo o estatuto, vejo uma comunidade organizada. Vocês sabem falar, vocês sabem cobrar, vocês sabem se organizar. Parabéns pra vocês, eu só tenho que parabenizar o trabalho de vocês, o trabalho do sindicato, de vocês da comissão, de cada um de nós. Que vocês sejam gratos ao trabalho realizado, que participem, estejam a serviço da comunidade e contribuam com sua presença, com orações, com respeito. Aí depois vocês podem cobrar. Se vocês fizerem o que eu tô dizendo hoje, vocês vão colher os frutos. Eu vi no estatuto a escola bonita que vocês vão ter, daqui uns dias uma sede linda da associação que vocês vão ter, organizada... Com esse estatuto vocês conseguem tudo. Vocês têm que se unir pra cuidar desse ‘filho’, desse fruto que nós estamos deixando aqui que é a associação (Dona Paula, presidente do STTR, 2021).

Mesmo que alguns autores entendam a motivação como um fator individual (OLSON, 2015), é importante ressaltar o papel das lideranças no processo de mobilização coletiva. Schmitz, Mota e Sousa (2017) acreditam que o maior desafio para as lideranças é coordenar o comportamento dos indivíduos, e, entendendo que a cooperação é indispensável, fazê-los atuar pensando no sucesso da organização. Logo, além de tentar estimular outros indivíduos a participar, as lideranças têm o importante papel de fazer com que eles atuem em prol de um bem comum. O desafio, portanto, é transformar necessidades individuais em demandas e reivindicações coletivas organizadas.

Assim como as motivações da participação de agricultores sócios, as motivações dos não-sócios também são importantes. Ao longo do processo, a ação coletiva do acampamento Mancha Negra envolveu sócios e não-sócios em um só objetivo: a conquista da terra. No caso do STTR, a questão da terra é um dos fatores de maior interesse dos trabalhadores, tendo em vista que é o sindicato que dá uma ênfase maior para a reforma agrária. Dos 5 agricultores não-

sócios entrevistados durante a pesquisa, 4 são moradores da comunidade Mancha Negra e apenas 1 desistiu antes de conseguir a terra. Mesmo não sendo sócios, viram no sindicato a representação e organização necessárias para suas demandas coletivas. O Entrevistado 16, que já está morando há 12 anos na área e é um dos poucos sócios do STTR que lá residem, falou sobre a importância do sindicato para a comunidade:

[...] hoje a gente espera em Deus e neles que estão mexendo com nós, né!? Uma grande força do sindicato aqui que eu nunca abandonei. [...] O sindicato ele é um órgão que eu creio que ele tem muita força, que se reúne com a CUT, com a Fetagri, e tem o poder de chegar com as pessoas maiores pra adquirir a terra. [...] sempre defendi o sindicato e defendo, porque é através do sindicato que um dia eu e qualquer um se aposenta por ele. Então é um órgão muito forte, é um órgão que ele representa a gente aqui dentro, como a associação que é um braço forte também, que tem que ter, tem que se unir. Então a questão de nós estar hoje aqui é primeiramente Deus e o sindicato. Ele tem apoiado muito nós aqui dentro. Eu sou um dos moradores antigos aqui e já sofri muito com a galera. Tô na luta e não pretendo sair tão cedo porque eu gosto daqui. [...] É um órgão [STTR] que ele abraçou essa causa aqui. Quando o povo saiu daqui eles mesmo se viraram lá e até hoje estão na luta junto com nós. [...] Hoje funciona escola, muitas coisas aqui dentro através do sindicato. Eles têm muita força! Eles vão lá defender, puxar saúde, escola. É um órgão que é muito forte. É um órgão que as vezes muitas pessoas não dá a mínima: ‘ah, é só pra tu pagar’... Não! Ele representa muita coisa em um município como Tomé-Açu (Entrevistado 16, Não-sócio participante do STTR, 2021).

A terra é uma motivação difícil de definir. Mais do que apenas um benefício, a terra é a condição de vida do trabalhador rural, é a propriedade do trabalho familiar. “No campo, terra e trabalho não se separam; dialeticamente, a terra é para o trabalho e vice-versa, tem um sentido humano” (SOUSA; CONCEIÇÃO, 2010, p. 66). Ou seja, existe um caráter subjetivo que é atribuído à terra pelos trabalhadores, fazendo com que ela se torne também uma motivação imaterial, ligada à valores, sentimentos de satisfação, emoções etc., elementos que foram identificados nas falas dos entrevistados.

É importante ressaltar que a terra, enquanto fator de motivação, despertou uma série de outros elementos importantes que levaram os agricultores a participarem das ações coletivas. Entre os sócios e não-sócios da Mancha Negra, a maioria falou sobre a importância do sindicato em aspectos para além da terra, como, por exemplo a aposentadoria rural, a representatividade e o apoio na agricultura (assistência técnica, projetos etc.), como demonstra a fala do Entrevistado 15:

O que eu acho do STTR, é que a influência do sindicato dentro da agricultura é muito importante. Eu acho que a influência do sindicato ajuda muito, porque a gente tem os nossos direitos, ajuda a gente a reconhecer alguns direitos que nós temos, que só o sindicato mostra esse direito pra nós. [...] No caso, pra trazer os projetos, só vem através do sindicato. Quem é que vai ajudar nós aqui? É só o sindicato, o sindicato que mostra alguns direitos que nós tem. O único órgão que entra dentro de uma colônia, dentro de uma agricultura da gente, dentro aqui do mato, pra interagir com a

gente é só o sindicato, rapaz... é só ele que faz isso. É o nosso defensor aqui. Deus primeiramente e depois o sindicato. Eu aqui já estou com 5 anos e eu nunca vi outro órgão entrar defendendo os nossos direitos, ajudando nós, orientando nós e o sindicato tem feito isso (Entrevistado 15, Sócio do STTR, 2021).

Klandermans e Oegema (1987) discutem a participação a partir dos “Potenciais de Mobilização”. De acordo com os autores, os movimentos sociais precisam criar potenciais de mobilização, formando e motivando “redes de recrutamento”, despertando motivações para participar e removendo possíveis barreiras à participação. As “redes de recrutamento” devem aumentar a probabilidade de que as pessoas que são potencialmente “mobilizáveis” se tornem alvos de tentativas de mobilização. Nesse sentido, a excitação de fatores de motivação deve influenciar favoravelmente os indivíduos a participar.

De fato, a coordenação feita pelo STTR desde o início do processo, mobilizando as demandas coletivas e influenciando individualmente as lideranças locais, despertou o interesse de outros indivíduos (que tinham o mesmo objetivo em comum) a participar. A comissão formada pelo sindicato com aqueles que se dispuseram a (re)organizar a associação, desempenhou o papel de recrutamento e conscientização. Assim, a participação dos não-sócios tende a se tornar menos “externa” (apenas na comunidade, participando das reuniões) e mais “interna” (se tornando sócio e entendendo a importância do sindicato para si e para os outros), mesmo que este segundo tipo possa ser apenas para obter benefícios e/ou serviços no futuro.

Todos os trabalhadores não-sócios que estão participando do movimento na Mancha Negra entendem a importância do sindicato para suas vidas hoje. Em suas falas, existe uma tendência a defender o sindicato e ressaltar o seu papel enquanto representante de sua classe, o que despertou neles o interesse em se afiliar futuramente ao STTR, objetivando, principalmente a aposentadoria:

[...] eu não sou sócio, não vou mentir, eu não sou sócio não. Eu ainda paguei uns dias pra minha mulher, paguei uns dias, mas, aí parei e não paguei mais. Pra aposentadoria tem que pagar também né, estamos quase precisando né. Aí tem que pagar (Entrevistado 4, Não-sócio participante do STTR, 2021).

Eu acho que sim! É importante ser sócio do Sindicato. Porque a gente vai precisar, daqui a pouco gente vai precisar (Entrevistado 27, Não-sócio participante do STTR, 2021).

Não, ainda não. [...] A gente tá pensando em se afiliar. Tem muita importância, né? Porque quando é pra gente se aposentar mesmo, a gente vai precisar do sindicato. Então pra mim é importante (Entrevistada 7, Não-sócia participante do STTR, 2021).

É interessante destacar que mesmo não sendo a motivação inicial dos agricultores para participar da ação coletiva, a aposentadoria rural assume este papel na medida em que a terra é conquistada. Dentro da organização sindical, em sua dualidade, existe uma clara variação de motivações, pois a motivação inicial – que insere o indivíduo no movimento – desenvolve outros aspectos à medida em que se desenvolvem a racionalidade e a subjetividade individuais e a identidade coletiva. O resultado desta variação pode ser tanto a manutenção do indivíduo que participa, mas não toma para si os objetivos coletivos, quanto sua construção enquanto indivíduo engajado. Existem, portanto, tipos diferentes de participação, com intensidades diferentes (BORDENAVE, 1994). O engajamento, além de motivos materiais, depende de motivos subjetivos para acontecer, sejam eles: liderança, consciência de classe, identidade coletiva (MELUCCI, 1996), voluntarismo, solidariedade, reciprocidade (SABOURIN, 2012) etc. Diferente do indivíduo que participa apenas para determinado fim, o indivíduo engajado é uma construção, mas não somente isso, ele é ao mesmo tempo a “árvore e o fruto” do movimento que faz parte.

Berger (2009) entende o engajamento social como uma forma não manifesta de participação política, que pode ser individual ou coletiva. O engajamento social individual é caracterizado pelo interesse pessoal em questões políticas e sociais e pela realização de atividades individuais baseadas nesse interesse. Já o engajamento social coletivo se caracteriza por um sentimento de envolvimento ou pertencimento a determinado grupo. O autor acredita que esse tipo de engajamento pode impulsionar atividades voluntárias para a melhoria de uma comunidade local, para ajudar outras pessoas etc.

Reis (2007, p. 10), por outro lado, conceitua engajamento como a “disposição dos agentes para tomar posição sobre ‘temas’ e ‘problemas’ variados a partir de domínios diversos”. Em sua análise sobre “Contestação, Engajamento e Militantismo”, a autora propõe que existe um sentido de intervenção no contexto em que os indivíduos estão inseridos, e isso independe do lugar e da atividade que eles exercem. Ou seja, a intervenção por meio do engajamento, é uma prática de suma importância para uma mobilização coletiva que tenha o objetivo de mudar uma realidade. Por isso, acredito que a evolução e o fortalecimento de um movimento social só acontecem através da mobilização coletiva de indivíduos realmente engajados, que priorizam o *valor* subjetivo da ação, seu significado, e não simplesmente o *fim*, os resultados concretos da ação. Santos (2006) alerta para esta questão, já que a atualidade é marcada pela dominância da ação racional (instrumental) sobre a ação simbólica. É uma razão preocupada com o *fim* e não com o *valor*, que busca de forma sedenta os resultados.

O caso da Mancha Negra ressaltou pontos importantes para a discussão das motivações. Ao longo da discussão destaquei que, conforme foi se dando a luta pela terra, os trabalhadores passaram a ter uma consciência maior da importância de desenvolverem outros aspectos de suas vidas para alcançar o objetivo central. Estimulados por organizações como o STTR e a CPT, estes indivíduos passaram a entender a importância de estarem organizados, e isto, por sua vez, provocou a emergência de novos líderes e com eles um grupo de pessoas que buscou reestruturar a associação local.

De modo geral, o processo como um todo está sendo importante para o STTR, porque através dele foram desenvolvidos “potenciais de mobilização” (KLANDERMANS; OEGEMA; 1987) e novos indivíduos foram estimulados a participar, fortalecendo a organização sindical e, conseqüentemente, o movimento como um todo.

Conforme o que foi discutido no decorrer desta seção, é importante considerar que as motivações ligadas a fatores *materiais* podem levar indivíduos a participar de ações coletivas, mas a terra tem um caráter específico que mexe com a subjetividade e faz com que haja a construção coletiva de aspectos ligados a fatores *imateriais* ao longo do processo. O fortalecimento da subjetividade dos trabalhadores e do entendimento quanto a importância do sindicato na conquista da terra e de outros direitos que vêm com a formação da Comunidade Bom Jesus de Nazaré, é fundamental para todos que estiveram e estão envolvidos neste caso. A mobilização feita pelo STTR é uma forma de atrair novos sócios e de fortalecer a bandeira de luta pela reforma agrária, tão valorizada por esta organização. Para os trabalhadores rurais, é a realização de um sonho que se concretiza e a construção de um sujeito que conhece seus direitos, quem os representa e como devem se organizar daqui em diante.

Visando debater as questões subjetivas e imateriais que motivaram trabalhadores a participar do sindicato e que foram desenvolvidas ao longo de sua própria participação, o tópico a seguir traz uma análise a respeito dos fatores *imateriais* mencionados nas falas dos entrevistados. Neste momento, o objetivo é compreender como uma parcela dos trabalhadores passam do interesse puramente individual e utilitário para uma compreensão mais ampla do MSTTR e da importância do sindicato em suas vidas.

5.4 A REPRESENTATIVIDADE SINDICAL

Ainda que as motivações materiais, ligadas a serviços e benefícios oferecidos pelo sindicato sejam as principais identificadas na pesquisa, outros fatores são igualmente relevantes para a participação dos trabalhadores rurais e especialmente para a construção da identidade do

MSTTR. Motivos menos palpáveis, subjetivos, ligados à sentimentos e valores, também apareceram nas falas dos entrevistados e demonstram a importância da organização e da representação que o STTR tem desempenhado ao longo dos anos.

Apesar de acreditar que a participação é determinada por motivos individuais e utilitaristas, Klandermans (1984) não desconsidera as emoções e os sentimentos como fatores de mobilização. Pelo contrário, ele argumenta que a utilização dessa teoria, unida à perspectiva da psicologia social, permitiria criar um dispositivo sistêmico para analisar a variedade de crenças, expectativas e atitudes relacionadas a participação em movimentos sociais. O autor propõe que os participantes são motivados por três razões fundamentais: “as pessoas podem querer mudar suas circunstâncias, elas podem querer agir como membros de seu grupo, ou elas podem querer dar sentido ao seu mundo e expressar suas opiniões” (KLANDERMANS, 2004, p. 361).

Putnam (2005), acredita que é a partir dos laços de confiança e reciprocidade que os agricultores passam a atuar coletivamente na formação de organizações informais e a cooperar entre si de maneira voluntária. Mostrei, em determinado momento, que isso ocorreu no âmbito do MSTTR, quando os trabalhadores se organizaram de maneira informal através de associações de lavradores e, mais tarde, quando essas organizações se institucionalizaram. McClelland e Burham (1997) esclarecem que essa necessidade de associação está vinculada a sentimentos de afiliação e a relacionamentos de amizade e cooperação, identificados na fala da Entrevistada 11:

[...] hoje nós precisamos viver em grupos. Minha avó pegava um graveto e quebrava. Depois ela pegava vários e dizia: ‘Agora quebra...’. Se tu conseguir juntar, tu não quebra, mas um sozinho se quebra. Então, uma pessoa sozinha ela não vai a lugar nenhum, mas se nós se juntar... entendeu? A união faz a força. Outra coisa é ser uma pessoa sociável. Nós não podemos ser uma pessoa isolada. Quando as pessoas se isolam, elas não crescem isoladamente. Eu não cresço sozinha [...] (Entrevistada 11, Não-sócia participante do STTR, 2021).

Sabourin (2012) observa que, caso o indivíduo possua uma relação de confiança e de amizade com outro indivíduo, a chance de parceria voluntária entre eles pode ser maior, tendo como motivadores, elementos como a reciprocidade e a solidariedade. Conforme o autor, estes fatores são sinônimos e fazem parte da estrutura do rural brasileiro.

Melucci (1988) também destaca a importância das emoções como fatores de motivação para os movimentos sociais. Para ele, a *identidade coletiva* é fundamental para um movimento social. A identidade de um movimento é uma das condições para o sucesso e a durabilidade das ações coletivas. Ela é uma “definição interativa e compartilhada produzida por numerosos

indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1988, p. 342). De acordo com esse autor, a motivação para participar não deve ser relacionada exclusivamente a um indivíduo, pois existe uma forte influência estrutural a partir de incentivos de valores atribuídos através das redes de relações que unem os indivíduos, ou seja, não podemos analisar as motivações de um indivíduo separando-o de seu contexto social e nem o contrário. Concordo em partes com Melucci (1988), pois mantereí o posicionamento de que as motivações são, sobretudo, particulares e individuais e somente ao longo da participação é que podem se tornar coletivas. De forma complementar, Castells (2018, p. 56) afirma que a identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”.

A importância do sindicato enquanto representante da classe dos trabalhadores rurais foi reconhecida por muitos entrevistados. Para eles, a defesa dos direitos essenciais é fundamental e é o sindicato que os representa em questões que envolvem a terra, a aposentadoria rural e quaisquer outras questões jurídicas. Essa realidade foi vista tanto nas falas de dirigentes quanto de sócios, o que mostra que existe um conhecimento da função do sindicato enquanto organização e um reconhecimento do que foi conquistado até então no âmbito do MSTTR em Tomé-Açu.

O sindicato ele defende e já defendeu muito a lei. [...]Aí a justa razão do camarada brigar pelo sindicato (Entrevistado 12, Sócio do STTR, 2021).

E é bom que exista o sindicato, porque através do sindicato tem uma representação de cada categoria de trabalhadores, e isso é muito bom pra nós. [...] o sindicato é muito útil pra gente da classe trabalhadora, pelo fato de que é como eu tô dizendo, sempre nós tem que ter um representante em cima daquela categoria. [...] Vamos recorrer ao sindicato, que é a certeza da gente ter uma garantia, pelo fato de que representa a nossa categoria, né!? E eu acho muito importante por isso. [...] E eu defendo meu sindicato, mesmo pobrezinho, mas ele defende os trabalhadores, é um representante da classe trabalhadora da agricultura (Entrevistado 20, Sócio do STTR, 2021).

Pra mim, eu creio que todas as categorias têm uma importância. Cada categoria tem que ter a sua representação. Então, pra mim, o STTR representa a nossa categoria como trabalhadores rurais, os nossos direitos. Não é só aposentadoria, é lutar pelos direitos de documentação de terra, organizar o povo em cooperativas [...] tudo isso motiva a gente a tá no movimento (Entrevistado 24, Secretário de Políticas Sociais e Terceira Idade do STTR, 2021).

Quando perguntados a respeito do MSTTR, a maioria dos trabalhadores relacionou o aspecto *organização* com o aspecto *movimento*, ressaltando sua dupla natureza (BLUMER,

1995). A Figura 1 traz a representação de uma nuvem de palavras⁷ elaborada a partir da pergunta “Para você, o que é Movimento Sindical?” feita para sócios e não-sócios. As palavras *sindicato*, *direito*, *agricultor*, *organização* e *movimento* aparecem em maior destaque e tiveram maior ênfase nas falas dos trabalhadores. Existe um consenso da maioria de que o sindicato é a *organização que defende os direitos dos trabalhadores*. As percepções, além de destacar a natureza dupla do MSTTR, trazem mais uma vez à tona a importância do sindicato.

Figura 1 - Percepções de sócios e não-sócios a respeito do MSTTR.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A participação no movimento faz despertar as subjetividades das quais estou tratando neste tópico. Motivados individualmente por diferentes tipos de fatores, os trabalhadores atribuem, com o passar do tempo, aspectos *imateriais* à sua participação. Estes, por sua vez, indicam o pensamento a respeito do que foi (ou do que poderá ser) conquistado através das ações coletivas. Desde o começo de sua existência, o STTR buscou lutar pelos interesses dos trabalhadores rurais e tem sido a “arma” para a defesa dos direitos desta categoria. A participação dos trabalhadores como protagonistas ao longo deste processo, permitiu a construção, por parte dos envolvidos, de uma consciência do que foi conquistado no passado e do que pode ser conquistado hoje através da representação do sindicato. O entendimento dos trabalhadores a respeito do MSTTR e a consciência construída no decorrer da participação foram demonstrados nas falas a seguir:

Movimento Sindical é um movimento que vem pra organizar o povo, os agricultores. [...] através do sindicato é que a gente conquista, mas pra isso tem que ter organização (Entrevistado 3, Sócio do STTR, 2021).

⁷ A nuvem de palavras foi elaborada através de análise textual no *software* Iramuteq.

Movimento Sindical é uma organização de um povo pela necessidade que eles têm de ser organizados. Na minha visão, é uma organização (Entrevistada 11, Não-sócia participante do STTR, 2021).

Movimento Sindical é o povo unido em trabalho, que se coloca os trabalhos em mutirões e em organização como agricultura (Entrevistado 18, Sócio do STTR, 2021).

Ainda que as definições dos trabalhadores estejam baseadas em suas crenças, a maioria tem a *organização* como pré-requisito para conquistar seus objetivos. Outros destacam o papel do *movimento* enquanto representante da classe trabalhadora rural:

Movimento Sindical é fazer as coisas pelo direito. Lutar pelos pobres, lutar pela agricultura, lutar pela saúde e representar o que for preciso pelo povo (Entrevistado 12, Sócio do STTR, 2021).

Movimento Sindical é uma união para reivindicar melhorias para os produtores sindicalizados. O sindicato é uma arma pra nós (Entrevistado 14, Sócio do STTR, 2021).

Movimento Sindical é uma mobilização organizando a base. [...] O sindicato ele é esse influenciador. [...] Ir mobilizando o pessoal pra saberem dos seus direitos e pra que serve o sindicato. É o que eu digo, é uma arma. [...] O sindicato também é isso, é uma arma em defesa dos nossos direitos (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

Grzybowski (1990) afirma que o movimento, enquanto espaço de socialização política, transmite aos trabalhadores o aprendizado prático de como se organizar, participar, negociar e lutar, bem como possibilita obter a consciência sobre seus interesses, direitos e reivindicações. As conquistas do STTR ao longo de sua história demonstram sua importância enquanto organização dos trabalhadores rurais. É o STTR que exerce o papel de representante dos direitos desta categoria e os trabalhadores têm plena consciência disso, pois recorrem ao sindicato quando querem informações, orientações ou representação para qualquer tipo de demanda. Em suas falas, demonstraram que o sindicato tem um papel de espaço de debate, troca de conhecimentos e experiências, como na fala de Zé Albino:

[...] com a luta do sindicato, eu fui conhecendo o trabalho que o sindicato faz, a importância que a entidade tem na vida das pessoas. [...] Então a importância do sindicato foram as experiências que eu fui tendo dentro do sindicato, conhecendo o que é melhor pra gente, onde que se deve pisar, com que a gente deve buscar apoio, quem são os nossos representantes (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

Esta realidade foi observada também nas falas de lideranças do SINTRAF, que é um sindicato caracteristicamente mais preocupado com questões ligadas à agricultura:

A partir do momento que eu comecei a conhecer os meus direitos, aí me deu vontade de lutar e o sindicato sempre me representou (Laerci, Ex-presidente e Atual tesoureiro do SINTRAF, 2021).

[...] muitos não têm conhecimento de muitas coisas. Então, a partir do momento que se chega a um sindicato, a uma associação, já se passa a ter o conhecimento das leis, do que é preciso, o que mudou, o que antes funcionava e hoje já não funciona, o que [...] é preciso fazer pra se organizar pro futuro [...] se não houvesse os sindicatos e as associações, as pessoas iam continuar leigas lá no meio do sítio, lá no mato, sem ter informações do futuro, do que está acontecendo, da modernidade. Geralmente as instituições sindicais elas buscam conhecimento do que está acontecendo pra passar para os agricultores (Entrevistado 30, Ex-secretário de finanças e Sócio do SINTRAF, 2021).

Considerando que ninguém está disposto a lutar por uma causa com a qual não se identifica e que um movimento não existe sem bandeiras de luta, a identidade coletiva surge como um fator essencial para as ações coletivas (MELUCCI, 1996). A identidade pode ser formada por um senso de justiça do grupo, ou seja, por aspectos racionais, ou por aspectos emocionais com base nos sentimentos de pertencimento ou até mesmo de solidariedade a um determinado grupo. Na medida em que desenvolvem o conhecimento sobre seus direitos a partir do trabalho de conscientização do sindicato, os trabalhadores passam a construir uma identificação maior com o movimento em sua totalidade. Aqueles que ultrapassam as barreiras à participação e levam seus objetivos individuais para o contexto da luta social, são os responsáveis por moldar a identidade coletiva do movimento, desempenhar a força de que necessita uma causa para ser alcançada.

Apesar de considerar a dificuldade de estudar o campo das emoções, devo atribuir a elas a sua devida importância na compreensão da luta social. Para tanto, é necessário que se entenda que as emoções surgem a partir de um contexto externo, seja ele positivo ou negativo, são uma resposta a algo ou alguém. Sendo assim, estão diretamente ligadas aos motivos para participar de ações coletivas, a exemplo dos protestos ou mesmo dos movimentos de grande magnitude (JASPER, 1998), pois são construídas ao longo do processo de participação. É por isso que os fatores subjetivos são de extrema relevância para explicar a participação dos indivíduos em movimentos sociais como o MSTTR. Entretanto, algumas formas de análise não dão conta da complexidade das motivações dos indivíduos e acabam deixando de lado aspectos importantes. Isso acontece, por exemplo, quando as teorias buscam identificar as motivações de movimentos inteiros e não as motivações das pessoas que os compõem. As formas *estruturalistas* de analisar o comportamento dos indivíduos perdem a maior parte da realidade do movimento social, principalmente ao se tratar dos protestos (JASPER, 1998; FILLIEULE, 2001).

Fillieule (2001) explica que nem as teorias do comportamento coletivo (que se apegam às pré-determinações da ação), nem a escola da mobilização de recursos (impedida pela ideia da racionalidade do ator) e nenhuma abordagem estruturalista conseguiu construir um modelo convincente sobre o engajamento individual e sua evolução no curso da ação coletiva.

“Do ponto de vista dos setores progressistas, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade” (BORDENAVE, 1994, p. 12). Este autor indica que a participação pode ser caracterizada por suas necessidades, sejam elas econômicas ou políticas. Para ele, a participação popular e a descentralização são os melhores caminhos para enfrentar os problemas complexos da mobilização coletiva. Os trabalhadores rurais, ao longo da história do MSTTR, organizaram diferentes tipos de ações coletivas para conquistar melhores condições de vida e trabalho no campo. Lutaram pela construção de estradas, pela legalização de suas terras, por políticas públicas, tudo isso movidos, primeiramente, pela necessidade de reivindicação - que fez emergir os sentimentos de solidariedade e colaboração - e através de uma organização que os representava.

[...] é uma organização que a gente vê que, na época, tinha que ser na pressão. Inclusive até essa PA que nós tem aí, que na época era só buraco, a gente foi trancar essa Santa Izabel aí... fechamento de estrada. Foi esse movimento, os agricultores puxavam porque viam a necessidade. Essa estrada era atoleiro, tinha momento que não passava carro no inverno. [...] antes era tudo na pressão aí, reivindicava mesmo, fechava a BR, virava o bicho aí (Entrevistado 9, Sócio do STTR, 2021).

[...] nós fizemos muita reivindicação aí pela estrada, essa PA, em Belém, Tomé-Açu. No governo do Almir Gabriel, fomos daqui um bocado de gente, tinha 12 ônibus da região Guajarina. Fechamos a PA lá em frente Santa Izabel, fechamos mesmo! E aí fomos conseguindo essas conquistas. Pessoas daqui nos ajudaram com as despesas e a gente conseguia através de uma reivindicação pacífica, né!? E essas foram as conquistas que a gente foi conseguindo através da organização do sindicato (Entrevistado 20, Sócio do STTR, 2021).

Grito da Terra, Romaria da Terra [...] Mobilização aqui desse asfalto daqui que nós fizemos... viemos umas três vezes pra cá, fomos para as pontes... Marcha das Margaridas eu já participei de duas. Mobilização da Fetagri, Contag, tudo a gente tava junto (Entrevistado 18, Sócio do STTR, 2021).

O quadro que se desenha em torno das motivações é interessante. Indiquei, anteriormente, que as motivações *materiais* são responsáveis pela maioria das afiliações no sindicato. Até mesmo em épocas passadas, é este tipo de motivação que move os indivíduos no sentido de participar da organização. Parece-me sistêmico que tudo se inicie com um objetivo individual (OLSON, 2015) e o que vem depois é fruto da própria participação. Entretanto,

quando atribuímos a participação a um campo subjetivo, como o das emoções, a ação dos indivíduos ao escolherem participar ou não se torna imprevisível, dada a dificuldade de compreender e analisar este tipo de fator. É através da participação que o indivíduo pode ou não desenvolver sentimentos, valores ou emoções. A estrada, por exemplo, é um bem coletivo, que todos precisam e utilizam, e, por isso, demandou uma ação coletiva para reivindicar sua construção. Mas é preciso levar em consideração a motivação primeira, que é individual, pois é ela que determina a escolha de participar ou não da ação coletiva.

Do meu ponto de vista, em relação ao que foi observado em campo e a partir dos relatos dos trabalhadores, mesmo que tenha apresentado resultados positivos para a maioria dos participantes, as consequências da ação foram diferentes de acordo com cada pessoa. Uma parcela dos participantes desenvolveu um senso de adesão em ações coletivas futuras, passaram a acreditar no potencial do grupo e se engajaram, tornando-se potenciais lideranças, dirigentes, delegados sindicais etc. (como no caso de Dona Paula, no tópico anterior). Por outro lado, uma outra parte dos participantes, se contentou com os resultados da ação e, não necessariamente, se manteve no movimento, fazendo da participação algo momentâneo.

Recentemente, a literatura do sindicalismo tem dado indícios de um enfraquecimento dos sindicatos urbanos e rurais no Brasil (CARDOSO, 2014; 2015; GALVÃO, 2014). Evidenciei que existe um desequilíbrio entre os motivos que levam os trabalhadores a participarem do MSTTR em Tomé-Açu. As motivações são principalmente ligadas à benefícios e serviços, essencialmente individuais, e, na maioria das vezes, resultam na afiliação. Não necessariamente os sócios participarão de ações coletivas, pois, estas dependem, principalmente, de valores simbólicos e imateriais, caracteristicamente menos frequentes. Diante dessa realidade, o próximo capítulo abordará a atualidade do MSTTR e os desafios que se apresentam aos trabalhadores e trabalhadoras rurais no país.

6 “ELES TÃO VENDENDO, MAS TÃO FINGINDO QUE NÃO VÊ”: OS DESAFIOS E FRAGILIDADES DO MSTTR

Muitos movimentos sociais ao longo da história partiram de um carácter disperso e espontâneo, baseados em elementos como a solidariedade e do desejo de reconstrução da realidade (TILLY, 1978). Estanque (2009) explica que à medida em que estes movimentos se expandem, ganham forças, afirmam suas lideranças, instituem suas bases e ideologias, tendem a se constituírem como componentes formais (BLUMER, 1995).

As organizações existem para representar e promover os interesses daqueles que delas participam. “Dos sindicatos se espera que lutem por salários mais altos e melhores condições de trabalho para seus afiliados; das organizações rurais espera-se que lutem por uma legislação favorável a seus membros” (OLSON, 2015, p. 18). A lógica da ação coletiva propõe que as organizações são responsáveis por promover os interesses *comuns*, que não podem ser conquistados individualmente (OLSON, 2015).

Estanque (2009, p. 61) afirma que “a ação coletiva, para ter lugar e ganhar impacto social e político, comporta [...] uma exigência identitária, que passa pela construção de representações simbólicas”. Esta identidade foi construída no âmbito do STTR ao longo dos anos, mas, atualmente, a organização dá pistas de fragilidade e de uma possível crise. Acredito que para a construção da identidade coletiva (MELUCCI, 1988; 1996; CASTELLS, 2018) é necessário que existam indivíduos engajados em prol de um objetivo comum, que acreditem que o movimento social pode melhorar suas vidas e representar seus interesses.

No entanto, a partir dos anos 2000, a literatura tem apontado indícios de uma possível crise do movimento sindical. Os entrevistados desta pesquisa atribuem a este problema causas que refletem aspectos do que foi identificado pela literatura dos movimentos sociais também no âmbito nacional. As percepções dos trabalhadores rurais e dirigentes do STTR, do SINTRAF e do SINDTER a respeito do atual momento estão relacionadas a causas diferentes, mas que podem ser analisadas a partir de uma visão da *crise estrutural* (relacionada às mudanças no cenário político e sua influência nos movimentos sociais rurais) e da *crise sindical* (ligada aos problemas específicos do sindicato).

6.1 UM MOVIMENTO EM CRISE?

Desde a incidência do “novo sindicalismo” no Brasil, em oposição ao regime militar e ao assistencialismo em que estavam mergulhados os sindicatos, a estrutura de representação dos trabalhadores rurais passou por diferentes momentos de conquistas e reestruturações. A partir dos governos Lula e Dilma, um novo debate emerge na literatura do sindicalismo, que aponta para um momento de fragilidade, denominado por alguns autores como *crise do sindicalismo* (ESTANQUE, 2009; CARDOSO, 2015; GALVÃO, 2014; 2015; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014), que não está, necessariamente, ligado somente aos governos do PT, mas se devem também a outros fatores.

Conforme abordei anteriormente, nos meados da década de 1980, outros sujeitos sociais surgem no cenário político nacional e colocam em xeque a estrutura sindical e de representação

prioritária dos trabalhadores rurais então vigente (MEDEIROS, 2014). Este cenário provocou a crise do sindicalismo contaguiano e a criação do PT, em 1980, da CUT, em 1983, e do DNTR, em 1988. Dali em diante, a CUT assumiu o protagonismo da organização sindical com a proposta de exercer uma política livre da influência do Estado, com maior expressão social e mobilização das pautas coletivas dos diferentes sujeitos do meio rural (FAVARETO, 2006; PICOLOTTO, 2009).

Ainda neste período, o PT se afirmou como a referência comum mais visível de um campo de forças sociais e políticas. “A redemocratização alterou as formas de interação entre Estado e movimentos sociais, ao mesmo tempo em que crescia a capacidade de pressão dos trabalhadores organizados sob diferentes formas” (MEDEIROS, 2020, p. 497). O PT demarcou posições em situações decisivas, buscou imprimir uma perspectiva democrática e popular à sociedade, entre 1987 e 1988, e lançou a candidatura de Lula, para as eleições presidenciais de 1989. Entretanto, com a vitória de Fernando Collor, ocorreu um aprofundamento do processo de reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, produzindo um quadro geral de desemprego e precarização do trabalho, que teve consequências graves para o movimento sindical urbano (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014).

Refletir sobre o MSTTR nos anos recentes implica considerar elementos contraditórios, para situar negociações políticas e temas que vêm sendo objeto permanente de tensão e conflito, bem como considerar não só a relação dos sindicatos com o governo, mas também as disputas que marcam a trajetória recente do sindicalismo rural brasileiro por representação dos diversos segmentos que trabalham no meio rural (MEDEIROS, 2014). A relação entre Estado e movimentos sociais “passou por altos e baixos no processo de redemocratização e atingiu seu momento de maior intensidade no governo Lula” (MEDEIROS, 2020, p. 498). Lula e o PT colocaram, finalmente, os trabalhadores no governo. Neste momento, se iniciou uma forte expectativa das entidades representativas dos trabalhadores rurais, em especial no que se refere à realização da reforma agrária e ao apoio à agricultura familiar. Conforme descrevemos no Capítulo 1, foi nesta época de conflitos entre as entidades sindicais que o SINTRAF foi criado em Tomé-Açu, com foco na agricultura familiar instituída pelo Estado.

No começo, em 2006, a gente teve (conflito). O sindicato tradicional não queria aceitar nossa presença no Brasil. A gente tinha uma luta toda, desde aqui até lá em Brasília. A Fetagri e a Contag lutaram muito pra nós não ser reconhecido. Inclusive, em 2005, quando estávamos criando o SINTRAF, teve um congresso lá em Goiás, onde o presidente Lula foi participar, e ele deu apoio e levou pro ministro do trabalho nos reconhecer da classe sindical. Ele disse ‘olha, a agricultura familiar existe, eles existem, e quem sou eu pra não reconhecer’ e a Fetagri do outro lado dizendo que não podia reconhecer (Laerci, Ex-presidente e atual tesoureiro do SINTRAF, 2021).

Ainda que a principal base social e os principais quadros de dirigentes tenham sido formados a partir da ação dos agricultores familiares (FAVARETO, 2006), a criação do SINDTER, em 2015, também foi conflituosa e trouxe prejuízos para o STTR.

Hoje existe o sindicato dos assalariados rurais. Inclusive foi uma queda muito grande pra nós, porque o nosso sindicato era o único, que atendia assalariado e agricultura familiar. Hoje nós só atende a agricultura familiar, o assalariado tem o sindicato próprio dele, que muitas das vezes não discute, não orienta, mas, infelizmente é ele que representa. Só o nome, mas na verdade quem luta é nós. A gente tá acompanhando, tá orientando (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Com o passar dos anos, houve uma maior aceitação por parte do STTR dos novos sindicatos. Porém, a convivência entre os dirigentes ainda não é boa, não existe relação ou parcerias entre STTR e os outros sindicatos. O que dificulta a relação é o passado recente de conflitos, quando grupos insatisfeitos com a política sindical do STTR, resolveram criar o SINTRAF e o SINDTER - que, aparentemente, dialogam melhor entre si. Isso tem trazido dificuldades para o MSTTR em Tomé-Açu e é, sem dúvidas um dos motivos do enfraquecimento das ações coletivas no município.

Olha, a gente hoje vive um momento muito difícil. Como eu sou da CUT, a gente consegue socializar, conversar. Mas não tem uma união. Os sindicatos hoje não têm união, a gente não tem organização. É isso que eu sempre prego pra eles, que nós precisamos se fortalecer. Como eu sou da CUT, eu tenho que passar acima de sindicato e buscar esse companheirismo. O próprio sindicato de assalariados, depois que foi fundado, teve uma pessoa que não entendia o que era sindicato e ficou muito difícil pra gente trabalhar com eles (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Como eu te falei, aquele outro sindicato (STR) continua a pessoa que disputou eleição com a gente. A gente não tem entrosamento com eles, mas nós temos uma proximidade muito boa com o SINTRAF, a gente conversa muito bem, assim como o sindicato patronal. Mas, com o STR a gente não tem afinidade, por conta da pessoa, que hoje é presidente, querer dizer quem é o sindicato. Eu entendo que o sindicato não sou eu, sindicato é um conjunto, um povo que é associado e as diretorias eu acho que tem que dialogar (Elielson, Atual presidente do SINDTER, 2021).

Segundo Galvão (2014) com a ascensão do PT, o sindicalismo brasileiro passou a ocupar um lugar importante no debate político e acadêmico no sentido de analisar a capacidade de influência sindical nas tomadas de decisão, suas formas de luta e os resultados obtidos através delas. A autora explica que a chegada de um partido oriundo do movimento sindical ao poder provocou impactos significativos sobre as práticas sindicais e as interpretações sobre o impacto político-ideológico são diversas. Alguns autores defendem a participação dos sindicatos na política como uma conquista e afirmam que isto não compromete sua autonomia (CARDOSO,

2015). Outros, acreditam na perda de protagonismo político (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2014) e cooptação do movimento sindical pelo governo (ANTUNES, 2011).

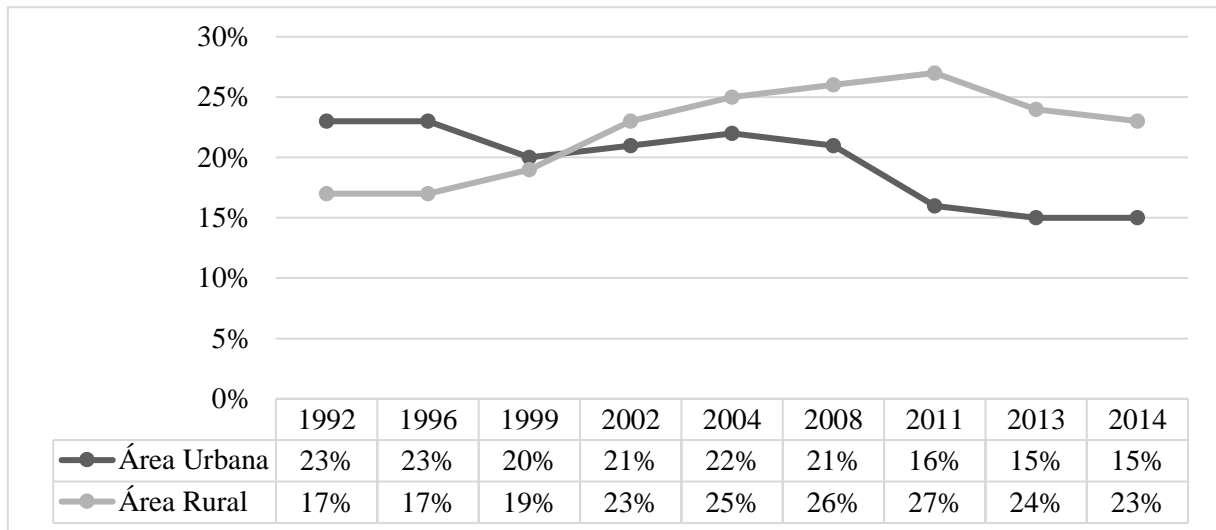
Cardoso (2015, p. 502), cita três explicações da literatura dos movimentos sociais para a crise do sindicalismo:

A ideia de crise do sindicalismo encapsula, na verdade, um espírito do tempo. i) O movimento sindical brasileiro teria perdido a capacidade de nuclear projetos políticos mais amplos, de capturar o novo, de mediar os anseios emergentes da população trabalhadora. ii) Teria, ainda, exaurido as energias utópicas que animaram revoluções ou processos de reforma ou “humanização” do capitalismo, tornando-se apenas pragmático, ou instrumental. iii) Mais ainda, não são poucos os analistas que atribuem a “crise” (que não está tão visível nos números, mas é percebida por todos) à cooptação das lideranças mais importantes do movimento pelos governos sucessivos do Partido dos Trabalhadores.

Cardoso (2015) concordou em partes com as afirmações acima, pois segundo ele a CUT não foi cooptada pelo PT. Ela chegou ao poder federal com o PT em 2003, sua ascensão derivou do sucesso de seu projeto político construído ao longo da história e as lideranças foram colocadas por Lula em postos estratégicos da gestão do Estado. Em contraponto, Antunes (2008) afirma que Lula adotou uma estratégia de cooptação da CUT, que, por sua vez, passou a ser mais parceira do governo do que dos trabalhadores. Para o autor, a central se tornou “cupulista, verticalizada, dependente do estado, oscilando entre a socialdemocracia e o neoliberalismo” (ANTUNES, 2008, s/n).

Araújo e Oliveira (2014) afirmam que, para o movimento sindical, o desafio era acreditar nesse projeto de governo como uma oportunidade histórica, e, nesse sentido, emergiram duas diferentes perspectivas: consolidar-se como sujeito político autônomo ou identificar-se como parte do governo. Segundo os autores, a primeira opção poderia minar as bases de apoio ao governo, enquanto a segunda colocava em risco a representatividade e autenticidade da classe trabalhadora e de suas pautas coletivas.

Para alguns autores, a crise do sindicalismo também pode ser analisada através da *taxa de sindicalização*, que, por sua vez, tem diminuído entre os trabalhadores urbanos e aumentado entre os rurais. Campos (2016) afirma que a afiliação é importante quando entendida como um indicador de “proximidade” entre os potenciais sócios e o sindicato. O simples fato de se afiliar no sindicato, pode influenciar (mas não muito) a organização e a mobilização de ações coletivas (CARDOSO, 2014). Diferente do que aconteceu na área urbana, a taxa de sindicalização rural aumentou consideravelmente de 1992 a 2011 (quando atingiu sua maior taxa 27%), com um indício de queda a partir de 2013, conforme indica o Gráfico 11.

Gráfico 11 - Taxa de sindicalização em áreas urbanas e rurais do Brasil, entre 1992 e 2014.

Fonte: IBGE. Anos relacionados. Elaborado pelo autor.

Do mesmo modo, em sua análise sobre as dimensões da crise do sindicalismo brasileiro, Cardoso (2015) mostrou que a existência de uma grande quantidade de sindicatos, não é sinônimo de intensidade e eficácia para o movimento sindical. De acordo com o autor, o IBGE identificou mais de 7 mil sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos em 2001. Já em 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) registrou a existência de 10.813 sindicatos de trabalhadores.

Esses números poderiam sugerir pujança do movimento sindical brasileiro, já que mais sindicatos significariam, em tese, inclusão de mais trabalhadores às bases representadas, maior cobertura da negociação coletiva, maior penetração no território nacional etc. Mas não parece ser esse o caso. O ritmo intenso de criação de sindicatos depois de 1988 parece ter significado, de fato, maior fragmentação da representação sindical e, ao que tudo indica, perda de capacidade de atração de adeptos (CARDOSO, 2015, p. 494).

A taxa de sindicalização e o número de sindicatos rurais de fato aumentaram no decorrer dos anos no Brasil. Contudo, as entrevistas demonstraram o enfraquecimento das mobilizações coletivas de forma geral no STTR de Tomé-Açu. A densidade sindical não pode ser medida exclusivamente pela capacidade de atrair novos afiliados, “mas sim pelo poder de iniciar ações coletivas, [...] isso porque a afiliação sindical não denota necessariamente disposição para a ação coletiva, que é, em última análise, a forma efetiva de exercício de poder por parte dos sindicatos” (CARDOSO, 2003, p. 209). Uma das questões mais importantes está na (in)capacidade de mobilização de ações coletivas, que com o passar do tempo foram ficando cada vez mais escassas e difíceis de acontecer.

Ainda em relação às mudanças de caráter estrutural, elas ocorreram principalmente na política sindical da CUT. Afiliado a esta central, o STTR foi impactado direta e indiretamente por este processo de mudanças. Tumolo (2013) afirma que houve três fases na trajetória do sindicalismo cutista: a primeira, de 1983 até 1988, que se caracterizou por uma ação sindical combativa e de confronto; a segunda foi, aproximadamente, de 1988 a 1991, classificada como uma fase de transição; e, por último, a mais recente que se caracteriza por um sindicalismo propositivo e negociador. De acordo com o autor, foi uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, para uma ação sindical pautada por uma estratégia propositiva, que, ao longo do tempo, foi perdendo seu caráter classista. Bridi (2005), através da análise das ações dos trabalhadores, identificou que existe uma *crise de mobilização* no “novo sindicalismo” brasileiro. Para a autora, as lutas coletivas desenvolvidas pelo sindicato são a essência do movimento sindical, mas isso não significa que elas não passem por obstáculos. Algo semelhante acontece no STTR, pois os trabalhadores indicaram que houve transformações e que as ações coletivas não são mais como antigamente.

[...] eu não vou dizer que melhorou ou piorou. [...] As coisas realmente mudaram. Naquele tempo, a gente fazia mobilização, levava dois ônibus cheio de gente pra Belém pra mobilizar, pra reivindicar... O ITERPA, naquele tempo, a gente levava ônibus cheio de gente pra ir no ITERPA... 50 pessoas, 30 pessoas, pra buscar documento, apresentar documento, ver o que tava acontecendo com o documento da terra. Hoje a gente não vê, parou... o pessoal parou (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

[...] fica até difícil porque bagunçou o sindicato. Eu já não vejo mais aquele sindicato que ia pra luta. Agora só vejo cada um por si, parece que lá virou foi um negócio de gerar emprego pra eles. [...] Eles não defendem mais nada, aquietaram todo mundo. Eles não estão defendendo mais nada, não tem mais mobilização (Entrevistado 9, Sócio do STTR, 2021).

É porque não tem mais aquele movimento que tinha. Acabou! Não tem sócio, não tem nada. É pouca gente... É só na mão da presidente e dos dela, só uns quatro ‘gatos pingados (Entrevistado 13, Sócio do STTR, 2021).

No capítulo 2, mostrei que a representatividade desempenhada pelo sindicato é a motivação *imaterial* mais importante para os trabalhadores rurais do STTR. Cardoso (2015) acredita que os sindicatos deveriam tentar atrair adeptos se utilizando de outras bases que não seja o cálculo racional. Segundo o autor, a história do sindicalismo oferece como alternativa mais comum a construção de solidariedade e identidade, mas a dificuldade parece em “construir uma prática sindical com apelo à solidariedade e à participação, que leve os trabalhadores a se

sentirem representados por suas entidades de classe ao ponto de se cotizarem para sustentá-las” (CARDOSO, 2015, p. 503).

O enfraquecimento da mobilização social para ações coletivas, para alguns autores acontece por conta da burocratização das organizações sindicais (ESTANQUE, 2009; VIANA, 2015; GALVÃO, 2015). As organizações burocráticas se caracterizam por possuir dirigentes que se legitimam através de normas e se estruturam através de meios formais de admissão, hierarquia e concentração do poder (VIANA, 2015). A partir do momento em que se torna uma organização formal, o MSTTR passa a lidar com novos desafios, como, por exemplo, o de equilibrar o crescimento da organização com a participação de seus membros. Nesta perspectiva, Galvão (2015, p. 1) discorre sobre a *lei de ferro da oligarquia*, de Robert Michels (2001):

Essa lei sustenta a constituição de uma direção autonomizada em relação à base como algo inevitável, uma vez que o crescimento da organização leva à diferenciação de funções e a necessidade de especialização técnica limita o poder de decisão à direção, que vai se afastando das massas e, assim, escapando ao seu controle. O afastamento entre representantes e representados, por sua vez, favorece o conservadorismo da liderança, preocupada em se perpetuar no poder. A burocratização se contrapõe, assim, à democracia sindical [...] e à dupla função assumida pelo sindicato, isto é, como organizador da classe trabalhadora em prol de demandas imediatas e como promotor da emancipação social (MICHELS, 2001 apud GALVÃO, 2015, p. 1).

Em complemento, Silva (2015, p. 57) explica que “numa organização sindical burocrática, o poder de decisão dos trabalhadores é cerceado por regras ditadas pelo Estado ou moldadas segundo os interesses da burocracia sindical”. Segundo o autor, alguns traços são comuns neste tipo de organização, tais como: a abdicação dos interesses dos trabalhadores como estratégia de luta e a aceitação do Estado como mediador dos conflitos; o afastamento dos trabalhadores da gestão coletiva do sindicato e a profissionalização dos dirigentes; o desprezo da espontaneidade política dos trabalhadores; a constituição de um corpo de funcionários que submete a entidade aos seus interesses; a concentração das informações em poder dos dirigentes e dos funcionários da entidade (hoje cada vez mais difícil) etc.

Para Ricci (2001), a interferência do Estado nos movimentos sociais teria gerado uma desmobilização das organizações e demandas coletivas, fragmentando-as em ações de grupos de interesses específicos. Em sua análise, o autor explica que a estrutura sindical herdada da esquerda e que se vinculou aos governos do PT, distanciou-se do cotidiano e das lutas sociais do campo, ressignificando os objetivos tradicionais do movimento sindical. De acordo com Galvão (2014, p. 109), a ampla maioria das centrais sindicais apoia os governos petistas e, “sob

liderança da CUT, [...] essas centrais privilegiam a intervenção junto às instituições governamentais em detrimento da mobilização da base” (GALVÃO, 2014, p. 109).

A dificuldade sentida pelos sindicatos é um dos reflexos das recentes crises políticas do Brasil, que demonstram, nos últimos anos, uma intensificação dos desafios para a classe trabalhadora. Escher e Schneider (2019) afirmam que há uma crescente instabilidade que gerou crises econômicas e políticas, as quais temos vivenciado. Para os autores, esse é um problema que perdura desde 2014, com o governo Dilma Rousseff, e piorou muito com Michel Temer, devido à implementação de suas reformas neoliberais e de congelamento de gastos.

Com a burocratização e a participação ativa do Estado enquanto “*locus* da gestão pública”, a política de benefícios sociais traz à tona a seguridade social e um conjunto de serviços públicos que passam a constituir uma propriedade coletiva impessoal (RICCI, 2001; 2005). Acredito que a perspectiva atrelada às organizações burocráticas e negociais perpassa o sindicalismo assistencialista da década de 1970 e chega aos dias de hoje, inclusive no caso do STTR. Demonstrei que os benefícios e serviços, como aposentadoria rural, salário-maternidade, auxílio-doença etc., são prioridades para os trabalhadores e a importância atribuída a estes fatores tem feito com que as ações coletivas fiquem em segundo plano. O próprio Estado, a partir da década de 1990 e nos anos seguintes, durante os governos de Lula e Dilma, protagonizou a inserção de políticas públicas para a agricultura familiar (e o reconhecimento político desta categoria), muitas delas em torno do Pronaf e suas diferentes modalidades (MEDEIROS, 2014).

Esse reconhecimento relaciona-se com um contexto muito particular de grandes mobilizações no campo e à busca, pelo governo Fernando Henrique Cardoso, de apoio de um importante grupo social, num momento em que cresciam as ocupações e acampamentos trazendo com força o tema da reforma agrária à pauta política. Marchas para Brasília, como a dos Sem-Terra em 1997, os Gritos da Terra a partir de 1995, as Marchas das Margaridas, [...] foram algumas das expressões mais acabadas dessas lutas, explicitando nos espaços públicos a diversidade de situações dos trabalhadores do campo e de suas reivindicações (MEDEIROS, 2020, p. 500).

No governo Lula houve uma priorização de temas como a fome e a segurança alimentar, o que levou a criação de programas como o Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), numa política de valorização da agricultura familiar (MEDEIROS, 2014). Para Sabourin (2006), as políticas públicas provocaram mudanças nos ambientes institucionais, incidindo nas práticas organizativas dos trabalhadores. A demanda pelo acesso a estes programas estimulou a criação de organizações formais, como as associações rurais, por exemplo, bem como a vinculação dos trabalhadores

em organizações coletivas como forma de atender os requisitos dos programas (MANESCHY; MAIA; CONCEIÇÃO, 2008; NEVES, 2011). Conforme Medeiros (2014, p. 277) o governo Lula ficou marcado por duas frentes distintas de sua relação com o movimento sindical:

[...] uma fortemente marcada por uma perspectiva negocial, que é o campo da agricultura familiar, outra marcada pela tensão e dificuldade de estabelecer negociação que é a frente do acesso à terra, seja por meio de desapropriação e compra, seja por meio de demarcação de terras para populações tradicionais.

No governo Dilma, em um contexto recente e mais complexo, do ponto de vista econômico e político, “a interlocução perdeu força e o movimento sindical se dividiu mais nas estratégias de ações conjuntas, que se expressaram na divisão das lideranças sindicais no processo eleitoral de 2014 e no debate sobre a regulamentação da terceirização” (KREIN; DIAS, 2017, p. 12). Cilla e Silva (2015) analisaram o discurso da CUT a respeito dos governos FHC, Lula e Dilma. Segundo os autores, o governo Dilma deu continuidade às políticas sociais e ao projeto democrático do governo anterior, com valorização do salário-mínimo e concessões de benefícios da Previdência Social.

Com o *golpe*, em 2016, e o início do governo Temer, Medeiros (2020) aponta uma série de acontecimentos que resultaram no desmonte das políticas públicas até então conquistadas pelos movimentos sociais. A autora relata que logo no início de seu governo, uma das primeiras medidas tomadas por Temer foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). No âmbito da reforma agrária, por exemplo, “as medidas fragilizaram as relações entre organizações de movimentos, assentados e demandantes da terra” (MEDEIROS, 2020, p. 505). O PAA, que era um importante fator de motivação para os agricultores familiares, pois estimulava o acesso a mercados e garantia fonte de renda aos trabalhadores rurais, foi desestruturado, assim como os programas de assistência técnica e de fomento para a agricultura familiar. Tudo isso se deu em meio ao debate sobre a reforma da previdência que se iniciava e que trazia insegurança para os trabalhadores rurais, especialmente quanto aos seus direitos e regras de aposentadoria (MEDEIROS, 2020). Zé Albino falou sobre essa alteração estrutural na política e dos prejuízos para os trabalhadores rurais:

Mudança... mudança estrutural, principalmente agora, com esse governo que nós estamos tendo, por exemplo, que tirou muitos direitos do sindicato. Naquele tempo a gente tinha apoio do MDA, que era específico pra mexer com agricultura. Hoje não é mais, passaram uma secretaria pra dentro do ministério que lá não funciona mais... eles mexem com agricultura, mas não é a nossa agricultura familiar. O que a gente vê

é que, em termos de política, de Governo Federal, tiraram a agricultura familiar, não existe (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

Segundo Galvão e Marcelino (2018), a crise econômica e política que perdura desde 2015 no país, vem deteriorando as condições de trabalho e de vida das classes populares. Em sua análise sobre a política neoliberalista, os autores afirmam que, antes do golpe no governo Dilma, as pautas coletivas das manifestações da esquerda tinham o objetivo de combater o corte de gastos públicos promovidos por Temer e, principalmente, a reforma da previdência.

A discussão trazida neste tópico elucida pontos importantes do debate sobre a crise do movimento sindical no Brasil. O arrefecimento da luta social é perceptível tanto para os sindicatos urbanos quanto rurais, realidade que não se reflete nas taxas de sindicalização, mas, sim, na capacidade de promover ações coletivas. Os governos do PT trouxeram uma participação mais ativa do Estado em sua relação com os sindicatos, especialmente aqueles ligados à CUT. Para Cardoso (2015), o projeto político do PT e da CUT entrou em crise, mas é preciso considerar que a crise dos sindicatos não é apenas estrutural, mas se deve também as escolhas e estratégias de suas principais lideranças e da desmobilização das bases.

Quando o Lula assumiu, muita coisa melhorou, aliviou pros trabalhadores. Por exemplo, os trabalhadores, tudo legalizados, não tinha dificuldade de pegar financiamento no banco. Não precisava tá mobilizando nada, não existia aquela briga, enfrentamento, como hoje é preciso fazer e não tá sendo feito. Então, muita coisa foi aliviando e com isso o cara foi dizendo assim ‘Eu não preciso mais, eu quero uma coisa vou lá e busco, porque tá lá.’ Então, isso foi esfriando, porque não precisa muito estar lá no sindicato... Não precisou mais de muita mobilização pras coisas. Só que agora tá precisando, porque tudo que os trabalhadores conquistaram foi tirado, 85% foi tirado. Agora precisa mobilizar mesmo, precisa de uma mobilização muito grande (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

Acredito que a participação direta de muitas lideranças do movimento sindical no governo Lula, de certo modo, contribuiu para a perda de autonomia dos sindicatos e, ao mesmo tempo, enfraqueceu o movimento quando retirou as “cabeças pensantes” da mobilização e da luta social. Além do mais, “parte da dificuldade de os sindicatos reconstruírem a solidariedade necessária à atração de adeptos em bases mais duradoras decorre, também, da perda de confiança nas instituições brasileiras em geral e nos sindicatos em particular” (CARDOSO, 2015, p. 506).

Sob uma perspectiva de análise *local*, mais específica dos problemas da organização, Estanque (2009) acredita que o processo de fragilização dos sindicatos deve-se a responsabilidades próprias, dentre eles: a democracia interna, a resistência à renovação de lideranças e as dificuldades de relação com as bases. Com as transformações ocorridas no

MSTTR em escala nacional, emergem desafios que se manifestam diretamente no STTR. Nessa perspectiva, os trabalhadores e trabalhadoras entrevistados relataram problemas relacionados à falta de organização das delegacias sindicais, à desmobilização das ações coletivas, a problemas com a contribuição sindical e à manutenção do poder, durante um longo período, nas mãos de um mesmo grupo de lideranças.

A dupla crise econômica e política, instalada desde 2015 no país, vem deteriorando as condições de trabalho e de vida das classes populares (GALVÃO; MARCELINO, 2018). Em 2016, as manifestações contra a retirada de direitos se somaram às manifestações contra o golpe. As atenções dos movimentos de esquerda se voltaram ao corte de gastos públicos promovido pelo governo Temer e suas propostas de reformas trabalhista e previdenciária. Por outro lado, a reforma trabalhista não recebeu a mesma atenção por parte dos movimentos sociais e foi aprovada em 2017, desconstruindo uma série de direitos dos trabalhadores e atingindo suas estruturas de representação (GALVÃO; MARCELINO, 2018; GALVÃO *et al.*, 2019) como discutiremos a seguir.

6.2 AS REFORMAS E SEUS IMPACTOS PARA O MSTTR

A reforma trabalhista trouxe uma série de flexibilizações e desmontes que refletem diretamente sobre as organizações sindicais e as ações coletivas (KREIN, 2018). Esta reforma aprofunda o processo de deterioração do mercado de trabalho e fragiliza as instituições públicas do trabalho, com ênfase na Justiça do Trabalho e nas entidades sindicais (GALVÃO, 2019, p. 203). Krein (2018, p. 87) faz uma distinção das alterações quanto aos direitos e o enfraquecimento das instituições públicas:

(1) formas de contratação e facilidades para despedir; (2) jornada de trabalho; (3) remuneração da jornada; (4) condições de trabalho, especialmente as que afetam a saúde e segurança no trabalho. [...] (1) alterações na regulamentação da representação dos interesses coletivos dos trabalhadores e da negociação coletiva; (2) limitações de acesso à Justiça do Trabalho; (3) engessamento de sistema de fiscalização de fraude.

As organizações de assalariados rurais, como o SINDTER, por exemplo, estão sofrendo mais fortemente os impactos da reforma trabalhista. O sindicato possui uma *ficha de afiliação* que autoriza o desconto da contribuição sindical diretamente da folha de pagamento, de modo que é de escolha dos trabalhadores autorizar ou não. É a “contribuição assistencial” ou facultativa, homologada pela reforma, que está vinculada à negociação de acordos coletivos e

tem prejudicado o financiamento sindical, pois inviabiliza a cobrança a ser feita pelos sindicatos quando exige autorização prévia do trabalhador para a realização do desconto (KREIN, 2018). A aprovação da contribuição sindical facultativa, prejudica não só o sindicato de assalariados, mas também o STTR, que tem na contribuição uma das principais fontes de renda.

Para o atual presidente do SINDTER, a reforma trabalhista fragilizou o MSTTR. Muitos trabalhadores estão deixando de assinar a ficha de afiliação e, cada vez mais, as empresas se utilizam dessa fragilidade para retirar direitos anteriormente conquistados.

[...] o movimento sindical hoje se encontra muito fragilizado e a gente vê que as dificuldades aumentaram. Hoje, uma das dificuldades depois da reforma trabalhista é a negociação de acordos coletivos. Naquele tempo a gente tinha um ganho real muito bom com acordo coletivo. Depois da reforma, qualquer coisa, qualquer ponto que a gente coloca em pauta na negociação, a empresa pega e apresenta a reforma. O trabalhador não tem direito mais a horas retidas, não tem direito a 1 hora de almoço e descanso, só 30 minutos, a empresa pode botar o trabalhador pra trabalhar 12 horas por dia. Então, a empresa quer levar na barriga e implantar a reforma trabalhista (Elielson, Atual presidente do SINDTER, 2021).

Dois pontos analisados por Krein (2018), são particularmente importantes e foram citados pelo presidente do SINDTER: a jornada de trabalho e as alterações na regulamentação da representação dos interesses coletivos dos trabalhadores e da negociação coletiva. A reforma não foi favorável à negociação coletiva, pois “o número de acordos se reduziu em 22,7% e 25,3%, respectivamente, entre os dez primeiros meses de 2018 e igual período em 2017” (GALVÃO *et al.*, 2019, p. 263). Para os autores, esta queda no número de acordos é resultado da fragilização dos sindicatos, bem como da resistência deles em formar acordos prejudiciais aos trabalhadores. Pode-se dizer que a reforma descentraliza a negociação e transfere para a empresa ou para os trabalhadores, o que antes era papel dos sindicatos (GALVÃO, 2019). As dificuldades atuais são expressas na fala do presidente do sindicato dos assalariados de Tomé-Açu:

Hoje, o que o trabalhador mais exige são melhorias. Melhorias de salários, porque hoje o salário é R\$1.100,00. A gente tem um ganho em cima, mas também nós sabemos que o trabalhador tem uma produçãozinha. Então, o trabalhador sempre quer melhoria de produção, melhoria de jornada de trabalho. Nós tínhamos, em algumas empresas, uma jornada que era 4x4, o trabalhador trabalhava 4 dias, das 6h30min às 18h. Ele trabalhava 4 dias e folgava 4, era uma jornada muito boa e não tinha reclamação. [...] Então, as melhorias que os trabalhadores querem é produção, jornada, salários, transporte, alimentação. A gente tem reclamações demais (Elielson, Atual presidente do SINDTER, 2021).

Em síntese, a reforma provoca a fragmentação dos sindicatos, impõe cada vez mais benefícios aos patrões no processo de negociação de acordos, esvazia o papel dos sindicatos em

aspectos importantes e admite a negociação individual, o que impõe um imenso desafio ao sindicato de assalariados (KREIN, 2018). A presidente do STTR também disse estar acompanhando as mudanças ocasionadas pela reforma trabalhista:

O nosso sindicato é eclético, realmente nós estamos acompanhando. [...] A gente tá acompanhando, tá orientando. Essa questão é muito dolorida, porque a reforma pra nós ela só trouxe prejuízo. Benefícios veio para o patrão, o assalariado tá só com o prejuízo. Tiraram muitos encargos, muitos direitos, trouxe prejuízo pro trabalhador (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Medeiros (2020) fez um balanço dos desmontes promovidos no governo Bolsonaro e os impactos para os movimentos sociais rurais. Para a autora houve uma paralisação completa da política de reforma agrária que vinha, mesmo com problemas, progredindo desde o segundo governo Lula. Além disso, a reforma da previdência retirou direitos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, aumentando a idade para a aposentadoria e diminuindo a quantidade de benefícios do INSS para o campo. Dona Paula descreve a atual situação de enfraquecimento da luta e a dificuldade de conscientizar o trabalhador em torno da organização e da importância de contribuir:

[...] hoje tá muito mais difícil da gente conseguir, porque devido a gente ter um presidente que prega 24 horas contra a gente, contra as organizações, a gente tá com um problema muito sério pra trabalhar a contribuição sindical, o associativismo, o cooperativismo. Nós temos muita dificuldade hoje, porque nós temos 24 horas a mídia batendo, que não precisa mais disso, que não precisa mais daquilo, entendeu? Não é fácil a gente convencer o trabalhador a continuar pagando seu sindicato, se organizando... é todo um mecanismo, é todo um jogo de cintura pra gente tentar fazer isso. Com isso, cresce o enfraquecimento do movimento social (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Com a aprovação da reforma, os sindicatos perdem autonomia sob a aposentadoria rural e a contribuição sindical deixa de ser obrigatória (KREIN, 2018). De acordo com Santos e Silva Filho (2019) a decisão do Estado se justifica na visão “tributária” da contribuição sindical, ou seja, o governo defende que ninguém é obrigado a pagar aos sindicatos se não achar que deve. Dessa forma, cabe aos próprios trabalhadores avaliarem as vantagens e desvantagens da contribuição, o que pode significar a extinção de muitos sindicatos e a fragilização do MSTTR como um todo, como foi discutido no Capítulo 2 e conforme descrevem os entrevistados abaixo:

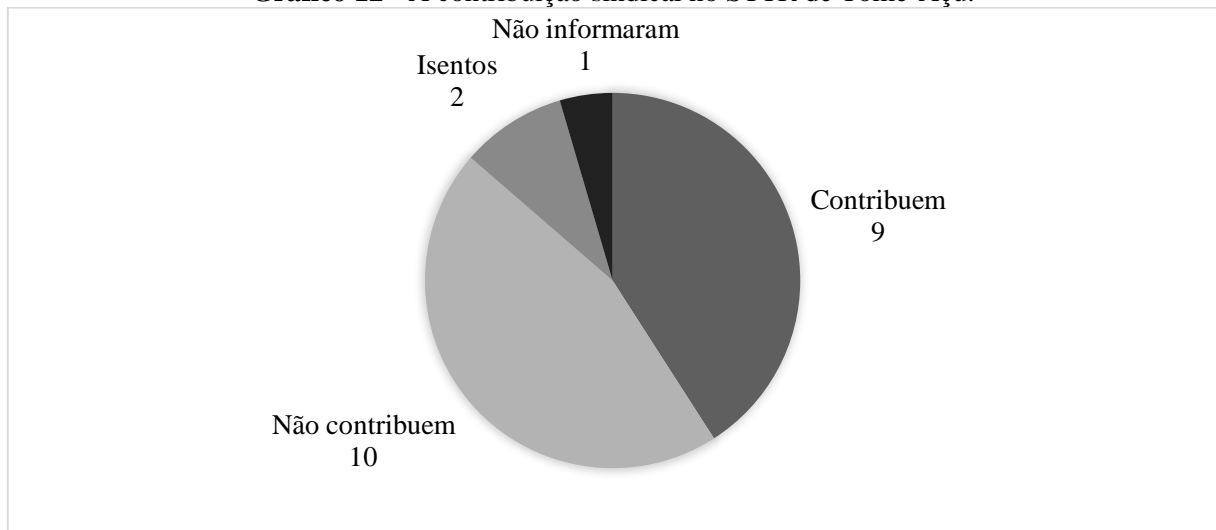
O sindicato não pode mais assinar a aposentadoria, que foi o primeiro passo que o Bolsonaro deu agora. Tira a aposentadoria do sindicato... não assina mais, porque ela é a fortaleza do sindicato. Se o sindicato perde a força dos sócios, ele não é sindicato, ele se acaba... ele fica "sindicasca", não é mais sindicato. É o que tá acontecendo nesse governo. Só que teve muita coisa que foi pedida e não conseguiram fazer, porque tem

lei... a Constituição de 88. Só que diminuiu, fraquejou (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

[...] Com a entrada desse presidente aí, parou tudo. Os técnicos não tão correndo atrás porque eu acho que não tá tendo recurso. Parou tudo! Não tem mais os projetos. No tempo do Lula, da Dilma, tudo tinha, esses projetos aí. Mas ainda assim, ainda tem gente que puxa o saco dele (Entrevistado 3, Sócio do STTR, 2021).

O Gráfico 12 indica que, do grupo de 22 sócios entrevistados, 9 pagam a contribuição sindical, 10 não contribuem, 2 são isentos e 1 não informou. A contribuição sindical opcional é mais um desafio para o STTR, já que uma grande quantidade de trabalhadores prefere não pagar ou paga por determinado período e depois para, por diferentes motivos. Além disso, dos 9 trabalhadores que pagam a contribuição sindical, 7 são aposentados.

Gráfico 12 - A contribuição sindical no STTR de Tomé-Açu.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa, 2021.

Um dos motivos vai de encontro ao problema do *free rider* proposto por Olson (2015). Existe uma dificuldade de excluir os que não pagam a contribuição e os não-sócios dos benefícios, serviços e conquistas do sindicato. O sindicato representa a categoria dos trabalhadores rurais, sejam eles sócios ou não, e, neste caso, não há possibilidade de excluí-los, como relataram os entrevistados:

Eu parei porque as vezes a pessoa depende de um benefício do sindicato, aí vai lá e quita por uma certa medida que não compete o que você tá fazendo. Então, realmente, se eu tenho que pagar direto, pra mim os outros tem que contribuir pra ter benefício ali. Aí eu fui e parei, por isso (Entrevistado 18, Sócio do STTR, 2021).

[...] tem muitas pessoas que ainda apedreja, fala mal... E muitas pessoas quando falam assim eu corto. Eu digo assim: Tu paga sindicato? Não? Então pra quê tu fala mal se

tu não é um sócio? Aí, é assim, muitas pessoas não gostam porque eu acho que eles não pagam e eu não sei qual é a questão deles (Entrevistado 16, Não-sócio participante do STTR, 2021).

Pouco antes da reforma trabalhista, quando o ex-presidente Temer já ameaçava iniciar as alterações nas diretrizes da aposentadoria rural, o STTR resolveu fazer um acordo com seus sócios durante uma assembleia. O acordo é destinado principalmente àqueles que não pagavam a contribuição sindical ou que estavam inadimplentes e queriam se aposentar, como uma forma de amenizar os impactos da contribuição facultativa nas finanças do sindicato:

Nós fizemos uma assembleia, temos um documento em ata. Foi feito um acordo, uma regra, de uma taxa de R\$300⁸ quem tiver mais de dois anos de atraso, foi assim que foi feito (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Dona Paula afirma que o acordo foi elaborado com anuência da maioria presente na assembleia, mas como mostram as falas da Entrevistada 23, houve certa insatisfação quanto a isso, tendo em vista que muitos trabalhadores contribuem há bastante tempo e acharam injusto que outros possam usufruir do sindicato apenas para se aposentar e, além disso, pagando um valor muito inferior:

Até uma coisa que eu achei que não foi certo foi eles jogarem uma proposta pra quem não pagava o sindicato, pagasse R\$300. Eu acho que isso fez o pessoal cair... 'ah, a gente paga os R\$300, quando for no dia seguinte, a gente vai lá paga os R\$300 e se aposenta'. Mas acho que isso foi uma coisa errada (Entrevistada 23, Sócia do STTR, 2021).

Do ponto de vista dos sócios, o acordo de quitação promovido pela diretoria do STTR é um “tiro no pé”. Primeiro, porque ele não vai salvar o sindicato da crise; e, segundo, porque é injusto com os trabalhadores e trabalhadoras que pagaram a contribuição durante toda a vida para se aposentar, com aqueles que ainda pagam regularmente e com os que participaram e participam das ações coletivas. É a adesão voluntária que fortalece o sindicato e não o dinheiro. Um sindicato forte depende, sobretudo, de uma identidade coletiva, de um grupo que entenda os anseios de sua categoria e que esteja mobilizado para promovê-los.

O acordo fortalece e incentiva a atuação dos *caronas*, que podem usufruir dos benefícios conquistados sem ter desempenhado nenhum tipo de esforço para isso. Mesmo que a contribuição não seja obrigatória, existem trabalhadores que pagam e acreditam que os outros também deveriam, mas, como se trata de uma grande organização, com um número

⁸ Tendo em vista que a contribuição sindical do STTR equivale a R\$22,00 mensais, o montante exigido pelo sindicato no acordo de quitação corresponde a mais ou menos 1 ano de pagamento da taxa.

significativo de sócios e não-sócios que participam, o trabalhador que não paga, não percebe, individualmente, o impacto negativo disso e, por isso, não vê a necessidade ou obrigação de pagar (OLSON, 2015). Não contribui porque sabe (ou acha que sabe) que outros contribuirão, e, no fim, todos acabam prejudicados. Como a motivação é individual, o trabalhador pode avaliar a contribuição como algo positivo ou não. Se ele avaliar que a contribuição de alguma forma lhe trará benefícios, poderá, voluntariamente mantê-la. No entanto, aqueles que pagam a contribuição no STTR atualmente, compõem dois grupos específicos: aposentados que continuam contribuindo, que são a grande maioria, ou pessoas mais identificadas com o movimento (que entendem melhor o papel do sindicato para a categoria), considerando que existem trabalhadores que estão simultaneamente nos dois grupos.

A utilização de acordos que priorizam a atuação dos *caronas* desvaloriza a história e as conquistas adquiridas a sangue e suor dos trabalhadores e faz com que o sindicato caminhe para se transformar em um simples escritório, esvaziado de seu caráter político. Talvez a saída seja organizar os trabalhadores no sentido de provocar mudanças no quadro político atual e rejeitar as mudanças promovidas pela reforma trabalhista através de mobilizações, como muitas vezes fizeram em tempos passados. Para que isso aconteça é necessário que os objetivos comuns sejam colocados em primeiro lugar, que haja um fortalecimento das ações coletivas e um reordenamento da política sindical do STTR, como veremos no próximo tópico.

6.3 A CRISE DO MSTTR EM TOMÉ-AÇU: O STTR EM QUESTÃO

Em seus estudos sobre o movimento sindical no Sudeste paraense, Hébette (2002, p. 153) propôs que “o nível local é, na verdade, o nível de sustentação da organização sindical, a base de sua representatividade e de sua legitimidade. Sem esta base, forte e organizada, o STR é apenas uma estrutura burocrática”. Na visão do autor, a eficácia da política sindical somente é possível com a presença ativa da organização nas localidades, pois é neste nível que ocorre o encontro entre a comunidade e o movimento sindical.

Para chegar às comunidades os STR's geralmente atuam através das *delegacias sindicais*, que são “unidades básicas de organização” (HÉBETTE, 2002). Os delegados sindicais são, geralmente, lideranças que se destacam em suas comunidades e possuem (ou deveriam) participação ativa no sindicato. A própria história do STTR é um bom exemplo de uma organização que esteve sempre nas mãos de lideranças que se formaram a partir do local, das comunidades, como nos casos de Benezinho, Zé Albino e Dona Paula. Todos foram

protagonistas em suas respectivas localidades, mobilizaram outras pessoas em prol de objetivos comuns e foram reconhecidos posteriormente, se tornando dirigentes sindicais.

Schmitz, Mota e Sousa (2017, p. 206) afirmam que:

Pela sua estrutura, a organização facilita o desenvolvimento de ações coletivas, mas coloca também para os seus líderes o desafio de coordenar o comportamento de um determinado número de atores, cuja cooperação é indispensável, mas, por eles terem certo grau de autonomia, podem seguir interesses que não são necessariamente convergentes.

Tendo em vista que os benefícios e serviços individuais são os mais visados pelos trabalhadores e que estes tem sido um espectro do utilitarismo dos sindicatos, cabe às lideranças buscar mecanismos diferentes para atrair a participação de seus membros. A adesão de um trabalhador ao sindicato depende primeiramente de seu interesse pessoal (OLSON, 2015), mas não somente dele. A capacidade inventiva e de mobilização das lideranças é fundamental neste processo, especialmente quando o sindicato busca fortalecer suas bases. “A qualidade de presença do STR na base, por sua vez, se mede, em boa parte, pela qualidade de suas lideranças, isto é, essencialmente, de seu delegado” (HÉBETTE, 2002). Este autor explica que cada delegacia funciona de uma forma diferente, porque a mobilização feita pelo delegado pode ser influenciada por fatores igualmente distintos, como o parentesco. Além disso, em minha vivência de campo, identifiquei que a confiança (ou credibilidade) também é um fator importante.

Atualmente, o STTR possui 21 delegacias sindicais, mas aproximadamente 6 estão ativas. Os delegados são lideranças que mobilizam a base e representam o sindicato nas comunidades, organizando ou fazendo convites para reuniões, recolhendo as contribuições sindicais, repassando avisos etc. Os relatos dos trabalhadores e trabalhadoras indicam que as delegacias não estão funcionando mais como antigamente e alguns acreditam que o problema está na atual gestão do sindicato:

Fui delegado sindical há um tempo, mas agora tá tudo diferente. Eu cobrava as mensalidades. Quando precisava reunir, reunia com os sócios, né!? Quando vinha a direção do sindicato de Tomé-Açu, precisava sentar, avisar o povo, arrumar um local. Era mais ou menos assim (Entrevistado 3, Sócio do STTR, 2021).

A gente chega lá, fala pra eles que vai atrás da taxa [Contribuição sindical]. Não tem como dizer quase nada, porque a gente chega aqui e não vê quase nada também. [...] os agricultores eles não acreditam quase na pessoa, né!? Eu acredito que era pra ter mais movimento aqui, mas apoio, mais atenção aqui dentro do sindicato. [...] Se a pessoa não tem oportunidade de arrumar as coisas, podia entregar pra outra pessoa pra ver se trazia as coisas pra cá, né!? E trabalhava... É isso que o sindicato precisa. É por isso que o pessoal fica desacreditado (Entrevistada 23, Sócia do STTR, 2021).

Rapaz, eu acho tipo que o sindicato, a direção, ela tem que chegar e colocar seus novos delegados, em cada comunidade, chamar os delegados, fazer reunião e dizer como é pra eles trabalharem, pra ver se resgata esses sócios que estão dormindo, no caso eu, né!? [...] Por isso que eu digo que tá faltando a diretoria do sindicato organizar com os delegados, pra fazer as reunião, porque se fizer as reunião os pessoal vão. Tem que ter uma pessoa mais presente aqui. Que a diretoria venha aqui, faça uma reunião, no meio da reunião aqui escolha uma pessoa pra ser o delegado regional, pra formar tipo uma diretoria regional, pra tirar um tesoureiro, pra receber aqui, pra sair nas casas como tinha um tempo aqui (Entrevistado 17, Sócio do STTR, 2021).

As falas dos trabalhadores, ilustram o atual momento das bases representadas pelo STTR. Existe uma perceptível falta de confiança na atual gestão, que permanece no poder há pelo menos três décadas e um conseqüente enfraquecimento da organização que parece não conseguir se estruturar e atuar como antes no município. Para a presidente do STTR, de fato existe um enfraquecimento das delegacias, principalmente devido à dificuldade de formar novas lideranças, já que as antigas envelheceram, abandonaram o movimento e/ou morreram.

Hoje nós tem 21 delegacias e nem 15 funcionando. E não é porque não queira, é porque as comunidades praticamente estão todas fracas. Muita gente veio embora, muitas lideranças se mudaram. Outras também morreram. Muitas lideranças antigas, que tinham o pique, que tinham coragem... Hoje é uma mudança muito grande da agricultura familiar. Antigamente, pra tu conseguir uma aposentadoria tinha que ser pelo sindicato. Pra tu conseguir um projeto, tinha que ser pelo sindicato. As coisas avançaram muito! Melhorou, as coisas melhoraram. A tecnologia trouxe isso. Hoje tu chega no computador e faz tudo. Antigamente tu não tinha essa facilidade, tinha que ter alguém pra ajudar. Então, essa tecnologia foi boa por um lado, mas na organização do movimento sindical ela prejudicou (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Dona Paula, atual presidente do STTR, tem mais de 30 anos de sindicato, atuando em quatro mandatos como secretária de finanças e três como presidente. Ela explica que muitas outras lideranças foram formadas e hoje atuam como delegadas e delegados sindicais nas comunidades. Mesmo acreditando que substitutos não faltarão quando ela resolver sair da diretoria, ela explica que outros fatores não permitem que ela deixe o sindicato neste momento:

Hoje eu tenho várias lideranças organizadas. Nós temos 21 pessoas que são lideranças. Dentro da sede, nós tem quatro pessoas que estão preparadas pra ser presidente. [...] A gente vem trabalhando isso há tempos. [...] Por que eu fico tanto tempo? Se eu tenho tantas pessoas porque eu não saio? Porque eu sou ameaçada de morte e eles acham que eu dentro do sindicato é muito mais forte do que eu fora. Entendeu? E eu também acho isso, porque eu me sinto muito fraca se eu sair nesse momento do sindicato. Agora, por exemplo, nós ganhamos uma das maiores áreas do município de Tomé-Açu, a Mancha Negra. É meu momento de perigo, porque nós ganhamos a área. Foi nessa área que eu fui ameaçada de morte. Isso que me faz querer ficar no sindicato. Não é porque eu quero, não é porque eu acho que eu sou a melhor, não tem nada a ver com isso. É porque eu acho que dentro do sindicato eu me sinto protegida. O grupo tá sempre ali no arredor da gente e, eu saindo, o grupo fica mais disperso. É isso que faz com que, em toda eleição, eles queiram que eu fique. Muita gente não entende, acha

que é porque a gente quer ficar mandando, mas não é isso. Inclusive, nesse mandato agora, eu já falei pra eles que não quero mais ficar, eu acho que eu não devo mais ficar (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

De acordo com Galvão (2011), a análise da relação entre direção e base é importante, pois é através dela que se torna possível observar como acontece a participação e se os processos de tomada de decisão são pautados em princípios democráticos. Para a autora, é necessário avaliar as tendências à burocratização e o grau de apego das lideranças ao poder nos sindicatos. Cardoso (2015) denomina de “oligarquização da representação sindical” a manutenção do poder nas mãos de um mesmo grupo de lideranças. Esta visão deriva da *lei de ferro da oligarquia* proposta por Michels (2001) e já mencionada no tópico anterior, que consiste no debate sobre a burocratização das organizações e sua influência na política sindical.

Tomizaki e Rombaldi (2009), em sua análise sobre *militância no movimento sindical*, propuseram que a construção da legitimidade de um líder – que faz com que seja reconhecido como o representante de um grupo – se sustenta nos atributos pessoais de sua trajetória social e em suas práticas e discursos. Sobre este mesmo debate, Costa, Assis e Guerra (2017) discutem a *Formação Sindical* como ferramenta essencial para a criação de novas lideranças e de reformulação de práticas sindicais antigas e ultrapassadas, através de uma abordagem sobre a atuação da Escola Nacional de Formação da Contag (Enfoc).

Criada em 2006, a Enfoc se consolidou como “espaço de reflexão crítica da prática sindical” (ENFOC, 2021, s/n). Por meio do ensino da prática sindical, a escola busca o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, fazendo com que contribuam de forma mais significativa para a organização e fortalecimento do movimento sindical. Costa, Assis e Guerra (2017, p. 164) afirmam que

A Enfoc, partindo da autocrítica das práticas realizadas no movimento sindical, trabalha no sentido de propor alternativas aos comportamentos considerados nocivos ao desenvolvimento político da organização. No Pará, se destacou pelas inovações metodológicas ao propor as Jornadas Pedagógicas que enriqueceram o processo formativo, foram capazes de articular o debate teórico e a realidade prática.

O trabalho dos autores mencionados acima, retrata muito bem a realidade do MSTTR no Pará, e traz um debate relevante sobre questões, como a dos dirigentes sindicais e as dificuldades que o movimento enfrenta para formar novos líderes. “Dirigentes precisam saber problematizar refletir sobre uma dada situação, trabalhar com a racionalidade pela defesa do projeto da categoria, colocar em pauta os problemas visíveis que se tem e debater sobre eles” (COSTA; ASSIS; GUERRA, 2017). A manutenção do poder nas mãos de um mesmo dirigente é retratada pelos autores como um dos principais problemas atuais da crise do movimento

sindical e a escola surge como um mecanismo de fortalecimento das bases e de transformação de práticas internas que prejudicam o movimento.

A Enfoc não foi a primeira a tratar da formação sindical. Como mostra a história do MSTTR no Pará, a Igreja Católica já fazia este tipo de trabalho durante as décadas de 1960 e 1970, através do MEB, e, posteriormente, das CEBs (GUERRA; MARIN, 1990; COSTA, ASSIS; GUERRA, 2017), mas com foco em cursos e para incentivar a criação de sindicatos, não propriamente para formar líderes. Neste mesmo período, no Nordeste paraense, a Fase também foi uma organização importante na formação de organizações de trabalhadores rurais, através de capacitações (HÉBETTE; MOREIRA, 1997).

Em entrevista realizada com Dona Paula, em 2019, tive uma noção de como o sindicato está lidando com a formação sindical:

Hoje em dia tá muito difícil de fazer formação sindical, porque as pessoas não se interessam. Às vezes, alguns grupos pequenos se organizam e outros grupos grandes tentam atrapalhar, dizem que não vai dar certo. A gente consegue mobilizar os agricultores para fechamentos de pontes, estradas e para ocupação da prefeitura, mas formação sindical tá difícil e a CUT tá tendo muita dificuldade de nos ajudar (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

Em campo, observei que existe um consenso por parte de ex-lideranças e de um grupo de sócios de que o sindicato precisa de novos líderes que não sejam aliados da atual gestão. Conforme vimos anteriormente, os líderes que buscaram fazer oposição à Dona Paula no STTR acabaram saindo e criando outros sindicatos, e, depois, aqueles que não concordavam ou não se adaptavam às ideias do sindicato tradicional, acabaram se afiliando ao SINTRAF e ao SINDTER. Zé Albino, ex-presidente do STTR, falou sobre a dificuldade que o movimento está tendo para formar novas lideranças e que isso tem enfraquecido o movimento.

E outra, lideranças mesmo... porque tudo tem que ter uma liderança, uma cabeça que tem pensamento, que saiba pensar o movimento, mobilizar, sabe inventar coisa. [...] Eu falo pro meu pessoal que tudo quanto é categoria tem que ter o seu sindicato. Agora, mudou muito, tá fraca a participação do sindicato na mobilização dos trabalhadores. Não é mais aquela mobilização que tinha antigamente. [...] Ninguém se mobiliza, nem pra um lado, nem pra outro. Aí acaba passando o tempo e nada se faz. Isso que tá acontecendo agora, os sindicatos estão assim... a maior parte do povo tá 'dormindo'. [...] eu olho e enxergo essa falta de mobilização. Naquele tempo, até a própria Igreja mobilizava... [...] É a realidade. A realidade é uma coisa que não se pode passar por cima dela, tem que levar na altura que ela tem que ser (Zé Albino, Ex-presidente do STTR, 2021).

No SINTRAF, Laerci afirmou que consegue mobilizar parte dos trabalhadores e acredita que o papel do sindicato é informá-los de seus direitos, pois somente assim verão a necessidade de participar.

O que incentiva eles, o que estimula eles a lutar é eles conhecer os direitos. A pessoa só vem pra luta se ele conhecer os direitos que tem. Ele não conhecendo, ele não se importa de lutar. Então, a partir do momento que a gente vai conscientizando, quando a gente vai fazendo capacitação, conscientizando eles dos direitos, eles vão começando a vir pra luta. A gente não consegue trazer todos os agricultores, é claro, porque é muito difícil mexer com o povo. Mas, boa parte a gente consegue. [...] Tem que levar eles a entender e ter consciência de classe. E aí, conhecendo os direitos, eles vêm pra luta (Laerci, Ex-presidente e atual tesoureiro do SINTRAF, 2021).

A formação sindical está diretamente relacionada à construção da identidade coletiva, discutida no capítulo anterior. Ambas são construções e têm como protagonistas as lideranças, que devem incitar a participação os trabalhadores e fazer despertar neles a consciência de classe, a solidariedade e os valores necessários para que tomem para si a bandeira de luta da organização. Obviamente, nem todos irão - e nem precisam - se tornar militantes ou líderes, porque não é só de lideranças que se faz um movimento, mas sim de um grupo sólido, com objetivos alinhados e boa relação entre base e diretoria. A falta de informação e de confiança nos dirigentes, faz com que os trabalhadores desacreditem do sindicato, e isso prejudica a mobilização coletiva.

Do mesmo modo que a participação é determinada por interesses individuais, cada trabalhador percebe os problemas do sindicato sob uma perspectiva própria. Um trabalhador que participa de forma mais ativa, com maior frequência, tem, logicamente, mais noção dos acontecimentos internos do sindicato e está, teoricamente, mais próximo das lideranças. Notei que este tipo de trabalhador tende a adotar duas posturas diferentes: ou ele será um crítico assíduo dos problemas (o que pode levar ao abandono ou troca de sindicato) ou será aliado da diretoria.

A troca de sindicato tem sido bastante comum em Tomé-Açu desde a criação do SINTRAF. Este sindicato concorre diretamente com o STTR e se utiliza de estratégias diferentes para atrair novos membros. Isso acontece, na maioria das vezes, por discordância em relação à política sindical da organização e geralmente é exercida por trabalhadores que priorizam interesses individuais. Existem trabalhadores que não se adaptam ou simplesmente acreditam que o outro sindicato vai lhe ser mais útil. Isto é algo que ocorre nos dois sindicatos da agricultura familiar, como mostram as falas a seguir:

Esse tipo de problema sempre houve e sempre vai haver. Eu acho que é assim, aquele ditado popular: o camarada quando ele tá doente, ele procura o médico. Quando ele acha que já tá bom ele não vai mais, não faz o retorno. Eu creio que assim são os agricultores em questão social, no momento que ele tá passando por uma grande dificuldade, ele entra num grupo social, numa associação, num sindicato. A partir do

momento que ele foi ajudado, ele esquece e aí não volta mais (Entrevistado 30, Ex-secretário de finanças e sócio do SINTRAF, 2021).

As pessoas mudam, porque, por exemplo, a gente se adapta de acordo com o que convive. É adaptação. [...] No sindicato, cada sindicato tem uma forma do presidente administrar, de trabalhar (Entrevistada 11, Não-sócia participante do STTR, 2021).

Mudaram pro SINTRAF. Porque é que nem a Bíblia, por falta de conhecimento. Eles não queriam ajudar aqui, mudaram pro outro e se tornou pior que esse. [...] o cabra chega lá tá mais fácil, eles pula pra lá. Quando eles vê a situação e o acompanhamento fica difícil, aí eles ficam loucos (Entrevistado 18, Sócio do STTR, 2021).

[...] eles ficam, assim, tentando se aproveitar da situação. Eles vem pro SINTRAF, aí eles começam a pagar o SINTRAF. Depois deixa atrasar a contribuição, deixa acumular, aí eles correm pro STTR. Não é por outra coisa, é porque eles não querem pagar o SINTRAF. Aí começam a entrar tudo de novo pra ser beneficiado naquele momento, depois acontece a mesma coisa e eles voltam pra cá (Laerci, Ex-presidente e atual tesoureiro do SINTRAF, 2021).

Cada sindicato possui uma política diferente e atrai novos membros através de incentivos igualmente distintos. Assim como os sindicatos possuem características próprias, os sócios, apesar de pertencerem à mesma categoria, tem visões particulares a respeito das questões do movimento. Existem, no entanto, algumas semelhanças de opiniões que se sobressaíram em relação às ações coletivas. Laerci, demonstra dar alguma atenção à questão das mobilizações no SINTRAF (muito devido a sua participação anterior no STTR), mesmo assim, durante entrevista, um ex-secretário afirmou que o sindicato não prioriza as manifestações e protestos. Ele fez uma comparação entre os dois sindicatos, dizendo que é contra a política adotada pelo STTR:

[...] alguns sindicatos eles visam mais questão de manifestações, algo que eu, desde a minha infância, sempre fui contra. Questão de manifestações, invadir locais, eu nunca fui a favor. Sempre fui a favor da questão pacífica. Se é pra correr atrás de algo, a gente tem que fazer documentações, fazer requerimentos, pedir junto ao governo, aquilo que a gente precisa, fora manifestações. Manifestações só em caso extremo. [...] Eu já conhecia o outro sindicato e a gente não tinha uma boa informação do outro, das atitudes tomadas e nunca houve um interesse da gente participar do outro, porque eles eram muito voltados pra questão de manifestações que quase viravam badernas (Entrevistado 30, Ex-secretário de finanças e Sócio do SINTRAF, 2021).

Porto-Gonçalves (2006, p. 20) afirma que “todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem, novas posições, novas relações”, e que os movimentos buscam, portanto, alterar uma realidade existente. Por isso que muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços de onde foram excluídos por causa da desigualdade econômica e social (FERNANDES, 2005). Todavia, quando essa visão parte de um trabalhador rural não se trata, necessariamente, de uma criminalização dos

movimentos sociais (como muitas vezes acontece por parte do Estado), mas sim de uma série de fatores conjunturais que influenciaram a representação sindical dos trabalhadores no âmbito do MSTTR no Brasil, alterando as estratégias e a política sindical como um todo. O sindicato da “agricultura familiar” adota uma abordagem diferente do STTR e, com isso, suas lideranças adotam uma postura igualmente diferente.

Embora pareça razoável supor que os níveis diferentes de importância atribuídos à luta social se devam às políticas sindicais distintas, não se trata somente disso. Dentro de um mesmo sindicato também existe esta divisão e o conflito de ideias, o que é normal, pois “a dinâmica decorrente da estrutura sindical apresenta-se, a princípio, bem diferente e, em certos aspectos, conflitiva” (HÉBETTE, 2002, p. 155). No STTR, trabalhadores também relataram essa visão de que a luta social é muitas vezes entendida como baderna e como algo perigoso, como no caso da Entrevistada 23:

[...] a gente vê tanto falar na TV desse pessoal que vai atrás de recurso e ainda sai é machucado, perde a vida... isso é muito difícil. Ela sempre convida a gente pra ir pra Brasília, pra esses negócios lá, mas isso é perigoso, a gente até se recusa de sair. Porque a gente sai com saúde pra voltar doente ou então morto, é melhor não, né? (Entrevistada 23, Sócia do STTR, 2021).

O Entrevistado 18 afirma que as mobilizações estão cada vez menos frequentes e atribui este problema à visão que parte dos trabalhadores construíram a respeito das manifestações.

Eles tão vendo, mas tão fingindo que não vê! [...] Porque a nossa sociedade hoje, de funcionalismo público, de pessoas públicas, que são as autoridades, parece que elas só vê que tem que resolver um problema se tiver alguém mobilizando alguma coisa. Se não tiver, entrega tudo "a Deus dará". Porque, olha, depois que pararam, pronto... aí, agora acaba. Então pra mim, acho que deveria ter atos que nem aqueles, Grito da Terra, essas coisas, que mais impressionassem as pessoas. Que as pessoas não olhassem aquilo como vandalismo e sim como modo de agir pra melhorar a situação do agricultor. Só que a maioria dos próprios agricultores vê como vandalismo. E realmente fica desabando tudo (Entrevistado 18, Sócio do STTR, 2021).

O enfraquecimento das mobilizações faz com que o sindicato se torne cada vez mais utilitarista e os trabalhadores cada vez mais dependentes da organização e menos das ações coletivas. Com o movimento enfraquecido, os trabalhadores passam a atribuir mais importância ao que é *material*, aos serviços, benefícios, políticas sociais etc. Entretanto, mostramos, no Capítulo 2, que o STTR ainda consegue mobilizar os trabalhadores e que muitos reconhecem a importância da organização na defesa de seus direitos, como, por exemplo, no caso de sucesso do acampamento Mancha Negra. Dona Paula reforça que, em 2017, houve uma grande manifestação e que os trabalhadores estiveram juntos do sindicato:

Deu uma enfraquecida, mesmo assim nós temos um bom grupo que acredita na gente. A prova é que, em 2017, nós fizemos uma mobilização que nós colocamos mais de 4 mil pessoas. O agricultor não é que ele acredite só pra ser sócio, porque o sindicato não é feito só de sócios, ele é feito também de mobilização. Nós conseguimos uma estrada de 36km de Quatro Bocas até Forquilha e a gente conseguiu reunir o pessoal, eles vieram pra mobilização, e nós conseguimos o que nós queria. Tu sabe porque eu me admiro? Porque hoje tem toda uma facilidade pra se aposentar sem o sindicato, pra fazer projeto sem o sindicato, mas eles procuram muito o sindicato. Nós tem um bom grupo que acredita no nosso trabalho ainda (Dona Paula, Atual presidente do STTR, 2021).

A trajetória de Dona Paula como liderança no MSTTR é importante para o fortalecimento do movimento como um todo. A construção de sua história enquanto trabalhadora e dirigente sindical (re)significa o protagonismo político da mulher e a ocupação de espaços caracteristicamente dominados pelos homens durante a história dos movimentos sociais rurais no Brasil e na Amazônia. Sua contribuição é evidente e admirável. Ser liderança exige, antes de tudo, coragem para enfrentar perigos e críticas. Ser líder de um sindicato rural é ter disposição para conciliar a vida na agricultura com a gestão de um grupo heterogêneo de pessoas.

Contudo, é consenso entre sócios e dirigentes de que existe um enfraquecimento da luta sindical e, conforme demonstramos, isso se deve a uma série de fatores, tanto estruturais quanto locais que se deram ao longo dos anos. Para o caso do STTR, os problemas de gestão são os mais impactantes. Não compreendo o STTR como um sindicato "de balcão" ou "de escritório", como identificado em muitos casos no trabalho de Costa, Assis e Guerra (2017) através da atuação da Enfoc (por mais que alguns fatores apontem para este rumo). Com base nas percepções dos trabalhadores, o sindicato ainda representa os anseios de uma parcela considerável dos sócios, mas o fato de um mesmo grupo estar há muito tempo no poder tem gerado divergências e incômodo nos trabalhadores.

A desestruturação das delegacias, os problemas com a contribuição sindical e a escassez de novas lideranças que possam formar uma renovação na à gestão do STTR, foram identificados como os principais desafios às ações coletivas e ao fortalecimento da organização. Existe, portanto, uma tendência cada vez maior do *utilitarismo* da luta, ou seja, a priorização de serviços individuais ao invés dos interesses coletivos. O MSTTR de Tomé-Açu parece cada vez menos capaz de promover grandes mudanças como teria feito outrora, o que é preocupante, tendo em vista o atual momento de crise econômica, política e social e de silenciamento dos movimentos sociais. Diante disso, uma renovação é necessária. A formação sindical precisa se tornar uma prioridade, especialmente no atual momento, visando formar novas lideranças e oposições no STTR. Somente o resgate da identidade coletiva pode fortalecer novamente as

mobilizações. Os trabalhadores rurais precisam voltar a acreditar no movimento sindical e nas lideranças que estão (ou estarão) à frente do STTR, o que parece não acontecer atualmente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer de sua trajetória, o MSTTR foi construído pela necessidade de representação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Suas primeiras organizações nasceram de forma espontânea e informal, baseadas no sentimento de solidariedade, de ajuda mútua, para lidar as questões da vida e do trabalho no campo. As Ligas Camponesas e as Ultabs, foram as primeiras mostras de organização dos trabalhadores na década de 1940 e 1960. Décadas mais tarde, em 1962, quando a luta se institucionalizou e os sindicatos passaram a ser suas principais entidades formais de representação, novas dinâmicas incidiram direta e indiretamente sobre suas estruturas de organização, e, conseqüentemente, novos motivos para a luta social.

Em 1980, no Nordeste paraense, os trabalhadores protagonizaram a criação de uma Oposição sindical que retomou o STTR das mãos dos *pelegos*, dando início às reivindicações em torno da luta pela terra e por melhores condições de vida e trabalho na região. Neste e em outros momentos do processo de construção da representatividade dos trabalhadores rurais, diferentes atores e instituições foram importantes, dentre eles a Igreja Católica, a Contag, a CUT, a Fetagri, a Fase etc.

As lideranças tiveram papel fundamental na história do MSTTR no Nordeste paraense. Benezinho, Zé Albino e Dona Paula são três dos principais líderes que estiveram sempre à frente das mobilizações que consolidaram o STTR no município de Tomé-Açu como entidade de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, diante das desigualdades sociais que incidiam sobre a região. As mobilizações partiam da necessidade de se organizar para lutar por direitos e por reconhecimento enquanto cidadãos. Até o fim dos anos 80, suas principais motivações para participar das ações coletivas organizadas pelo sindicato eram a terra, as estradas e as políticas sociais. Anos depois, esta realidade sofreu mudanças com outras demandas ganhando espaço para os diferentes sujeitos do campo.

Identifiquei que as motivações que levam os trabalhadores a participarem do MSTTR em Tomé-Açu possuem duas bases: *materiais* e *imateriais*. As motivações materiais, quais sejam: a aposentadoria rural, o salário-maternidade, os serviços de saúde e o auxílio-doença, são os principais motivos da *afiliação* no sindicato. Por outro lado, a representatividade é a principal motivação imaterial identificada nas falas dos trabalhadores e trabalhadoras

entrevistados. Entre as duas bases de motivação, se sobressaíram a aposentadoria rural e a representatividade. Contudo, demonstrei que os aspectos imateriais, ligados a sentimentos, valores, emoções, se desenvolvem à medida em que se desenvolve a *identidade coletiva* do movimento. Este caráter subjetivo só é possível através da participação, seja ela motivada por objetivos *materiais* ou *imateriais*, pois quando participa o indivíduo pode ser influenciado por outros fatores, como as lideranças, que, por sua vez, podem contribuir na formação da consciência de classe, da identidade e do sentimento de pertencimento ao grupo para fortalecer as ações coletivas.

Entre os não-sócios, a terra foi a principal motivação para participar do sindicato. O sucesso da ação coletiva desenvolvida no acampamento Mancha Negra proporcionou aos trabalhadores envolvidos a realização de um sonho. Durante a luta pela terra, tiveram o acompanhamento direto do STTR que os representou na justiça e os orientou para a criação da associação de moradores da comunidade, ponto alto da ação coletiva e da construção da subjetividade dos participantes. A terra é, ao mesmo tempo, um *bem*, que pode ser individual ou coletivo, e um *símbolo*, pois não se trata somente de um pedaço de chão vazio, ela transita pela subjetividade por conta do que representa para os trabalhadores que por ela dão o seu sangue, suas vidas. É parecido com a característica de *natureza dupla* do sindicato, que é organização e movimento ao mesmo tempo, pode ser um *meio* para determinado *fim* ou um propósito de vida, uma causa a defender, uma bandeira de luta. A atuação do STTR em suas duas faces na luta pela terra, não só organizou os trabalhadores em torno da terra, como os mobilizou no sentido de entenderem a importância do sindicato e da associação para as suas vidas, rompendo barreiras à participação e buscando novos membros.

A partir da década de 1990, quando o Estado lançou mão das políticas públicas para a *agricultura familiar*, houve uma reestruturação das organizações sindicais que refletiu diretamente sobre a política e os repertórios de mobilização dos trabalhadores. Novos sujeitos emergiram no cenário político e os STRs não representavam mais de forma efetiva as demandas de todos. A heterogeneidade tomou conta da representação dos trabalhadores, questionando a unicidade sindical e dando origem a outros sindicatos, como os de agricultores familiares e assalariados rurais, casos de SINTRAF e SINDTER, em Tomé-Açu. O surgimento de outros sujeitos e outras demandas, teve impacto direto sobre a organização do MSTTR no Nordeste paraense, especialmente no STTR, trazendo prejuízos quanto ao número de sócios e a perda de sua função eclética.

O crédito rural, a aposentadoria, o salário-maternidade, as políticas para agricultura, o acesso a mercados, ganham espaço entre as motivações dos trabalhadores, para além da reforma agrária, fazendo com que muitos buscassem se afiliar ao SINTRAF e outros se desmobilizassem, pela dificuldade de alinhar seus objetivos individuais com as pautas do sindicato, enfraquecendo o STTR, suas ações coletivas e a identidade do movimento como um todo. Depois de um período marcado por reivindicações de um movimento combativo, as mobilizações se fragilizaram devido alguns fatores, dentre eles: as transformações estruturais na política, as motivações utilitaristas dos sócios e os problemas de gestão dos sindicatos.

Os governos de esquerda no país levaram os trabalhadores diretamente ao poder. Lideranças passaram a compor o governo nas gestões de Lula e Dilma, e isso fez com que houvesse perda de autonomia na política sindical e questionamentos em relação ao papel dos sindicatos na sociedade. Posteriormente, em governos mais atuais, as reformas trabalhista e da previdência também contribuíram para o enfraquecimento das entidades sindicais, tanto as que representam assalariados, quanto as de agricultores familiares, por conta da desregulamentação das leis do trabalho e das alterações na previdência rural, respectivamente. No contexto urbano, as taxas de sindicalização caíram e as afiliações rurais aumentaram. Existe, atualmente, uma priorização do utilitarismo nos sindicatos, em parte por conta da dificuldade interna de pensar estratégias e pautas coletivas e promover a cooperação, e devido à mudança de postura dos trabalhadores que também estão priorizando benefícios e serviços em lugar das ações coletivas. A realidade atual colocou os sindicatos em uma crise que não pode ser entendida somente a partir dos números, pois é uma crise de identidade, que resulta, dentre outras coisas, da incapacidade de promover ações coletivas com maior frequência e eficácia.

No STTR, alguns problemas ficaram evidentes ao longo da discussão: a dificuldade em organizar as delegacias sindicais, a escassez de lideranças, problemas com a contribuição sindical, a manutenção da atual gestão por muito tempo no poder e a desmobilização das ações coletivas. Cada um dos problemas se relaciona de forma direta entre si. O baixo número de delegacias sindicais é uma realidade materializada no desafio de formar novas lideranças, de mobilizar as bases e da desconfiança dos trabalhadores nas lideranças atuais. Não houve relatos de formação sindical desempenhada pelo STTR atualmente. Esta não parece ser uma prioridade do sindicato e nem mesmo dos trabalhadores em Tomé-Açu.

Os problemas com a contribuição sindical estão ligados à dificuldade de promover o pagamento facultativo da taxa (legalizado pela reforma trabalhista), bem como do *acordo de quitação* criado pela atual gestão do STTR, que tem favorecido a atuação dos *free riders* e,

consequentemente, desmotivado sócios que estão em dia com sua contribuição. Com o sindicato servindo apenas aos interesses individuais dos sócios e a carência de novas lideranças, não há um movimento aparente para criar uma renovação à gestão atual do STTR, muito por conta da crise do sindicalismo, e menos ainda um fortalecimento da identidade coletiva, por conta da dificuldade em realizar formação sindical. Diante desta realidade, é bem provável que a crise continue atingindo as ações coletivas e a insatisfação dos trabalhadores aumente. Caso uma mudança de postura não aconteça no sindicato, a atual conjuntura política continuará impactando de maneira negativa na representação dos trabalhadores rurais.

Acredito que o fortalecimento da identidade coletiva deve ser prioridade para o STTR. A reorganização das delegacias sindicais e das bases é fundamental neste processo, pois faz parte do resgate da confiança dos trabalhadores e da conscientização da importância do sindicato para suas vidas. Dentro desta perspectiva, a formação sindical pode ser uma ferramenta aliada dos trabalhadores, especialmente para que novas lideranças sejam capazes de criar oposições e estimular a democracia na organização. Ainda que o STTR tenha desempenhado ações coletivas de sucesso atualmente, a percepção da grande maioria dos entrevistados foi que existe um enfraquecimento e que tanto dirigentes, quanto trabalhadores, tem sua parcela de responsabilidade.

Em decorrência dos desafios aqui apresentados e da importância do sindicato para a representação e defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, existe uma necessidade de mais pesquisas que tenham como foco as motivações que levam os indivíduos a participarem de ações coletivas. A ação coletiva tem sido um empreendimento cada vez mais difícil de se realizar e, por isso, se faz necessário identificar e evidenciar casos de sucesso e casos problemáticos. Somente assim a literatura pode ser capaz de contribuir, em certa medida, para o fortalecimento da classe trabalhadora rural em tempos sombrios.

8 REFERÊNCIAS

- AIHARA, M. S. M. **Paisagens nipo-brasileiras na cidade de Tomé-Açu (PA):** estudo antropológico das memórias da família Onuma. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. 177p.
- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C.; Cooperativismo e agricultura familiar: um estudo de caso. **RAIMED – Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 3, n. 3, 2013, p. 194-208.
- ANTUNES, R. “Um 1º de maio getulista em plena era lulista”. Instituto Humanitas Unisinos. 2008. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/13510-um-1o-de-maio-getulista-em-plena-era-lulista-entrevista-especial-com-ricardo-antunes>. Acesso em: 01 dez. 2021.
- ANTUNES, R. A engenharia da cooptação e os sindicatos. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 1, p. 54-59, 2011.
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço de debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ARAÚJO, A. M. C.; OLIVEIRA, R. V. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M (Orgs.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- ASSIS, W. S. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense**. 2007. 287p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 6. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BERGER, B. Political theory, political science, and the end of civic engagement. **Perspectives on politics**, Cambridge, v. 7, n. 2, jun. 2009.
- BLUMER, H. Social Movements. In: LYMAN, S. (Ed.). **Social movements: critiques, concepts, case-studies**. New York: New York University Press, 1995. p. 60-83.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, 95).
- BOSCARDIN, M.; SPANEVELLO, R. M. A importância da aposentadoria rural para agricultores familiares sem sucessores no norte do Rio Grande do Sul: o caso do município de Frederico Westphalen. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 26, n. 2, p. 35-51, 2019.

BRANDÃO, F.; SCHONEVELD, G.; PACHECO, P. **Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia brasileira: análise e recomendações**. Bogor: CIFOR, 2018. (**InfoBriefs**, n. 207, mar. 2018).

BRASIL. Ministério da Economia. **Segurado especial terá novas regras para comprovar atividade rural**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/ptbr/assuntos/noticias/2019/03/segurado-especial-tera-novas-regras-para-comprovar-atividade-rural>. Acesso em: 01/12/2021.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.213**. 1991.

_____. **Constituição Federativa da República**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRIDI, M. A. C. Sindicalismo e trabalho em transição e o redimensionamento da crise sindical. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFPR, 2005.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 50-81, jan/jun. 2002.

CAMPOS, A. G. **Sindicatos no Brasil: o que esperar no futuro próximo?** Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

CARDOSO, A. M. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. **Os sindicatos no Brasil**. Brasília: IPEA, 2014.

_____. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 499-510, set/dez. 2015.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1, A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 2, O poder da identidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2018.

CHAZEL, F. Movimentos sociais. In: BOUDON, R. (Org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995. p. 283-335.

CILLA, K. C. D. F.; SILVA, S. J. Sindicalismo e políticas públicas: o discurso da CUT sobre os governos FHC, Lula e Dilma. **Ideias**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p. 101-133, jul/dez. 2015.

COMERFORD, J. C. Sindicatos, sociabilidade e poder: um estudo sobre trabalhadores rurais. In: CHAVES, C. A. (Org.). **A marcha nacional dos sem-terra**. Rio de Janeiro: NAU, 1999. 64p.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. **RESR**, Piracicaba, v. 53, p. 109-126, jan./mar. 2015.

COSTA, M. J. C.; ASSIS, W. S.; GUERRA, G. A. D. Formação para a militância sindical: desdobramentos da Enfoc nos sindicatos de trabalhadores(as) rurais do estado do Pará. **Raízes**, v. 37, n. 2, jul./dez. 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELGADO., G. Previdência social e desenvolvimento rural. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

ENFOC. Escola Nacional de Formação da Contag. **Quem somos?** Disponível em: http://www.enfoc.org.br/conteudos/detail/quem_somos. Acesso em: 1 dez. 2021.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S. Capitalismo, agricultura e desenvolvimento no Brasil: uma contribuição para o debate atual. In: SAUER, S. (Org.). **Desenvolvimento e transformações agrárias: BRICS, competição e superação no Sul Global**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

ESTANQUE, E. Sindicalismo e movimentos sociais: ação coletiva e regulação social no contexto europeu e português. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 23, p. 55-67, 2009.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 27-44, 2006.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.

FILLIEULE, O. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. Post Scriptum. **Revue française de science politique**, Paris, v. 51, n. 1, p. 199-215, 2001.

FLEXOR, G.; KATO, K. Y. M.; LIMA, M. S.; ROCHA, B. N. Dilemas institucionais na promoção dos biocombustíveis: o caso do programa nacional de produção e uso de biodiesel no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 6, n. 8, p. 329-354, 2011.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRIEDBERG, E. Organização. In: BOUDON, R. (Dir.). **Tratado de sociologia**. Trad. T. Curvelo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 375-412.

GALVÃO, A. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 3, p. 107-126, 2011.

_____. Burocratização e autonomia sindical: por uma perspectiva não reducionista. **VIII Colóquio Marx e Engels**, Unicamp: São Paulo, 2015.

_____. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 38, p. 103-117, 2014.

_____. MARCELINO, P. O sindicalismo brasileiro diante do golpe. In: COUTINHO, S. G. C. S.; EMERIQUE, L. B.; BARISON, T. (Org.) **Reformas institucionais de austeridade, democracia e relações de trabalho**. São Paulo: LTr, 2018, p. 85-96.

_____; CASTRO, B.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. O. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-269, maio/ago, 2019.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (p.64-89). 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUERRA, G. A. D. Organizações rurais e camponesas no estado do Pará. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 117-137.

_____. Sindicatos Patronais *versus* Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado do Pará. **Paper NAEA**. Belém, UFPA/NAEA, 1999. 16p.

_____.; MARIN, R. E. A. “Das associações de lavradores aos sindicatos de trabalhadores rurais – o caso do Pará”. Salvador: **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 126, mar./abr. 1990.

GIANNOTTI, V.; NETO, S. **CUT: por dentro e por fora**. Petrópolis: Vozes, 2. ed., 1991.

Grzybowski, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1990.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1984.

HÉBETTE, J. Movimento sindical e ações de desenvolvimento rural na região de Marabá. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 1, n. 3, p. 141-172, 2002.

_____. **Cruzando fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

_____.; MOREIRA, E. S. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 119-127, 1997.

HOMCI, A. L. A evolução histórica da previdência social no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 14, n. 2104, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Tailândia: panorama**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/tailandia/panorama>. Acesso em: 05 dez. 2021.

_____. **Divisão Regional**. 2013. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional.html>. Acesso em: 02 abr. 2020.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de municípios (PNAD)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 29 nov. 2021.

_____. **Bases cartográficas contínuas**. 2017 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?=&t=downloads>. Acesso em: 02 maio. 2020.

JASPER, M. J. The emotions of protest: affective and reactive emotions in and around social movements. **Sociological Forum**, New Jersey, v. 13, n. 3, p. 397-424, sep. 1998.

JULIÃO, F. **O que são ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 96p.

KLANDERMANS, B. Mobilization and participation: social-psychological expansions of resource mobilization theory. **American Sociological Review**, [s.1], v. 49, n. 5, p. 583-600, out. 1984.

_____. The demand and supply of participation: social-psychological correlates of participation in social movements. In: DAVID, A.; SNOW, S. A. (Org.), **The Blackwell Companion to Social Movements**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2004. p. 360–379.

_____.; OEGEMA, D. Potentials, networks, motivations and barriers: steps towards participation in social movements. **American Sociological Review**, [s.1], v. 52, n. 4, p. 519-531, 1987.

KNOKE, D. **Organizing for Collective Action: The Political Economies of Associations**. New York: Aldine de Gruyter, 1990.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 77-104, 2018.

_____.; DIAS, H. Os caminhos do sindicalismo nos anos 2000. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 8, p. 1-17, 2017.

LEROY, J. R. J. **Uma chama na Amazônia: Campesinato, consciência de classe e educação. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA) (1974-85)**. Rio de Janeiro: Vozes: FASE, 1989. 213 p.

LOERA, N. **A espiral das ocupações de terra**. Campinas: CERES, 2006.

MANESCHY, M. C.; MAIA, M. L. S.; CONCEIÇÃO, M. F. C. Associações rurais e associativismo no Nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. **Novos Cadernos Naea**, Belém, v.11, n.1, p. 85-108, jun. 2008.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**, [s.1], v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977.

McCLELLAND, D. C.; BURHAM, D. H. O poder é o grande motivador. In: VROOM, V. H. (Org.). **Gestão de Pessoas, não de pessoal**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Editora FASE, 1989. 216p.

_____. Movimentos sociais no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, Grandes Dourados, v. 16, n. 29, p. 490-521, 2020.

_____. O sindicalismo rural nas últimas décadas: mudanças e permanências. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M (Orgs.). **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

_____. Sem-terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (Org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

MELUCCI, A. Getting involved: identity and mobilization in social movements. **International Social Movements Research**, v. 1, 1988.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? São Paulo: **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

_____. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MICHELS, R. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Lisboa: Antígona. 2001.

MORAES, M. D. C. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. **Raízes**, Campina Grande, n. 17, p. 121-134, jun. 1998.

MOTA, D. M.; RIBEIRO, L.; SCHMITZ, H. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 14, n. 2, p. 531-551, maio/ago. 2019.

NEVES, D. P. O associativismo e imposição do agricultor solidário. In: BERGAMASCO, S.M.P.P.; OLIVEIRA, J.T.A; ESQUERDO, V.F. de S. (Org.) **Assentamentos Rurais no Século XXI: temas recorrentes**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP/INCRA-SP, 2011. p.115-144.

OLIVER, P. E. Formal models of collective action. **Annual review of sociology**, [s.1], v. 19, p. 271-300, 1993.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. 1. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 208p.

OSTROM, E. **Governing the commons**: The evolution of institutions for collective action. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1990. 280p.

PICOLOTTO, E. L. A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo Agrário**, La Plata, v. 9, n. 18, jan/ago. 2009.

_____. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

_____. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 104, p. 201-238, 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas-MS, v. 1, n. 3, p. 5-26, maio, 2006.

PREFEITURA DE TAILÂNDIA. **Tailândia (PA)**. 2015. Disponível em: <http://tailandia.pa.gov.br/site/historia/>. Acesso em: 5 dez. 2021

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RIBEIRO, K. A.; NASCIMENTO, D. C.; SILVA, J. F. B. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 19, n. 40, p. 77-101, jan./jun. 2013.

RICCI, R. Movimentos sociais rurais nos anos 90. **Diálogos – Revista Electrónica de Historia**, Costa Rica, v. 2, n. 1, out/jan, 2001.

_____. A trajetória dos movimentos sociais no campo: história, teoria social e práticas de governos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, n. 54, nov. 2005.

RODRIGUES, I. J. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? **Cadernos CRH**, Salvador, v. 28, n. 75, p. 479-491, set./dez., 2015.

_____.; LADOSKY, M. H. G.; BICEV, J. T. Sindicalização e representatividade das centrais sindicais no Brasil. **Trabajo y Sociedad**, Santiago Del Estero/Argentina, n. 27, p. 43-62, mar/maio. 2016.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais. **Ruris**, Campinas, v. 6, n. 1, p. 53-90, set. 2012.

_____. (Org.). Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural. Brasília: **Cadernos do CEAM**, n. 23, p. 51-93, 2006.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da terra: a violência no campo paraense**. 2007. 186f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

_____. Chacinas, pistolagens e atuação sindical: história e memória do assassinato de Benezinho em Tomé-Açu/PA, década de 1980. In: SILVA, J. C. (Org.). **História oral, memória e interdisciplinaridade na Amazônia**. Manaus: UEA Edições, 2016. p. 112-129.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. F. **Direito Previdenciário**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANTOS, G. F.; SILVA FILHO, R. C. Contribuição sindical facultativa: impactos decorrentes da nova reforma trabalhista. **Organizações e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 8, n. 10, p. 119-126, jul/dez. 2019.

SAUER, S. Movimentos e organizações sociais no Brasil rural contemporâneo: questões e desafios. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 369-397.

SCHERER-WARREN, I. **A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial**. WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, Rio de Janeiro, jul./ago., 2000.

SCHMITZ, H. (Org.). **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume, 2010. 352p.

_____.; MOTA, D. M.; SOUSA, G. M. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, jan./abr. 2017.

SIGAUD, L. Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 20, p. 11-23, 2004.

SILVA, K. S. O. **Identidade Cultural Japonesa em Tomé-Açu: encontros e desencontros**. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Sociais), Castanhal/Pará, 2004.

SILVA, P. C. G. A ação coletiva: o desafio da mobilização. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**. Recife, v. 7, n. 2, p. 62-87, 2018.

SILVA, J. S. A burocratização do sindicalismo rural no Brasil. **Enfrentamento**, Goiânia, v. 10, n. 18, jul/dez. 2015.

SOUTO JR, J. F. **Práticas assistenciais em sindicatos do 'novo sindicalismo': a persistência da roda**". In: XXIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS. Petrópolis. 2000.

SOUSA, J. M. M. Acampamentos de luta pela terra: os lugares da resistência. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 24, n. 59, p. 176-191, 2021.

SOUSA, R. A. D.; CONCEIÇÃO, A. L. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 11, n. 1, jun. 2010.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes, 2009. 319p.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Newberry Award Records. 1978.

TOMIZAKI, K.; ROMBALDI, M. Construindo a legitimidade: reflexões sobre as transformações das práticas de militância no movimento sindical. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 93-112, maio/ago, 2009.

TONEZER, C.; LOPES, M. J. M. Efeitos da cobertura previdenciária na situação de vida de idosos rurais de Santana da Boa Vista - Rio Grande do Sul. **INTERTHESIS**, Florianópolis, v. 6, p. 191-209, 2009.

TOURAINÉ, A. Os movimentos sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. (Org.) **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1977.

_____. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 5-18, jun. 1989.

_____. Na fronteira dos movimentos sociais. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

_____. The importance of social movements. **Social movement studies**, v. 1., n. 1, 2002.

TUMOLO, P. S. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. 2. ed. Florianópolis: Em Debate, 2013.

VIANA, N. Burocracia: Forma Organizacional e Classe Social. **Revista Marxismo e Autogestão**, v. 2, n. 3, jan./jun. 2015.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.